

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS 2018

Nº 57 - OUT-DEZ



- ◆ VINGT-UN ROSADO E OUTROS PERFIS
- ◆ ENSAIOS, ARTIGOS, CONTOS
- ◆ POEMAS E DISCURSOS

**ACADEMIA NORTE-
RIO-GRANDENSE DE LETRAS**

Fundada em 1936
Rua Mipibu, 443 – Petrópolis
Natal/RN CEP. 59020-250
Fone: (84) 3221-1143
www.anrletras.com.br

DIRETORIA DA ANRL

Presidente

Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente

Paulo Macedo

Secretária Geral

Leide Câmara

2º Secretário

Iaperi Soares de Araújo

Diretor Financeiro

Paulo de Tarso Correia de Melo

Diretor da Biblioteca

Lívio Oliveira

Diretor da Revista

Manoel Onofre Jr.

**REVISTA DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS 2018**
Nº 57 - OUT-DEZ

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS



Nº 57

NATAL, OUTUBRO /DEZEMBRO - 2018.

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Manoel Onofre Jr.

Editor: Thiago Gonzaga

Diagramação e capa: Diolene Machado/ CJA Edições.

Catálogo na Fonte: Ana Cláudia Carvalho de Miranda – CRB15/261

R454

Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras / ANL. – n.57
(mar. 1951 -). - Natal: Offset Editora, 1951 - .

Trimestral.

Número atual: 57, out./dez.2018.

ISSN: 0567-5995

1. Literatura - Periódico. I. Academia Norte-rio-grandense de
Letras. II. Título

CDU: 8(05)(813.2)

SUMÁRIO

ARTIGOS E ENSAIOS, 07

CEGO PODE VER - DIOGENES DA CUNHA LIMA, 09

NOVO ROMANCE DE RACINE SANTOS DEIXA PROTAGONISMO EM ABERTO - NELSON PATRIOTA, 11

VINGT-UN ROSADO, ELE FUNDOU E FEZ O MAPA DO PAÍS DE MOS-SORÓ - VICENTE SEREJO, 15

O ILETRADO/LETRADO VILOSO, DE FRANCISCO J. C. DANTAS - HUMBERTO HERMENEGILDO DE ARAÚJO, 20

ANCHIETA FERNANDES 58 ANOS DE LITERATURA - THIAGO GONZAGA, 36

LEITURAS MACHADIANAS – parte II - JOÃO DA MATA COSTA, 44

APRECIÇÃO SUMÁRIA SOBRE O TEXTO DO PROFESSOR ANTE-NOR LAURENTINO RAMOS, EM RELAÇÃO AO ESCRITOR JOSÉ LINS DO RÊGO - JURANDYR NAVARRO, 48

COSTA REGO – O LENDÁRIO REDATOR-CHEFE DO MAIS INFLUENTE JORNAL DO BRASIL - VALÉRIO DE ANDRADE, 50

A ACADEMIA DE LETRAS DA TERRA DE NOTÁVEIS - CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES, 54

30 ANOS DE FUNDAÇÃO DA AMOL - BENEDITO VASCONCELOS MENDES, 60

BRASIL TEM NOVA ACADEMIA DE LETRAS - PAULO MACEDO, 62

TRAVESSIA POÉTICA - JOÃO ALMINO, 63

O GRÃO-SENHOR DO SOLAR DOS ABACAXIS - ROBERTO DA SILVA, 64

O ORAGO DA PARÓQUIA DE JUCURUTU - PADRE JOÃO MEDEIROS FILHO, 73

CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ, EM 1932 - TEREZA CUSTÓDIO DE QUEIROZ, 83

PASSO DA PÁTRIA: UM LUGAR DE MEMÓRIAS - CARLOS MAGNO DE SOUZA, 86

LIGEIOS PERFIS DE VELHAS FIGURAS II - VALÉRIO MESQUITA, 100

MISCELÂNEA DA LITERATURA BRASILEIRA - ENTREVISTA COM A ESCRITORA ANA MIRANDA – ESTADO DO CEARÁ - THIAGO JEFERSON GALDINO, 109

ENTREVISTAS COM PRÊMIOS NOBEL V - ESQUIVEL: O PENSAMENTO DE UM NOBEL DA PAZ – ANTONIO NAHUD, 119

CONTOS E CRÔNICAS, 125

CELEBRIDADES - MANOEL ONOFRE JR., 127

CURIOSIDADES E HUMOR NA HISTÓRIA DA MEDICINA - ARMANDO NEGREIROS, 131

DESBOTADA CENA - JOSÉ DELFINO DA SILVA NETO, 134

PEQUENAS HISTÓRIAS - CLAUDEAR ARCANJO, 137

CIGANO - HAROLDO PINHEIRO BORGES, 140

CUTRUCO - ORENY JÚNIOR, 144

POEMAS, 147

TRASTEVERE EM NOVEMBRO - LÍVIO OLIVEIRA, 149

À SOMBRA DO TEU CÃO, À SOMBRA DO TEU NÃO - JARBAS MARTINS, 151

MIRA MIRA - ELDER HERONILDES, 152

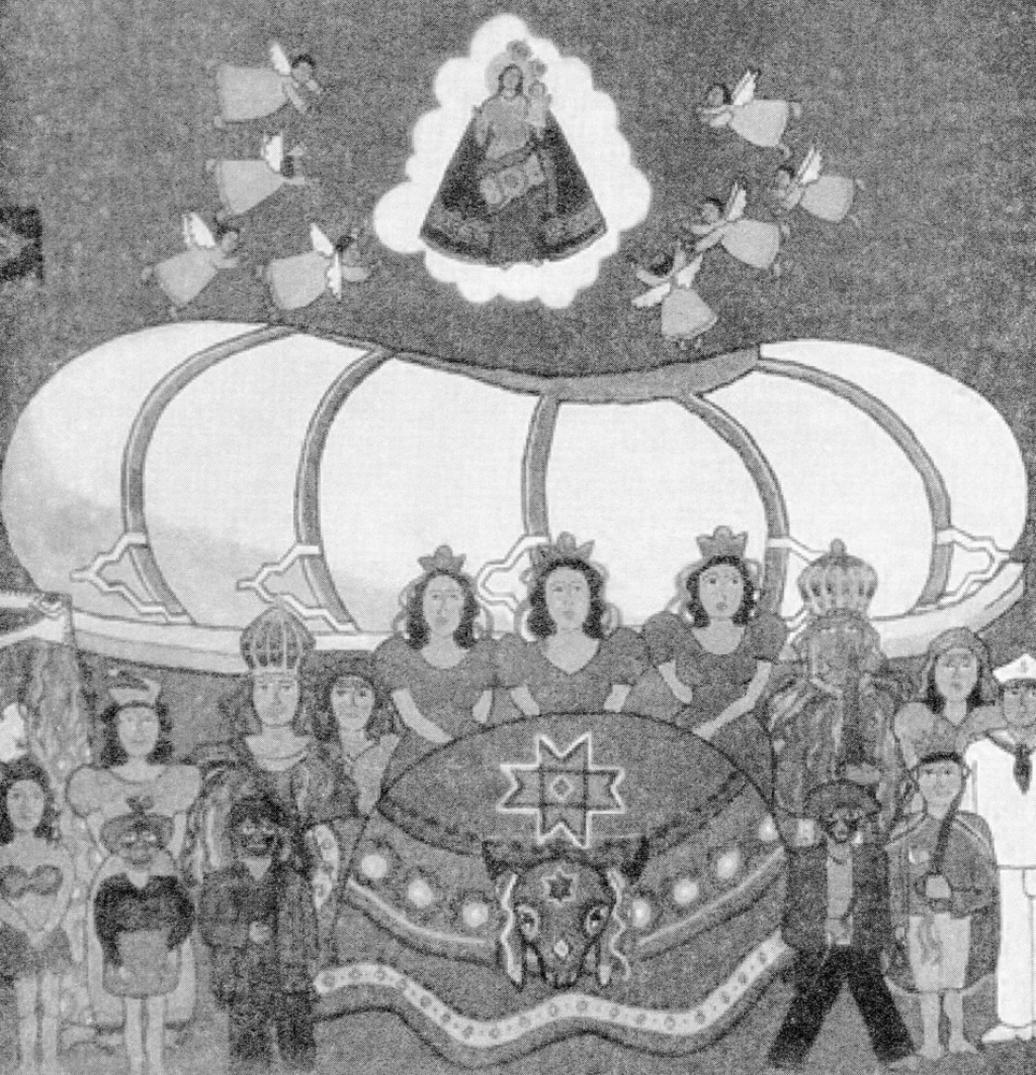
ENTRE SALINAS E MALEDICÊNCIAS - ROBSON RENATO, 153

DISCURSOS, 155

SESSÃO SOLENE NO SENADO FEDERAL EM HOMENAGEM A DOM NIVALDO MONTE, ARCEBISPO EMÉRITO DE NATAL, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE NASCIMENTO, EM 15 DE MARÇO DE 2018 – CÔNEGO JOSÉ MARIO DE MEDEIROS, 157

DISCURSO PROFERIDO NA FESTA DOS 82 ANOS DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS - IVAN LIRA DE CARVALHO, 165

ARTIGOS E ENSAIOS



CEGO PODE VER

Diogenes da Cunha Lima

O pior cego é o que não quer ver, ensina a sabedoria popular. A afirmação de Saint-Exupéry *que só se vê bem com o coração* universalizou-se porque é verdadeira. Nos dias de hoje, e muito mais nitidamente no futuro, todos poderão *ver*.

Com alegria, fizemos a festa da árvore e, ao mesmo tempo, dos cegos (21 de setembro) no terreno ao lado do Baobá do Poeta. A minha participação foi solicitada por uma comissão do Instituto dos Cegos sob a liderança de Jaciara, uma devota do grupo. Emocionou-me a fila de pessoas invisuais pegando uma na mão da outra.

A festividade foi simplesmente linda! Houve apresentação de banda musical, outras manifestações artísticas, dançarinas. Levei-lhes, de presente, os três volumes da edição, em braile, do livro “Vaqueiros e Cantadores” de Luís da Câmara Cascudo. Sentei-me no meio do grupo. Um deles perguntou-me sobre o passo das danças, as cores dos vestidos, quantas mulheres dançavam.

Em pequeno discurso, lembrei que, há muitos anos, uma diretora do Instituto Benjamin Constant, do Rio de Janeiro, dissera-me notar um certo constrangimento dos cegos de nascença quando alguém se referia a alguma cor. Resolvi, então, fazer uma experiência cinestésica para eles. De fato, a visão pode ser comparada, uma espécie de paralelismo. Ela é transposta a sentimentos ou a algum dos sentidos: audição, tato, paladar, olfato, movimento.

Para reescrever a codificação, pedi a colaboração do meu sobrinho, professor de música e compositor Artur Porpino. Disse, por exemplo, que o amarelo é o som do saxofone, o gosto do milho, o cheiro da fritura, o calor do sol. O marrom é o macio das poltronas, o gosto do chocolate, o som de uma rabeca. O verde corresponderia ao som da flauta doce, a grama que você pisa, a alface que você



come. O preto é o som da letra “u”, a música de contrabaixo, a ausência definitiva. O azul é som de flauta, a calma de um domingo, a imensidão do ar que você respira, a suavidade de uma carícia. Azul escuro é o som do violoncelo. Branco é o som da letra “a”, o leite materno, a virgindade, a limpeza. Vermelho é o som do trompete, sangue, luta, força. Cinza é um som arranhado, pedra de calçamento, coisas que se desfazem. O roxo é mistério, tristeza, mágoa.

Na verdade, o cego tem sentidos especiais. A sua deficiência passa a ser, em outros campos, eficiência. O monopólio do escuro amplia a imaginação e a capacidade criativa. A história conta que Demócrito de Abdera arrancou os olhos para pensar melhor.

Outra história expressiva deve-se a Napoleão Bonaparte que encarregou a um velho capitão do Exército a feitura de um código de guerra silencioso para não ser sabido pelo inimigo. A complexidade do feito estimulou Louis Braille, cego desde menino, a adaptá-lo. Simplificando a linguagem, a sua recriação passou a ser conhecida com seu nome.

Da mesma maneira que o tato substituía a vista, hoje, a visão é substituída pela audição. Um dos instrumentos das novíssimas tecnologias é o OrCam MyEye, óculos que escaneiam e passam textos auditivos para os invisuais ou de baixa visão. O instrumento torna possível a leitura de livros, jornais, texto de computador, cédulas monetárias, tudo que é impresso ou digitalizado.

Por outro lado, a medicina caminha a passos largos para, além de resgatar a baixa visão, restaurar a visão perdida.

Jesus Cristo deu o exemplo com a cura de cegos. Ele permitirá que o cego veja.

DIÓGENES DA CUNHA LIMA é poeta, escritor e advogado, autor de “Os Pássaros da Memória”, “Câmara Cascudo – Um Brasileiro Feliz” e outros livros. Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, ex-reitor da UFRN e ex-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.



NOVO ROMANCE DE RACINE SANTOS DEIXA PROTAGONISMO EM ABERTO

Nelson Patriota

Realidade e ficção se misturam de forma indissociável neste breve, denso romance *...de susto, de bala ou vício...* (a sair em breve), que traz Racine Santos de volta à cena novelística, após uma estreia bem-sucedida em 2017 com *Macaíba em alvoroço*. Não cabem, porém, comparações entre essas duas obras, quer do ponto de vista da trama, quer do ponto de vista da motivação. Esta é escrita em registro grave, aquela, paródico; esta explora um enredo político de proporções titânicas, aquela se restringe a uma anedota provinciana; aquela quer divertir, esta convida à reflexão.

Neste romance, uma referência shakespeariana (“tudo está bem, quando acaba bem”) desencadeia um fluxo de consciência (ou monólogo interior) que ajuda o leitor a entrar no drama existencial por que passa Eduardo – jovem recém-chegado a Natal para cumprir uma última missão político-clandestina e saber notícias sobre Martha, a namorada que deixou oito meses atrás.

Sua primeira parada é um reservado d’A Palhoça, famoso bar da época. O paradoxal é que nem tudo terminou bem para o recém-chegado; aliás, só a parte menos importante de seus interesses teve um final feliz. Sua relação amorosa com Martha – a mulher com quem recitava poemas –, teve um desfecho adverso. Ela casou com outro. Diante dessa dura sentença do destino, Eduardo se entrega a reflexões que o levam a sopesar as contingências reversas que toldaram sua sorte. E, à falta de interlocutor humano, dirige-se a um felino que foi posto sobre sua mesa pelo garçom da hora. Esse mergulho que Eduardo dá para dentro de si mesmo produz um efeito literário bastante singular, em comparação com o desenrolar da narrativa que, ora assume as tinturas de crítica de costumes, ora como crônica de época.

Vale ressaltar, todavia, que *...de susto, de bala ou vício...* guarda íntima relação com o romance histórico, sistematizado por Lukàcs, destino que compartilha, por exemplo, entre outros, com seus congêneres *Cidade dos reis*, de Carlos de Sousa, *As pelejas de Ojuara*, de Nei Leandro de Castro, e *Francisca*, de Ana Cláudia Trigueiro, livros que têm em comum o emprego do fato histórico como base de uma trama ficcional.

O romance de Racine apresenta ainda outra característica: seu transcurso temático é dos mais breves nas nossas letras, inscrevendo-o entre os devedores das inovações que James Joyce introduziu no romance. Mesmo quando se trate do ano de 1968 que, como nos ensinou Zuenir Ventura e o tempo confirmou, guarda essa característica única de ser um ano que não acabou, ainda. As comemorações recentes no meio editorial, com uma nova edição do livro de Ventura, além, em nível local, da publicação do livro *República Potiguar de Montparnasse: maio de 68*, organizado por Assis Câmara.

Em primeiro plano, porém, o romance trata da luta de dois jovens enamorados que se viram, de repente, apartados pelas contingências políticas que marcaram o ano de 1968. Eduardo, jovem idealista de classe média, fora obrigado a cair na clandestinidade para fugir a uma perseguição política na qual se envolvera por portar num bolso um poema. Sim, um poema foi responsável por uma reviravolta surreal em sua vida. Na fuga, chega ao Recife, onde encontra abrigo num grupo de esquerda que prega a luta armada. Oito meses depois, se desliga do grupo por discordar do seu *modus operandi*, e em fins de novembro daquele ano retorna a Natal.

A volta de Eduardo a sua cidade é soturna não só porque é noite plena nas ruas, e mesmo logradouros públicos, como a então Estação Rodoviária da Ribeira, encravada na Praça Augusto Severo, mantêm baixa iluminação, própria à época, mas também porque o recém-chegado se acautela ao máximo para passar despercebido por razões óbvias. Mesmo assim, aventura-se a ir até à Cidade Alta, vai ao bar A Palhoça, em seguida às proximidades do Cine Nordeste, de onde pode divisar a imagem familiar das “cocadas” da Praça Kennedy e, num impulso prudencial, adentra o cinema. Não obstante



isso, um “cocadeiro” garantirá aos confrades que viu, naquela noite, quase com certeza, ao final da sessão, o colega que, oito meses atrás, partira para o Recife em desabalada fuga.

A história da brevíssima volta de Eduardo a Natal e da sua decepção ao saber que a antiga namorada, Martha, havia se casado e que, portanto, não havia razões para sua permanência na cidade, reserva ainda surpresas e reviravoltas.

Mas quem é Eduardo, para além do seu estereótipo de militante de esquerda? Quem é Martha, para além do fato de ter namorado com Eduardo e casado com outro rapaz, dois meses antes? Esses fatos são de suficiente relevo para suscitar a empatia do leitor? Não seriam mais bem entendidos como estereótipos de uma época cercada de sombras e pesada como chumbo? De fato, há uma carência de elementos na construção e no desenvolvimento do casal protagonista. Mas essa economia de meios narrativos remete a outros personagens não menos decisivos na luta libertária que se processa nos subterrâneos da urbe.

E se algum leitor intuiu que a ação principal do romance se localiza alhures, poderá estar com a razão. A princípio, poderíamos supor que o protagonismo de ... *de susto, de bala ou vício...* está no espírito do tempo que domina a vida do país e, em consequência, a natalense, especialmente no que concerne à resistência à ditadura, simbolizada pelo grupo que se reúne nos fins de tarde e varando as noites nas Cocadas. A propósito, muitos personagens ali renomeados são facilmente identificados pelo leitor que por ali transitou à época.

Outro eixo da narrativa é a luta renhida que o teatrólogo Sandoval Wanderley trava para manter vivo o Teatro de Amadores de Natal, sem esquecer que o próprio Racine Santos aí atuou, o que lhe permite fornecer pormenores vários do trabalho do grupo e, especialmente, de Sandoval, fazendo-o emergir como um homem de convicções e determinado a defender sua arte sob quaisquer circunstâncias. Em suma, um personagem à procura de um biógrafo. Parece-nos, assim, que seja ele o verdadeiro protagonista do romance, na medida



em que partilhamos suas fraquezas, suas incertezas, suas queixas, mas também sua obstinação, sua operosidade, seu empenho em fazer-se ouvir por uma cidade atemorizada. Em suma, é um personagem rico em condição humana, o que permite ao leitor estabelecer com ele uma empatia quase automática. A esse respeito, poderíamos anuir que o duplo protagonismo do livro num certo momento da trama se confunde num único segmento narrativo na medida em que a “mocinha” Martha participa como atriz do grupo teatral capitaneado por Sandoval Wanderley, o que liga automaticamente esse grupo às contingências vividas por Eduardo em seu regresso.

Mas se a cidade treme, apesar disso alguns cidadãos se dão a liberdade de contrariar esse *pathos* e, mesmo, rir de seus medos. Uns chegam a se entregar à esbórnica num famoso bordel; outros, se agrupam em torno de uma mesa d’A Palhoça para trocar impressões sobre o mundo e concluir que, tudo somado, vale o esforço de tentar viver, como naquele verso de Valéry, bastante citado à época, nas rodas das Cocadas. Aqui também é fácil identificar alguns dos boêmios, graças ao uso parcial dos seus nomes. Mesmo o nome de um típico *reaça*, como o radialista que adverte Sandoval, numa mesa da Confeitaria Cisne, para os riscos que corre seu trabalho como teatrólogo, é por demais óbvio, justamente ali onde, uma certa manhã, alguém ouviu Berilo Wanderley enfatizar que era urgente, imprescindível, necessário desmoralizar a segunda-feira e, quiçá, outros dias terminados em feira (ou não).

Assim, sejam quais forem os protagonistas que conduzam a trama de ... *de susto, de bala ou vício...*, a narrativa que os prende opera essa trama com engenho e arte, conhecimento *in loco* dos detalhes e uma vocação novelesca que torna a se afirmar neste painel de época em pano rápido.

NELSON PATRIOTA é escritor, crítico literário e poeta, autor de *Uns Potiguares*, *Tribulações de um Homem Chamado Silêncio* e vários outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.



VINGT-UN ROSADO, ELE FUNDOU E FEZ O MAPA DO PAÍS DE MOSSORÓ

Vicente Serjejo

Há homens que marcam sua própria história com o desenho de uma obra de valor material. São os grandes políticos, quando dotados de uma inegável capacidade de realização na gestão da coisa pública.

Outros, os líderes, desenham com palavras e gestos a grandeza de suas vidas na condução de um povo diante das horas em que a História põe diante deles, e deles exige, a consciência para realizar os sonhos de toda a sociedade que representam.

E há outros mais, os intérpretes de sua terra e de sua gente que, vivos, parecem homens comuns, de tão íntimos de suas ruas, becos e praças, mas que se projetam levados pelo sopro de espírito e de gênio, o guardador da grande memória coletiva.

Foi pensando assim que aceitei o convite da professora Isaura Rosado para ser um dos observadores da importância da obra de Vingt-Un Rosado quando do concerto de falas em torno de sua vida e obra realizado em setembro de 2017, em Mossoró.

Agrônomo formado pela grande escola de Lavras, em Minas Gerais, Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia não foi apenas um professor da ciência da terra, dos homens e dos bichos, fundador e construtor da Escola de Agronomia de Mossoró, hoje uma Universidade, nascida e feita para pensar a civilização da seca.

Já seria por si só uma ousadia consagradora.

Não é fácil, tão cedo de uma juventude que lhe garantia todas as aventuras do espírito, abrir mão de todos os sonhos para sonhar com a glória de sua terra. E por isso ficou para sempre com os pés fincados no chão seco de Mossoró que inventou ser um país para nele viver e se projetar, sem precisar deixar seu povo e sua história.



Como Câmara Cascudo, ele também ficou na sua terra e trabalhou sem prêmios.

A revelação do *homo mossoroensis* que ele soube ser por excelência acontece logo no final dos anos cinquenta quando é convidado por Aluizio Alves para integrar o primeiro elenco de formadores do saber sobre o Rio Grande do Norte, a Biblioteca Norte-Rio-Grandense. Ao lado de José Augusto Bezerra de Medeiros (*Seridó*), Manoel Dantas (*Homens de Outrora*), Adauto Câmara (*História de Nísia Floresta*) e do próprio Aluizio (*Angicos*). Vingt-Un escreveu *Mossoró*, só *Mossoró*, como se não precisasse acrescentar mais nada para grifar a importância da sua terra.

Vingt-Un foi antes de tudo um grande leitor. Ele sabia que a interpretação da vida social, econômica e política do brasileiro vinha de dois marcos já distantes - *O Selvagem*, de Couto de Magalhães, e de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Se não fixavam todas as linhas da fisionomia cultural do homem brasileiro, erguiam os dois primeiros grandes olhares que fundariam e norteariam a trilha que seria seguida para documentar a cultura brasileira, não como um território apenas físico ou geográfico, mas como um grande mapeamento que repetia, *mutatis mutandis*, aquele outro Brasil ancestral fixado pioneiramente pelo olhar das Entradas e Bandeiras.

O Brasil de certa forma foi outra vez 'descoberto' em 1922, com dois pontos de clivagem representados pelas rupturas ideológica e estética - a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Semana de Arte Moderna. A partir dali, o afrancesado Brasil daquela belle époque tardia que cobria de casaca os homens e de finas peles as mulheres, cedia lugar ao um Brasil de verdade: tropical, luminoso e contraditório.

Foi a divisão de *Os Sertões - a Terra, o Homem e a Luta* - que inspirou Monteiro Lobato, aquele mesmo da *Revista do Brasil* que desde 1916 olhava e pensava o Brasil brasileiro, autor de *Urupês*, que criou a *Coleção Brasileira*. Sua idéia, como mostraram os estudos das professoras Heloísa Pontes e Regina Abreu, era lançar novas



entradas e bandeiras, agora voltadas para as redescobertas do Brasil atual e do homem brasileiro.

Em 1928, Paulo Prado comoveu o mundo intelectual com o seu *Retrato do Brasil* que chamou de ensaio sobre a tristeza brasileira, cunhando no baixo relevo da emoção a sua frase célebre - *Num país radioso vive um povo triste* - mas não foi a melancolia doce e paralisante que melhor retratou o Brasil. Naquele mesmo ano, 1928, Mário de Andrade lançava *Macunaíma, um herói sem nenhum caráter*, que, por ironia ou coincidência, dedicou ao próprio Paulo Prado. Um herói mambembe, filho do mato dentro, fragmentado, sem eira e nem beira, fixando a malemolência de um povo sem consciência política, festivo e ricamente adornado pelos ditos da oralidade popular com seu bordão demolidor do falso moralismo de uma aristocracia aldeã:

Ai, que preguiça!

A *Brasiliana* foi lançada em 1931 para ser a coleção principal da *Companhia Editora Nacional*. Vai documentar os viajantes, os tratados sobre a terra e suas lutas, formando o grande mural que o país ainda não tinha nas suas estantes. Sua força tem uma importância decisiva ao provocar a criação, pela Editora José Olympio, da *Coleção Documentos Brasileiros*, em 1936. O título de lançamento mostra seu vigor: para lançar a coleção o primeiro diretor é Gilberto Freyre, e, este, convida Sérgio Buarque de Holanda que concluíra seus estudos na Alemanha e trouxera na bagagem os originais de *Raízes do Brasil*, o clássico que ao lado de *Casa Grande & Senzala*, de Freyre, saído em 1933, e *Formação Econômica do Brasil*, de Caio Prado, formariam a trilogia que nos anos trinta e quarenta começaram a explicar o Brasil aos brasileiros. Em 1948, é lançada a Biblioteca de História Brasileira.

As três coleções deram ao leitor Vingt-Un Rosado a certeza de que era preciso, no território de Mossoró, fundar uma coleção. Não parece improvável a percepção de que ele sentiu, guardadas as grandes e inegáveis proporções, a necessidade de criar no seu território uma co-



leção documentadora da terra e do homem mossoroenses e norte-rio-grandense. De ir além das paredes cheias de livros de uma biblioteca.

Fundada em 1949, hoje com 3,6 mil títulos, entre livros, separatas e opúsculos, a *Coleção Mossoroense* tem o valor e a extensão que ao longo das suas quase sete décadas a fez ultrapassar o patamar de uma realização provinciana. É a sesmaria cultural que fundou, deu posse e conferiu domínio ao *País de Mossoró*. A expressão cunhada por Vingt-Un Rosado, embora meramente afetiva, nomeou seu chão, fixou seus limites e semeou seus sonhos. Onde desejou ser sepultado, e foi, como uma honra a inscrever na própria pele todas as marcas do seu bem querer.

A importância da *Coleção Mossoroense*, pelo relevo que representa como acervo editorial e instrumento de ação política na concepção da estrutura de poder, mereceu dois retratos acadêmicos muito bem erguidos. O primeiro, do escritor e professor José Lacerda Felipe, doutor em geografia; e, o segundo, do professor Aécio Cândido.

Para Lacerda, com larga vivência cultural em Mossoró, a Família Rosado não se destaca pela capacidade de congregar, mas dividir e reinar, cumprindo a lição da velha boutade política, sempre de olhos abertos e voltados para o dia seguinte.

Para Cândido, também um professor-doutor, a modernidade nos Rosados não elimina os mitos, o que revela o peso inegável de um instrumento moderno como a *Coleção Mossoroense*, sem esconder o jogo de poder que se trava no campo político.

Mas, nada reduz a importância da *Coleção Mossoroense* e seu poder agregador, na medida em que representa o mais valioso instrumento documentador da terra e do homem norte-rio-grandense.

Seus quase quatro mil títulos não apenas documentam a vida comum, e já seria o marco mais importante da história editorial do Rio Grande do Norte, como reúne, em torno do saber que soube guardar em milhares e milhares de páginas, a vida e a história também de alguns dos nossos clássicos. Mais do que isto: abriga, para



sempre, o acervo hoje indispensável para quem desejar estudar a Civilização da Seca.

Os olhos de Vingt-Un Rosado tudo viram e anotaram ao longo de décadas. Ele viveu e perscrutou a vida e a história do homem nordestino e seu território. Do homem e sua ancestralidade, a proto-história - sua formação geológicas, sua flora e sua fauna, seus rios e seus mares, seus hábitos e costumes, seus medos e suas superstições, as riquezas e assombrações da vida rural e urbana formadoras da geografia humana.

Quando, um dia, não mais restarem nos olhos e nos ouvidos dos pesquisadores os fortes ruídos deformadores pela força do gosto e do desgosto circunstanciais, e às vezes tão pessoais; quando a importância do registro e da informação ficar acima da vida comum como uma realidade superestrutural a todos indispensável para o saber e o saber-fazer; quando o tempo libertar todos os valores dos vícios da contemporaneidade, ai se, de corpo inteiro, a grandeza da figura humana e intelectual de Vingt-Un Rosado, como um legado Mossoroenses ao Rio Grande do Norte e ao Brasil. O tempo é o seu grande aliado construindo dia a dia a herança de um homem realmente formidável.

Nas vésperas dos 100 anos de Vingt-Un Rosado em 2020.

VICENTE SEREJO é escritor, jornalista e professor aposentado da UFRN, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e de outras instituições culturais. *Autor de Cena Urbana, Cartas da Redinha e Canção da Noite Lilás.*



O ILETRADO/LETRADO VILOSO, DE FRANCISCO J. C. DANTAS

Humberto Hermenegildo de Araújo

1. As aparências que enganam não enganam

Consciente da precariedade das condições da sua delegacia, o iletrado Delegado Josino Viloso resolve enviar uma carta ao Comandante da Corporação, na capital, solicitando farda nova, uma reíuna e uma corda forte para amarrar a porta de cipó da delegacia. O narrador, que é informado de todo o processo, conta que, depois de meses e meses, a espera do coitado foi em vão¹.

A solicitação do Cabo/Delegado aparece, no enredo da novela de Francisco J. C. Dantas, após vários episódios em que a farda dá à autoridade a aparência da envergadura do seu cargo. Enfraquecido na sua aparência, ele entrega os pontos, segundo o narrador Vieirinha: “Mas com o tempo tudo se gasta. E não tardou o dia em que o Cabo sentiu o seu efeito devastador. Agarrado à própria farda esfiapada”. (p. 95).

Mais à frente, já no final da narrativa, o Cabo confia ao narrador a sua mágoa do “Governo desorganizado” que não lhe deu resposta. Vieirinha pondera: “– Talvez a carta tenha se extraviado, seu Josino – tentei interrompê-lo”. Ele retruca:

[...] O Governo me deu o cano, me deve um dinheirão, Vieirinha. Me ferrou. Fui sempre um Delegado mal-pago. Nunca pude andar nos trinques. E o Governo é caloteiro. Me fez de babaca. Adonde eu digo que só indo à Justiça. O povo não tem direitos. A nossa Constituição só vale quando fala em castigo. [...]. (p. 144).

¹ *Cabo Josino Viloso* (2005), novela de Francisco J. C. Dantas. Todas as citações do seu texto serão identificadas apenas pelo número da página desta edição.



Aparentemente, tem-se, no discurso recuperado nos três parágrafos acima, uma verdade sobre a situação calamitosa do sistema prisional brasileiro, na periferia, na sua relação com o Governo. No entanto, o leitor tem informações que podem desabonar essa verdade, pois conhece, por meio do narrador que acompanhou desde menino “[...] embora a longos intervalos, a conduta de Josino Viloso em inúmeras ocasiões em que variavam as circunstâncias”. (p. 148).

Considerando tal conduta, conclui-se que são nulas as palavras do Cabo no tocante à sua reclamação. Ele próprio indicara à autoridade competente, no episódio da sua aposentadoria, um substituto de reputação duvidosa. E confessara, para acalmar o Tenente que homologaria a indicação: “– O homem é nosso... é da situação”. (p. 135).

2. Tradições revisitadas: malandragem e regionalismo

O Cabo Josino Viloso é um misto de vilão, caviloso, cabuloso e é aquele que é da vila (em oposição à capital ou à cidade Contendas do Papudo, para onde planeja se mudar ao final da narrativa). É, segundo Benedito Nunes (2005), um malandro oportunista, um manhoso, um ladino.

Os seus pertences são mínimos e denunciam um apagamento da situação inicial que lhe investe do cargo de Delegado até a aposentadoria quando, como paisano, resolve voltar para a cidade de onde partira para a sua aventura, digamos, profissional, no lugar chamado Alvide, interior da Bahia.

A novela de Francisco Dantas retoma, em 2005, a longa tradição das questões regionais na literatura brasileira e, sobretudo, incorpora na personagem principal a figura do malandro, de não menos longo percurso literário. Nas duas apropriações, a elaboração formal (estrutural e estilística) responde a um refinamento técnico nos moldes do que verificou Antonio Candido após a leitura da obra de Guimarães Rosa:

O que vemos agora, sob este aspecto, é uma florada novelística marcada pelo refinamento

técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade. (CANDIDO, 1987, p. 161).

Neste caso, porém, não acontece o “descarnamento” dos traços pitorescos. Antes, verifica-se a sua presença ostensiva, estrutural, no texto. Trata-se de um dado essencial para a visão do narrador, que vê no Cabo o “outro” com quem, no entanto, tem afinidades e em quem reencontra, nas suas voltas ao seio familiar, a província. Tal problemática sugere uma leitura do texto de Francisco Dantas como uma paródia dos nossos anti-heróis literários – populares, regionais, picarescos – na periferia.

Esses anti-heróis chegam enfraquecidos no texto, embora com ampla visibilidade. A sua anacronia é gritante e o leitor, se quisesse reviver o espírito dos marinheiros que enfrentaram aquele triste albatroz de Baudelaire², poderia vaiar o Cabo/Delegado no seu desajeitado comparecimento. Nele, chegam também resquícios dos espíritos do engenhoso cavaleiro de La Mancha, do brasileiro Sargento de Milícias, até de Malazarte e/ou Belazarte, entre outros. Eis o início de tudo:

Josino Viloso partira de peito estufado, em cujo fundo, no entanto, um olho agudo podia lobrigar uma certa falta de jeito: aquele anseio de passarinho que, uma vez solto nos ares, ganha um formigamento, uma espécie de dormência nas asinhas que tatalam agitadas, por haver sido criado em gaiola; e, pende aqui... cai acolá... sai trambecando... trambecando... até reconquistar o equilíbrio. (p. 9).

2 Cf. *As Flores do Mal* (BAUDELAIRE, 1985, p. 110-111).



Forçando um pouco a nota, não será difícil reconhecer na desajeitada personagem um traço da ave mal vista pelos marinheiros baudelairianos:

Antes tão belo, como é feio na desgraça
 Esse viajante agora flácido e acanhado!
 Um, com o cachimbo, lhe enche o bico de fu-
 maça,
 Outro, a coxear, imita o enfermo outrora alado!

O objetivo desta leitura não é, contudo, estabelecer uma comparação entre essas personagens nem entre os gêneros literários nos quais elas comparecem. Antes, chama a atenção o procedimento que permite uma visão de tão díspares imagens em períodos distintos do mundo moderno, sobretudo considerando a sua permanência no contexto da globalização.

A ave de Baudelaire e também os pícaros e malandros são personagens que se reportam ao que vigorava antes da sua aparição, numa atitude subversiva que expõe ao ridículo aquilo tudo e todos os que permaneciam, embora já sem função, no eixo central do que era considerado moderno ao seu tempo. A imagem que cai na desgraça é alvo prioritário de quem passa a ver, no mesmo nível, o grotesco por uma lente ampliadora dos traços antes imperceptíveis – um ofuscamento que era gerado pelas relações de poder do passado, antigas e enfraquecidas no presente.

Nessa relação, distinguem-se as visões de quem está no mesmo nível – por exemplo, os marinheiros no convés onde aparece o albatroz — e de quem vê com distanciamento o episódio — no caso do poema de Baudelaire, o poeta.

Tal fenômeno ocorre parcialmente em *Cabo Josino Viloso*. A chegada do delegado ao espaço da narrativa ocorre ao longo dos três

primeiros capítulos e a vivência com a população da comunidade somente tem início no quarto capítulo (“O aperto dos primeiros dias e semanas”). Nesses três capítulos iniciais, o narrador se encarrega de construir o desprestígio da personagem, cujo ápice é atingido no episódio da chegada à praça do vilarejo, quando Josino cai do seu estropeado cavalo e fica, portanto, em posição humilhante: “De cara beijando a nova terra, o Cabo se imobiliza, quase desfalecido de verdade, se sentindo entalado entre torpedos e uma matilha carniceira”. (p. 32). A expressão do narrador resume, em linguagem popular, a atitude da comunidade em reação à chegada do seu primeiro delegado: “pintaram foi o diabo”. Sem júbilo, sem aperto de mão afetoso, o ambiente permaneceu carregado durante uma semana, até que os meninos e alguns idosos, desconfiados e arredios, tiveram as primeiras visões do desconhecido, no que resultou uma desconfiança coletiva: “— ou é doido varrido... ou anda munido de oração forte contra faca, chumbo e pancada”. (p. 48). Já os arruaceiros do lugar declararam hostilidade declarada ao Cabo.

Em tal situação, a atitude do povo do Alvide corresponde ao comportamento dos marinheiros no convés onde aparece o albatroz de Baudelaire, em que se tem uma visão de quem está no mesmo nível do que é observado. Para os arruaceiros, especialmente, Josino era um militar desatinado, possuidor de uma loucura delirante, que viera cutucá-los na própria toca, ou seja, na “terra onde reinava uma impunidade feroz e assombrosa”. (p. 50). No entanto, se a atitude da comunidade corresponde à das personagens baudelaireanas, a perspectiva do narrador não corresponde, exatamente, à perspectiva do poeta de *As flores do Mal*. Distante e ao mesmo tempo próximo da personagem ridicularizada, o narrador revela o seu grau de intimidade com aquela situação:

Quantas vezes, nas minhas pernas de cambito, entrei na nossa Delegacia. Naquela redondeza toda, cercada pelas altas serras, e no meio de léguas e léguas de caatinga, era a única repartição do Governo carregada de soberba aura oficial: a



um só tempo, amedrontava e comovia as pessoas. Era, para todos nós, o lugar mais importante do mundo. Nos dias em que, por império da sina, ou força das contingências, tive de me demorar um tempinho pisando ali, numa espécie de estágio, me envolvi em brincadeiras que estão na minha saudade: me balancei na famosa rede do Cabo, enganchada numa forquilha de pau; desci no buraco da cadeia; tive na mão a temível arma monstra; soprei a chama da sua vela benta; pus na cabeça o quepe de militar. Mas a familiaridade com esses pertences do nosso Cabo, o dia-a-dia repetitivo, ajudaram a apagar de minha alma de menino aquela primeira impressão de fascínio que emerge das coisas sagradas. Só com o tempo elas retornaram para fachear no miolo dos meus olhos. (p. 103).

Antes de dificultar a compreensão do processo construtivo da personagem, essa posição do narrador, próxima e ao mesmo tempo distante, ajuda na percepção do elemento verossímil da novela. Assim, o narrador fica à vontade para dar o seu aval quanto ao caráter humano do Cabo Viloso:

Falo é de um herói com estofo de erros e acertos, congeminado com o seu tempo, se doando a seu povo por império de uma vocação determinada. Cômico de sua missão, e contando com tão pouco, apenas com as palavras daquela arma monstra, o Cabo Viloso nunca se furtou aos desafios. No início de sua carreira, esteve até pra ser espancado e corrido, esteve até pra ser mangado, pra cair na insensatez, mas a sua conduta sempre atalhou a caçoadada. Os que não se fiaram na sua competência, arrependeram-se. Até os mais recalitrantes passaram a ter



vergonha de bulir com ele. Além disso, o Cabo tinha suficiente autoconfiança, contava com aquele negócio de bolar uma saída genial para escorregar de qualquer dificuldade. (p. 114).

A apropriação das tradições da malandragem e do regionalismo ocorre de modo conjugado à questão do letramento que se impõe como condição de sobrevivência do delegado. Também por essa via, ele escorrega de qualquer dificuldade e, de forma artilosa, chega à aposentadoria e ganha o respeito do narrador, conforme o relato final:

Desde menino, acompanhei, embora a longos intervalos, a conduta de Josino Viloso em inúmeras ocasiões em que variaram as circunstâncias. Somente ao me deparar, pela primeira vez, com a satisfação estampada em sua cara, vim a entender, afinal, que aquela sua feição permanentemente enigmática era uma máscara colocada por uma força governável que ele manipulava com facilidade. Enfim, chegara a sua vez. Ganhara o repouso decorrente do merecimento de uma vida devotada à ordem e ao trabalho. (p. 149).

Se tomarmos como ironia as palavras finais do narrador, vale a pena reler toda a novela para verificar nela os traços parodísticos que a inscrevem numa história do regionalismo e da tradição da malandragem na literatura brasileira, tornando possível recuperar na discussão o conhecimento acumulado sobre essas questões tão atuais.

A leitura de *Cabo Josino Viloso* pode significar, então, um desafio de compreensão sobre a questão regional no Brasil, sobretudo porque o problema das regiões se impõe à discussão no campo extraliterário e especialmente em momentos de crise da chamada identidade nacional. O regional conduz, na sua matéria, a especificidade da cor local na contracena daquilo que se denomina universal ou global, ou inespecífico. Há muito que se deu por vencida



a noção de regionalismo³ na literatura brasileira, mas a temática do regional permanece como matéria de obras expressivas da contemporaneidade e, por outro lado, aquelas obras canônicas do chamado regionalismo crítico (o “romance de 30”, por exemplo), continuam a despertar o interesse dos estudos literários⁴.

Segundo Lígia Chiappini Moraes Leite (1995), a história do regionalismo mostra que ele sempre surgiu e se desenvolveu em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização, fato que leva a considerá-lo como um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano. Atualizando a discussão sobre o tema, Luís Bueno (2012) se propõe a, por meio da análise do problema da alteridade, rever como uma tradição literária sempre descrita como fundada em divisões – entre regional e urbano, social e psicológico, cotidiano e sublime. Assim, a representação da alteridade seria um problema de origem da literatura brasileira e incluiria não só regionalismo, mas até mesmo a literatura que se inscreve no universo dos valores urbanos. Por esse ângulo, o estudioso defende que a diferença entre classes continua gerando uma diferença radical entre o mundo do homem letrado e o do iletrado. Tal perspectiva tem implicações:

O localismo, ou o nativismo, ou o regionalismo passam a ser categorias que integram o esforço de representação da alteridade que está

3 Antonio Candido (1987, p. 157) esclarece que o termo “[...] abrange toda a ficção vinculada à descrição das regiões e dos costumes rurais desde o Romantismo”. Encarado como um tema, deve ser percebido no âmbito da atuação que as condições econômicas e sociais exercem sobre a sua escolha. Nessa perspectiva, o regionalismo permanece como uma força estimulante na literatura, uma vez que a situação de atraso econômico e social do país periférico invade o campo da consciência e da sensibilidade do escritor, “[...] propondo sugestões, erigindo-se em assunto que é impossível evitar, tornando-se estímulos positivos ou negativos da criação” (CANDIDO, 1987, p. 158).

4 Cito como exemplos os estudos reunidos em: ARAÚJO; OLIVEIRA (2010); SALES; SOUZA (2013); LÚCIO; MACIEL (2013); MACIEL (2014), além do Estado da Arte que é resumido nos parágrafos seguintes.

na base de nossa tradição literária – **a universalidade, dessa maneira, não se opõe a elas por princípio**” [...] (BUENO, 2012, p. 120-121. Grifo meu).

Destaca-se, também, nessa discussão, a contribuição de Juliana Santini com o questionamento sobre como pensar a presença do dado regional na prosa contemporânea: “[...] A representação do real, em narrativas que tratam de “territórios extremos”⁵, se dá de maneira semelhante ao que definiu a narrativa de 30 ou a produção de João Guimarães Rosa?” (SANTINI, 2014, p. 122). Tais perguntas surgem a partir da leitura do romance *Galiléia* (2008), de Ronaldo Correia de Brito. Nele, estaria “[...] a possibilidade de reinvenção do regionalismo ou a permanência de modos supostamente anacrônicos de representação”; a este propósito, a autora considera “o reducionismo de parte da crítica que toma o espaço do sertão como elemento que determina a natureza regionalista do texto” (SANTINI, 2014, p. 130 e 131). Em contraposição a esse reducionismo, chama a atenção para “[...] uma narrativa que representa as dimensões sociológica, simbólica e humana de um espaço que permanece, ainda contemporaneamente, com particularidades em relação a um território tido como central ou economicamente hegemônico” (SANTINI, 2014, p. 131). Neste sentido, remete à ficção de Milton Hatoum, por meio da leitura de Tânia Pellegrini⁶, para verificar que “[...] o sertão aparece em *Galiléia* como território da mesma natureza, aqui demarcado pelo reencontro, pelo trânsito e pela procura da identidade” (SANTINI, 2014, p. 132). Nesse romance, o dado real chega na narrativa concentrando as dissonâncias de um sertão que promove a junção de elementos dissonantes (elementos da tec-

5 Termo referido de Pellegrini (2008), pela autora.

6 Santini (2014, p. 132) afirma que o romancista faz de Manaus um espaço literário modificado pela memória e pela experiência de seus personagens, para a seguir citar Pellegrini (2004) na seguinte nota de rodapé, que reproduzo: “São como territórios concêntricos, um dentro do outro: a Manaus real e seu duplo, a Manaus imaginária; dentro, a colônia libanesa, no centro da qual as casas das famílias avultam como espaço privilegiado”.



nologia e o arcaico da tradição, incluindo um código de honra cuja vigência se mantém paralelamente ao aparato governamental). Tais dissonâncias definem também, segundo a autora, a identidade (da personagem e do próprio sertão), na busca por conciliar diferentes tempos em si mesmo. Assim, a realidade sertaneja que se impõe à narrativa de *Galiléia*, em tom menos documentário do que aquele observado por Antonio Candido na literatura regionalista de princípios do século XX, tornaria necessária:

[...] a reflexão em torno da existência – ou não – de um novo regionalismo ou, se mais adequado, de uma prosa regionalista erigida a partir de outros modos de representação. É assim que a realidade sertaneja contemporânea – marcadamente característica da constituição sócio-econômica brasileira – entranha-se à narrativa como experiência identitária de um sujeito que, no texto, olha para essa realidade e a elabora como traço constitutivo de sua própria condição no mundo, o que faz com que o que poderia ser tomado como um espaço do outro seja, no limite, o lugar de si mesmo. (SANTINI, 2014, p. 132)

É ainda Antonio Candido, no entanto, quem nos dá uma pista para a leitura da novela de Francisco J. C. Dantas. Segundo o autor de “Literatura e subdesenvolvimento” (1987), após a chamada “morte do regionalismo” e também após o aparecimento da narrativa de Guimarães Rosa a temática pressupõe uma “dimensão regional” presente em muitas obras da maior importância, embora sem qualquer caráter de tendência impositiva, ou de requisito duma equivocada consciência nacional. Para verificar a sua validade, faz-se necessário, portanto, analisar a forma da linguagem que dá objetividade a tal dimensão que chega ao leitor por meio de uma temática. No caso da novela de Francisco J. C. Dantas, a linguagem é assunto

no enredo e determina a relação do protagonista com o mundo da escrita, relação que é fundamental para o seu destino.

Já no início da novela, o leitor toma conhecimento da importância da Portaria de nomeação do delegado, que Josino Viloso transporta no bolso da calça com o maior cuidado, pois tem consciência da validade desse documento escrito:

[...] E o rocegar da mão na farda dá-lhe um choque. Ele meneia a perna, vasculha o bolso e retira, na ponta dos dedos, o papel da Portaria. Desdobra-o e chega a suspender-se da sela tomado de grande susto. A Portaria que é a sua própria vida! Constata, com zelo e apreensão no olhar: “Vou perder meu documento. Está quase se delindo, assim empapado de suor”. O Cabo pendura o beijo, amostra uma cara contrariada, dobra o papel com cuidado e transfere-o para o bolso direito da túnica, o bolso de baixo que é maior e mais solto. Um bolso enxuto, que não se cola ao corpo. (p. 19).

O detalhe descritivo denuncia para o leitor a tensão entre a consciência sobre a importância do documento e a efetiva relação do sujeito com o mundo da escrita. Páginas atrás, o leitor ficara sabendo que o Cabo não separava a mão esquerda da coxa, em cujo bolso levava a Portaria de sua nomeação. (p. 13 e p. 16). Mas o suor do seu corpo tende a apagar, a anular o documento, como se estivesse na iminência de, simbolicamente, demonstrar que não compartilha com aquele mundo. Neste caso, o suor do corpo do analfabeto desmentiria naturalmente a letra oficial. O ato de colocar o documento no bolso do lado direito afasta, então, o corpo e a escrita. Mas a túnica estabelece a mediação entre os dois mundos, pois ela ostenta, como farda, o poder.

Ainda na fase em que acontece a sua chegada à comunidade do Alvide, reitera-se a necessidade que o novo delegado tem de se apegar ao mundo da escrita. Trata-se do episódio em que ele encontra o co-



letor de impostos Zeca Papão, que é quem recebe as suas credenciais e lhe entrega oficialmente a delegacia: “Pena que não lhe desse tempo a desdobrar ante seus olhos a Portaria de sua nomeação!” (p. 45). De um modo geral, a questão da escrita está vinculada ao convívio da personagem com as formas urbanas de sociabilidade e de poder.

Tal aspecto se faz presente, por exemplo, no episódio de convocação para uma reunião do delegado com os valentões da cidade, oportunidade em que é usado o vocábulo “intimação”, que logo é substituído por se tratar de um termo “muito duro e grosseiro”, na avaliação do Cabo: “– Oi! você aí, menino letrado! Ninguém intima ninguém não. Adonde eu digo que é um convite. Que convido em diligência do Governo. Vão... Vão...”. (p. 66). Os sinais de urbanidade ganham força na estratégia de pacificação da comunidade e a violência física é substituída pela negociação advinda da relação de compadrio que o Cabo inaugura:

Somente a limpeza preventiva lhe importava. Era cortar o mal com a energia da mente, sem faca aberta na mão. Nisso aí, ninguém igualava o Cabo, sujeito que via longe... A engatilhar a sua arma mostra e colher o resultado em sangue e carniçaria, ele preferia agir como diplomata educado e sociável. Essas duas qualidades eram decerto incompatíveis com sua cara indecifrável. Mas Josino Viloso era um soldado audacioso. Misturando tudo no seu almofariz particular, bolou esse negócio de compadrio, que terminou dando certo: continuou ileso, diminuiu o número dos tabefes que estalavam na Pracinha, e evitou que a sua gente caísse na impunidade. (p. 68-69).

Do ponto de vista da história da literatura, tal estratégia pode ser vista como uma contraposição ao uso da violência no mundo do regionalismo tradicional, mas não deixa de ser também uma paródia da civilização, como uma espécie de realismo às avessas, cujo propósito parece ser o de expor o hábito da corrupção enraizado nas

relações de poder. No entanto, não se trata apenas de corrupção, pois o delegado encontra formas alternativas de mediar conflitos. Seja o caso do recurso à rapadura⁷ como forma de quebrar, pelo adoçamento, os impasses das pequenas encrencas. Nisto, verifica-se a capacidade de negociação de modo criativo e adequado à cultura, porém, não menos astucioso e reforçador do poder instituído.

Toda a estratégia do cabo no sentido de ostentar a sua posição de comando é enfraquecida, contudo, pela precariedade das condições estruturais que rodeiam o seu espaço de poder. A tal ponto, que após a sua única túnica tornar-se esfarrapada, fato que resulta numa espécie de ameaça de despojamento da sua condição de representante governamental, surge o episódio da carta de solicitação de provimentos – “Pedi [ao tio do narrador] cheio de ipsilones, reservado, despejando olhares pelos cantos, como se compartilhasse um segredo”. (p. 97) –, conforme descrito no início deste ensaio. O não atendimento da solicitação agrava a situação e o delegado recorre mais uma vez ao poder da escrita como um ato de desespero e pede a seu Melenguê que escreva a palavra D E L E G A D O no seu peito:

[...]– É mode o povo se dar ao respeito. Mode a gente evitar uma carniçaria. – E como era mulato carregado, ainda insistiu: – Adonde eu digo que avive bem forte, seu Melenguê, empurre o carvão com força mode esse povinho de fora conhecer que no Alvide tem autoridade. (p. 99).

Nesse episódio, o leitor toma conhecimento também do motivo do título da novela. Como se tornou complicado gravar no próprio corpo do delegado, a carvão, a palavra sugerida (“– Ô seu Divino Melenguê... adonde eu digo: saiu muito miúdo. Assim, não se

⁷ “Depunha a arma a um canto e, num tom familiar, chamava as partes: – anda pra cá... anda pra cá... – A seguir, fechava a porta, e amarrava o cipó pra que os abelhudos não devassassem a descompostura que ia passar nos dois azougados. O Cabo não abdicava da sua discricão. Por isso, estendia ao mais próximo dele um tijolinho de rapadura. O sujeito [...] punha na boca uma lasquinha. Salivava... e a rapadura adoçava o coração”. (p. 82).



enxerga direito” – p. 101), ele sugere ao “escrivão” que resolva o caso de modo provisório e a resposta vem: “– Só se eu botar aí C A B O, que é um nome curtinho. Com as quatro letras graúdas, eu encho a tábua do peito”. (p. 102). Com a solução, o narrador fecha o capítulo:

Foi o modo mais apropriado que lhe acudiu para remediar o desfalque da túnica que já não era reconhecida. Agora, qualquer sujeito veria que ele não era um simples Cabo interino. Tinha aquela inscrição que ajudava a sua farda. Era um cabo de divisa. Era um Cabo de patente! (p. 102).

3. O regional e as formas de prestígio

Não obstante a importância dos demais episódios e dos aspectos diversos da novela, a questão do letramento mencionada repõe na ordem do dia a complexidade do elemento regional na literatura brasileira atual. Com a perspectiva paródica, o texto de Francisco J. C. Dantas confere permanência ao tema regional, confirmando a sua tradição e se inscreve no fórum de discussões pertinentes de obras que tematizam certas questões aparentemente periféricas no sistema literário e na sociedade.

A luta pela manutenção das aparências como forma de assegurar o *status quo* conquistado a qualquer custo, como uma questão social brasileira, é um desses aspectos que vem à tona por meio do elemento grotesco, da comicidade. Em meio à tensão dessa luta, a esperta personagem demonstra ter percepção do fato de que a sua sobrevivência depende da adesão às formas urbanas de convivência. Nesse contexto, as aparências garantem a sua inscrição na ordem estabelecida. A sua localização periférica no sistema (em vários níveis: posição geográfica, condição social, situação de letramento, status de personagem protagonista no gênero narrativa) reforça os traços pitorescos da novela, mas a perspectiva parodística do narrador relativiza a aparência desses traços e põe em diálogo a região com o que é humano ou universal. Assim, o desprestígio da personagem (seja pelos seus traços de malandragem, seja pela sua condição de

representante regional) pode levar a refletir sobre o conjunto da sociedade que gerou a situação apenas aparentemente disforme.

Diante da desigualdade, a personagem reage com as armas que tem à disposição ou consegue arrancar dos seus adversários, embora sonhe em se igualar a eles, anulando assim as diferenças. O uso da escrita revela essa contradição. Para a crítica, revela-se uma questão necessária: não e possível, ainda, ignorar no Brasil os registros do regional, que tem roubado de forma sutil a cena das altas literaturas sempre que recorre às suas formas de prestígio.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de; OLIVEIRA, Irenísia Torres de. (Orgs.). *Regionalismo, modernização e crítica social na literatura brasileira*. São Paulo: Nankin Editorial, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do Mal*. Tradução e notas de Ivan Junqueira. Rio e Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BUENO, Luís. O intelectual e o turista: regionalismo e alteridade na tradição literária brasileira. *Revista IEB*, São Paulo, n. 55, p. 111-126, mar./set. 2012.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite: e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

DANTAS, Francisco J. C.. *Cabo Josino Viloso*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura*. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 153-159, 1995.

LÚCIO, Ana Cristina Marinho; MACIEL, Diógenes André Vieira (Orgs.). *Memórias da Borborema: reflexões em torno do regional*. Campina Grande: ABRALIC, 2013.

MACIEL, Diógenes André Vieira (Org.). *Memórias da Borborema 2: Internacionalização do regional*. Campina Grande: ABRALIC, 2014.

NUNES, Benedito. [Orelha do livro]. In: DANTAS, Francisco J. C.. *Cabo Josino Viloso*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

PELEGRINI, Tânia. Regiões, margens e fronteiras: Graciliano Ramos e Milton Hatoum. In: _____. *Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. p. 117-136. PELEGRINI, Tânia

PELEGRINI, Tânia. Milton Hatoum e o regionalismo revisitado. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 41, n. 1, p. 121-138, 2004.

SANTINI, Juliana. O realismo regionalista e a narrativa de Ronaldo Correia de Brito. In: MACIEL, Diógenes André Vieira (Org.). *Memórias da Borborema 2: Internacionalização do regional*. Campina Grande: ABRALIC, 2014. p. 113-134.

SALES, Germana; SOUZA, Roberto Acízelo de (Orgs.). *Literatura brasileira: região, nação, globalização*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2013.

HUMBERTO HERMENEGILDO DE ARAÚJO é poeta, escritor e professor aposentado da UFRN. Autor de *O Lirismo nos Quintais Pobres, Rastejo, Arguerinha*, e outros livros. Membro do IHGRN, e da Academia Norte-rio-grandense de Letras.



ANCHIETA FERNANDES:

58 ANOS DE LITERATURA

Thiago Gonzaga

O poeta russo Vladimir Maiakovski disse em seu poema “A Guerra e o Mundo”, que cada país deveria deixar para o homem do futuro o que tem de melhor. No caso da Rússia, segundo Maiakovski, o legado maior seria a poesia. O poeta ressaltava como o Ocidente admira a arte russa, dentre tantas modalidades, como o balé clássico, o teatro, o romance e a música, contudo, a poesia seria a maior de todas as artes russas. Trazendo, ou melhor, adaptando o belo pensamento de Maiakovski para a nossa realidade, diríamos que, em se tratando de literatura, se o Rio Grande do Norte tivesse uma espécie de painel onde pudesse expor seus grandes escritores para o homem do futuro, com certeza o ensaísta e poeta Anchieta Fernandes estaria incluso nele.

José de Anchieta Fernandes Pimenta nasceu em Caraúbas, no dia 09 de junho de 1939. Chegou à capital do Rio Grande do Norte no início dos anos 60 e, em meados da década, juntamente com Sanderson Negreiros, Jarbas Martins, Dailor Varela e outros, já participava ativamente do movimento do Poema Processo com a fundação do grupo “DÉS”.

O primeiro trabalho impresso de Anchieta Fernandes foi a publicação do poema “Harpa Eólia”, versos líricos sobre a carnau-beira, publicados em 1960, numa coluna do jornal “Tribuna do Norte” intitulada “Poesia do Leitor”. Com seu irmão e também poeta João Charlier, participou da I Exposição de Poesia Ilustrada, organizada pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Natal, na Galeria de Arte da Prefeitura, em outubro de 1963. Com o soneto “Elegia de Pedro Teixeira”, poema de caráter político, lamentou o violento assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, em 1962, a mando dos coronéis la-



tifundiários. Em visita à referida exposição, Rômulo Wanderley leu o poema de Anchieta ilustrado para a exibição por Newton Navarro. Rômulo incluiu Anchieta, Charlier e outros poetas no “Panorama da Poesia Norte-Rio-Grandense”, (1965), porém, curiosamente o poema de Anchieta selecionado foi “Canção Para Maria”, espécie de poema lírico à moda do Romantismo. Sobre a sua participação no movimento do poema/processo, ele próprio nos esclarece em entrevista constante do livro *Impressões Digitais – Escritores Potiguares Contemporâneos V. II*, Cja Edições, 2014.

“No histórico da minha presença na vanguarda do Rio Grande do Norte, tem-se que começar com a poesia concreta, pois o poema/processo veio depois. Em Caraúbas, eu recebia a revista “Letura”, que o meu irmão Charlier, que viera morar em Natal antes da família chegar, ele vindo para continuar os estudos e trabalhar, mandava para mim. Era uma revista de literatura moderna, dirigida por Barbosa Melo; lendo-a, fui compreendendo que Castro Alves, mesmo com seu humanismo antiescravista, já estava superado. Chegando a Natal com o resto da família, em 1960, vivenciei primeiro a amizade com pessoas que eram jovens também, ampliando o conhecimento da literatura moderna com Dailor Varela, Moacy Cirne e Ribamar Gurgel, meu primo. Eles eram estudantes do Marista e do Colégio Municipal de Natal. Moacy ganhara um prêmio nacional do “Jornal de Letras”, com um ensaio sobre Mário de Andrade. Em 1966, ele foi ao Rio de Janeiro receber este prêmio. Voltou a Natal com um farto material sobre poesia concreta, livros, revistas e jornais, e até poemas avulsos em forma de objetos. Mostrou-nos este material e nos convocou, e a outros intelectuais jovens, para uma reunião no antigo restaurante A Palhoça, vizinho ao Cinema Rio Grande. A reunião começou com esta proposta de Moacy: “Que tal fazermos uma revolução na literatura norte-riograndense?” Sem saber o que era, eu perguntei: “mas que revolução é essa?” Moacy disse: “Nós não podemos viver estagnados na admiração por Carlos Drummond e Manuel Bandeira”. Então explicou do que se tratava. Em 1966, estava-se comemorando os 10 anos de lançamento da poesia concreta em São Paulo, pelos irmãos Campos, Haroldo e

Augusto e Décio Pignatari. Moacy perguntou: “Quem aqui já fez poesia concreta?” Eu, que tinha visto e lido na revista “O Cruzeiro”, nos anos 50, a reportagem “O Rock-and-roll da Poesia”, sobre a poesia concreta, e que logo em seguida tinha tentado fazer alguns poemas naquela linha, disse a Moacy que eu tinha alguma coisa para mostrar a ele e ele dizer se era poesia concreta. Alguns dias depois, mostrei a ele e ele disse que era, sim, poesia concreta. Portanto, o meu poema “Marinha Concreta” fez parte da I Exposição de Poesia Concreta de Natal – Explo 1, que o nosso Grupo Dês, formado com este nome para homenagear o poema vanguardístico de Mallarmé “Um Coup de Dês”, mostrou, na Galeria de Arte do Município, na Praça André de Albuquerque, a partir do dia 05 de dezembro de 1966. O meu poema fez parte também do livrinho “Poesia Concreta Dez Anos”, que o então prefeito de Natal, Agnelo Alves, mandou publicar, como o nº 2 dos “Cadernos de Cultura”. Na exposição, o Grupo Dês lançou o manifesto “Por Uma Poesia Revolucionária, Formal e Tematicamente”, assinado por mim, Dailor Varela, Fernando Pimenta, Jarbas Martins, João Charlier, Juliano Siqueira, Moacy Cirne e Ribamar Gurgel. Depois da exposição, houve algumas palestras em escolas, na Casa do Estudante, na Faculdade de Sociologia, no Restaurante Universitário. Explicávamos o que era poesia concreta, e tentávamos aliciar novos poetas ao movimento. Isso fizemos durante boa parte de 1967. Mas acontece que até o fim do referido ano, houve uma conscientização (inclusive através de correspondência com Moacy – que passara a morar no Rio de Janeiro no começo de 1967) de que a realidade dos anos 60, tecnológica e poeticamente, era diferente dos anos 50 vivenciados pela poesia concreta. Esta trazia experimentos com a palavra e com o seu espaço. Apesar dessa inovação, ela se encerrava na imobilidade da estrutura da palavra em si. Nós do Grupo Dês (aliás, já abandonando este nome) buscávamos algo novo, e começamos a divulgar uma nova teoria, muito baseada na obra de Wladimir Dias Pino, onde cada poema é sempre aberto a etapas sucessivas, a versões, movimentando-se da palavra às puras linhas geométricas e grafismos. Tomou corpo, então, o movimento Poema/Processo, apresentado



ao público na Exposição Nacional de Poemas Processo, aberta a 10 de dezembro de 1967. Exposição simultânea : Natal (no prédio do Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte, o Sobradinho, hoje Museu Café Filho) e Rio de Janeiro (no prédio da Escola Superior de Desenho Industrial). Em Natal, a exposição também foi chamada Explo 2, e suas novidades teóricas e práticas foram divulgadas através do manifesto-programa “Poesia Nova, Processo Novo: 8 pontos”, assinado por mim, Dailor Varela, Falves Silva, Fernando Pimenta, Frederico Marcos, Marcos Silva, Moacy Cirne, Nei Leandro de Castro, Ribamar Gurgel e Sanderson Negreiros. É importante dizer que o nosso objetivo, com o Poema/Processo, não foi de lutar contra a palavra em si, e sim de trazer a dinâmica da palavra, de desentrevá-la da imobilidade aural e encontrá-la junto a outros objetos, no desencadeamento de novos processos. Contra a imobilidade das estruturas, linguísticas ou político-sociais, pela invenção de novos processos.”

No final dos anos 70 Anchieta Fernandes foi nomeado repórter/pesquisador do Departamento Estadual de Imprensa, e escreveu matérias para o jornal “A República”, onde inclusive criou a coluna “Leituras & Pesquisas”. Exerceu ainda a função de Supervisor de Redação do suplemento “Nós, do RN”, tendo se aposentado recentemente.

Anchieta fundou os jornais “O Popular” (1953), “O Juvenil” (1955), “Juventude” (1960) e “Lolita” (1987-1990). Além do jornal “A República”, manteve colunas também nos jornais natalenses “Prisma”, “Tribuna do Norte”, “Diário de Natal/O Poti”, “Jornalzinho do Sebo Vermelho” e “O Canguleiro”; teve trabalhos incluídos em várias antologias nacionais e internacionais. É citado em livros e ensaios de Moacy Cirne, de Manoel Onofre Júnior (*Salvados*), Tarcísio Gurgel (*Informação da Literatura Potiguar*), integrou o livro/ensaio *Além do Nome*, de Marize Castro, e a nossa principal antologia poética, organizada por Assis Brasil, *A Poesia Norte-rio-grandense no Século XX* (1998), dentre outros.

Anchieta participou de exposições de poemas visuais, nacionais e internacionais, destacando-se uma “Multimídia Internacio-

nal”, ocorrida em Natal, 1983. A plaqueta “Desenhistas Potiguares-Caricatura e Quadrinhos”, foi publicada como Vol. 1 da Coleção Informação, das Edições SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura de Natal, e também patrocinada pelas Organizações Walter Pereira (ex-Livraria Universitária), 1973. Anchieta fez parte do Grupehq, (Grupo de Pesquisas de Histórias em Quadrinhos), após a I Exposição norte-rio-grandense de Quadrinhos, que fora organizada pelo desenhista Emanuel Amaral, e fora aberta ao público de 15 a 22 de maio de 1971, na Biblioteca Pública Câmara Cascudo. Crítico e teórico dos quadrinhos, quando o Grupehq lançou, no jornal matutino natalense O Poti, a 01 de agosto de 1971, o suplemento “Quadrinhos”, Anchieta passou a colaborar sempre, publicando no suplemento artigos sobre o tema.

Devemos destacar a polivalência do intelectual que também além de poeta é jornalista, contista/cronista bissexto, crítico literário e cinematográfico, publicou diversos livros em vários gêneros, destacando-se no ensaio e na pesquisa. *Por Uma Vanguarda Nordestina* (1976), *Femina Infantis* (1987). *Écran Natalense, Capítulos da História do Cinema em Natal* (1992), (este livro, o primeiro publicado pela Editora Sebo Vermelho, virou uma espécie de best-seller local, e foi inclusive adotado, durante um certo período, pelo curso de comunicação da Universidade Potiguar.).

O escritor caraubense publicou ainda *Poema/Processo: Perguntas e Respostas* (1992), *Poliantéia, Homenagem Póstuma a Reinaldo Fernandes Pimenta Filho* (1996), *História da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte* (2006), recebeu em 2005 o Troféu O Poti (prêmio cultural do Diário de Natal) e em 2008, o Prêmio Berilo Wanderley, criado pelo Festival de Cinema de Natal. Vale dizer também que participou ativamente da elaboração e pesquisa do livro *Antilogia Poética Potiguar anos 70/80* de J. Medeiros, tendo feito o ensaio de abertura da obra.

Anchieta Fernandes está incluso no livro *A Poesia e o Poema do Rio Grande do Norte* de Moacyr Cirne. Além de fazer parte de estudos de dissertações e teses no mundo todo sobre o movimento



vanguardista, consta em livros como *Seven Faces: Brazilian Poetry Since Modernism* de Charles A. Perrone, publicado em Londres, 1996; *Flash*, de Oscar Kellner Neto, lançado em Minas Gerais em 2010, *Conceptualism in Latin American Art: Didactics of Liberation* de Luis Camnitzer, publicado no Texas (EUA) , em 2007.

No início dos anos 70, juntamente com Moacy Cirne, Anchieta engaja-se no movimento para teorizar os quadrinhos, e em 1976 publica um livro dos mais importantes para a nossa literatura, *Por uma Vanguarda Nordestina*. Sobre esses assunto ele discorreu na entrevista que nos concedeu, constante no livro *Impressões Digitais – Escritores Potiguares Contemporâneos*.

Por Uma Vanguarda Nordestina, pode-se dizer que foi o meu primeiro livro publicado, se se atender à definição de “livro” pela UNESCO: “qualquer número de páginas superiores a oitenta, devidamente costuradas.” Mas talvez este aspecto formal quantitativo não seja tão importante. *Por Uma Vanguarda Nordestina* é de 1976, e em 1973 eu já havia publicado *Desenhistas Potiguares Caricatura e Quadrinhos*, um livrinho de poucas páginas, que no entanto contém a minha informação sobre os nossos desenhistas (desde o pioneiro Poti) que não desmerece o seu lugar em qualquer biblioteca, por ser útil a qualquer pesquisador deste tipo de arte. O título “Por Uma Vanguarda Nordestina” não queria dizer que existia uma vanguarda em todo o Nordeste. O título não afirma, e sim trabalha por. Eram minhas propostas de como o Nordeste deveria, mais do que nunca, estar pronto a se abrir à vanguarda. Uma vanguarda socialmente necessária ao momento histórico, de evolução do repertório tecnológico e cultural que estava chegando à região. Afinal, 1976 foi o ano de lançamento da revista de quadrinhos natalense Maturi, um marco do quadrinho brasileiro, com colaborações inclusive de Henfil; e também o ano em que se pré-inaugurava, em Camaçari, na Bahia, a Oxiteno Nordeste S.A., fábrica de importantes matérias-primas como poliéster, plásticos, detergentes etc. Aliás, na Literatura, o Nordeste tinha, por incrível que pareça, uma tradição de vanguarda em alguns nomes isolados, desde o maranhense Sousândrade dan-

do soluções radicais ao problema da linguagem, ao natalense Jorge Fernandes grafando a palavra “rede” na forma do próprio objeto, antecipando recursos da poesia concreta. Alguns grupos em outros estados do Nordeste, aderiram ao movimento de Natal com o poema/processo, como, por exemplo, um grupo de Campina Grande (José Nêumanne Pinto – atualmente, comentarista político no noticiário do SBT – e Regina Coeli) e um de Recife (Celso Marconi, José Cláudio, Ivan Maurício, Paulo Bruscky etc.)”.

Em 2011, Anchieta Fernandes publicou *Ler Quadrinhos Re-ler Quadrinhos RN*. Neste livro três trabalhos fundamentais para a reflexão sobre as histórias em quadrinhos no Rio Grande do Norte: “Desenhistas potiguarês”, de 1973, ensaio publicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Natal; “Do Pererê aos Quadrinhos norte-rio-grandenses”, artigo publicado na Revista de Cultura Vozes, de Petrópolis, em 1972; e o artigo-ensaio “Literatura e Quadrinhos – do verbal ao iconográfico”, também publicado na mesma revista em 1976. Ao lado de Moacy Cirne, Anchieta é dos estudiosos mais entusiasmados pela literatura em quadrinhos do Brasil.

Mais recentemente publicou *Literatura RN – Livros Selecionados* (Sebo Vermelho Edições). Sobre este livro, uma coletânea de textos publicados pelo autor nos anos 90, já tivemos oportunidade de tecer algumas considerações no livro *Os Grãos – Ensaios sobre literatura Potiguar Contemporânea* (2016). Nos últimos anos, Anchieta Fernandes é um dos escritores do Rio Grande do Norte, ao lado de Diva Cunha, Tarcísio Gurgel, Humberto Hermenegildo e Manoel Onofre Jr., que mais têm contribuído para valorização e divulgação da nossa literatura. A sua coluna *Literatura RN – Livros Selecionados*, que dá título ao livro, originalmente publicada no *Jornalzinho do Sebo Vermelho*, foi de grande relevância para promover e divulgar a produção literária local na década de 90. As resenhas de Anchieta são estruturalmente bem elaboradas, constituídas e alicerçadas no profundo conhecimento que ele tem de literatura e cultura potiguar. É evidente a boa intenção do autor em valorizar o que é nosso, o que é da terra. Vale ressaltar que o seu livro não é uma antologia, mas sim uma espécie de panorama do que foi pro-



duzido em nossa cena literária em meados e no final do século passado.

Destacamos na sua obra literária, além dos textos críticos, os seus poemas, especialmente os de vanguarda, seus estudos e pesquisas sobre cinema e sobre a imprensa potiguar. Do livro *Por uma Vanguarda Nordestina*, destacamos os ensaios em torno da vanguarda nordestina, sobretudo a potiguar. Dentre os muitos experimentos que ele fez com a palavra, sobressai o poema, talvez o mais famoso, “Olho”, estudado e divulgado internacionalmente. Por último, lançou-se, num Campus do IFRN, o livro “Olho por Olho”, uma realização dos alunos do segundo período do curso de Produção Cultural. O livro é composto por poemas visuais inspirados no seu poema mais conhecido. Muitos dos poemas/processo de Anchieta Fernandes estão espalhados no Brasil e no mundo, seja em antologias, seja em livros didáticos, em revistas de vanguarda internacionais e também em livros e suplementos culturais do Rio Grande do Norte.

THIAGO GONZAGA é escritor e professor. Autor de *Presença do Negro na Literatura Potiguar*, *Os Grãos – Ensaios Sobre Literatura Potiguar Contemporânea* e outros livros.



LEITURAS MACHADIANAS

PARTE II

João da Mata Costa

Machado de Assis – Um Leitor de Cervantes

A recepção da obra de Cervantes no Brasil não pára de crescer. Muitos poetas, músicos e escritores foram seduzidos pelo humor e aventuras do cavaleiro da triste figura. A influência de Cervantes se dá tanto na cultura popular quanto na cultura dita erudita. A primeira referência explícita ao Dom Quixote de Cervantes no Brasil encontra-se na obra do poeta satírico Gregório de Matos, do século XVII.

Os livros de cavalaria povoaram a imaginação e os sonhos de muitos escritores brasileiros: José Lins do Rego, José de Alencar, Machado de Assis e outros. Já na juventude do nosso maior escritor - que este ano está completando 100 anos com muitas festas literárias, reedições de sua obra, novos estudos e exercícios de re-escrituras de alguns de seus magníficos contos por vários escritores - Machado exaltava o D. Quixote como um passatempo agradável. Em um poema de 1856, ele escreve;

Cognac inspirador de ledos sonhos,
 Excitante licor do amor ardente,
 Uma tua garrafa e o Dom Quixote
 É passatempo amável.

São muitos os paralelos e alusões a Cervantes na obra machadiana. Dom Quixote tem no Sancho Pança o seu fiel escudeiro. Sancho adere pouco a pouco ao mundo de aventuras da cavalaria andante. Em Quincas Borba, de Machados de Assis, o protagonista cria uma filosofia “ O Humanitismo” e tem na personagem de Rubião um discípulo e continuador de sua obra filosófica. Os ideais da cavalaria são nobres e o D. Quixote luta contra as injustiças do mundo, lutando contras os gigantes personificados nos moinhos de ventos, salvando frágeis donzelas raptadas, etc.



Nobre, também, é o Humanismo de Brás Cubas que iguala fracos e fortes. Em todos os seres humanos prevalecerá uma forma superior de vida que é o “Humanitas”.

- E que Humanitas é esse?

“- Humanitas é o princípio. Mas não, não digo nada, tu não és capaz de entender isto, meu caro Rubião; falemos de outra cousa” (cap. VI).

Aos poucos Rubião vai entendendo a filosofia do Humanitas, assim como Sancho vai entrando no mundo de fantasia e verdade de seu amo Quixote. É através do dialogo que o Quixote transmite a Sancho os valores da cavalaria andante. Assim como Brás Cubas transmite a Rubião os preceitos da Humanitas.

“Vês este livro? É D. Quixote. Se eu destruir o meu exemplar, não elimino a obra que continua eterna nos exemplares subsistentes e nas edições posteriores. Eterna e bela, belamente eterna, como este mundo divino e supradivino.”

No século XIX só uma pequena parte da população brasileira cultivava a literatura. Impressiona a cultura de Machado de Assis. Impressiona a grande literatura que ele conseguiu produzir num ambiente inculdo e pobre. Na biblioteca do Bruxo de Cosme Velho existia um exemplar em francês do Dom Quixote de la Mancha, e um outro exemplar das Novelas Exemplares de Cervantes. Machado é, com certeza, um grande leitor dos escritores ingleses e franceses. Sterne, Fielding, Montaigne e Voltaire estão entre seus escritores preferidos. O grande escritor mexicano Carlos Fuentes é um assíduo e recorrente leitor de Cervantes. Fuentes observa que Machado de Assis foi o único escritor da América Latina, no séc. XIX, a seguir os passos do escritor Miguel de Cervantes. Isso se explica pela hispanofobia dos movimentos de independência dessa região.

O escritor é um sujeito crítico do seu tempo. Dom Quixote e Brás Cubas são personagens que espelham verdades históricas. A literatura e a arte refletem a sociedade e costumes de uma determi-

nada época. Cervantes é um escritor típico do Renascimento e do grande século de ouro espanhol. Sua literatura continua exercendo uma grande influência na literatura e arte brasileiras. A compreensão e estudo dessa literatura ajudam nos estudos da gênese e intertextualidade da nossa literatura, que tem em Machado de Assis um dos seus principais artífices.

UMA GRALHA NA VIDA DE MACHADO

O livro é uma das maiores invenções da humanidade. Com uma história de mais de meio milênio. No Brasil, ele completa 200 anos. O livro é fonte de sabedoria e prazer. Muitos o colecionam e fazem do livro um verdadeiro objeto do desejo e da cobiça. São várias as razões que fazem um livro se tornar raro. Uma edição limitada, ilustrada, esgotada, antiga ou com alguma particularidade na sua encadernação e conteúdo. Alguns erros de português, de digitação ou gralha tipográfica podem arruinar um livro e fazer a ruína emocional e profissional de algum escritor. Muitos livros foram renegados e destruídos depois de descobertas algumas dessas falhas.

Na vida literária do nosso maior escritor aconteceu uma dessas fatalidades que muito o magoou. A edição das poesias completas de Machado de Assis, pela editora Garnier em 1902, saiu com uma gralha tipográfica que obrigou Machado a recolher todos os livros e corrigir o pequeno erro com a mão. Alguns livros não conseguiram ser recolhidos e ficaram com o erro fatal para o grande artífice da língua portuguesa.

No belo prefácio à edição de suas poesias completas, Machado escreve:

Advertência

“Podia dizer, sem mentir, que me pediram a reunião de versos que andavam esparsos; mas, a verdade anterior é que era minha intenção dal-os um dia. Ao cuidar disto agora achei que seria melhor ligar o novo livro aos três publicados *Crisálidas*, *Phalenas*, *Americanas*. Chamo ao último *Occidentaes*.”



Não direi de uns e de outros versos senão que os fiz com amor, e dos primeiros que os reli. Suprimo da primeira série algumas páginas; as restantes bastam para notar a diferença de idade e de composição. Suprimo também o prefácio de Caetano Filgueiras, que referiu as nossas reuniões diárias, quando já elle era advogado e casado, e nós outros apenas moços e adolescentes, menino chama-me elle. Todos se foram para a morte, ainda na flor da idade, e, excepto o nome de Casimiro de Abreu, nenhum se salvou.

Não deixo esse prefácio, porque a affeição de meu defunto amigo a tal extremo lhe cegara o juízo que não viria a ponto reproduzir aqui aquella saudação inicial. A recordação só teria valor para mim. Baste aos curiosos o encontro causal das datas, a daquelle, 22 de julho de 1864, e a deste.

Rio, 22 de Julho de 1900. “

Em 1864, Machado estava com 25 anos, e recebeu 150 réis por exemplar de *Crisálidas*. No exemplar de 1902 de suas poesias completas foram deixadas de fora várias poesias de sua edição de 1864 das *Crisálidas*. Reproduzimos o famoso prefácio com a grafia da época para que o leitor aprecie o sabor e grafia do português escoreito machadiano.

Tudo estaria bem nesse prefácio não tivesse sido trocado o “e” por um “a”. Em vez de cegara o juízo, foi impresso “cagara o juízo”. Na nossa biblioteca tem um desses exemplares corrigidos à mão pelo próprio Machado de Assis. Não precisa dizer que esse é um livro precioso e raro. Um livro que orgulha a nossa biblioteca. Tudo isso faz do livro um objeto único e insubstituível. Um objeto do desejo de qualquer bibliófilo e amante de uma edição príncipes, uma tipografia, um tipo particular ou uma gralha.

Saudações machadianas

JOÃO DA MATA é escritor e professor, colabora em jornais e blogs com artigos e crônicas.

APRECIÇÃO SUMÁRIA SOBRE O TEXTO DO PROFESSOR ANTENOR LAURENTINO RAMOS, EM RELAÇÃO AO ESCRITOR JOSÉ LINS DO RÊGO

Jurandyr Navarro

O conhecido intelectual paraibano, de fama nacional, cujo notório talento reconhecido, também, no exterior, é retratado pelo docente universitário Antenor Laurentino, em texto de erudito saber.

Nele, é descrita a jornada do aclamado romancista e o faz, narrando, inclusive, pormenores de sua breve vida, porém, repleta de atividades sobre o lado, não só, intelectual, de elogiadas obras, mas, também, abrangendo o aspecto sentimental das boas ações para com o próximo, seu irmão.

Com todos os percalços de uma existência agitada, pois perdera os pais, ainda na adolescência, José Lins do Rêgo «vivia alegremente», repetindo a recomendação expressada por Rabelais, no seu “Histórias de Gargantúa e Pantagruef”.

Ele parece ter associado, espiritualmente, fraternidade e unidade de propósitos e sentimentos, tais os assinalados no «Romance dos Três Reinos», da literatura chinesa.

José Lins do Rêgo procurava, desde menino, um ideal. Diz um grande mestre-escola e pensador profundo: «o ideal é o sol da vida e a fonte de grande alegria», ele, o ideal, ordena e regula as ações a serem providenciadas.

O ideal porfiado, corajosamente, torna a velhice e a morte consoladoras, aproxima de Deus, pontifica, finalmente o autor de “Rumo à Cultura», L. Rimbolet.

O ideal, é, portanto, o farol para uma vida de trabalho.



E José Lins do Rêgo, sempre agasalhou, no espírito, o ideal de escrever romances, despertador de mentes e agradável aos corações.

O texto de Antenor Laurentino, traça, com sabedoria, o perfil literário do consagrado escritor, discorrendo com detalhes para os que desejem estudar a performance do romancista tabajara, referência das mais elevadas da Literatura pátria.

Disse John Steinbeck (Prêmio Nobel): “A Literatura é tão antiga quanto a fala. Ela surgiu a partir da necessidade humana, e não mudou, a não ser por ter se tornado mais necessária”.

Eis, porque, da oralidade antiga passou para a escrita, forma cristalizadora da memória humana.

E o Romance, tal a Poesia, traduz o lado sentimental da alma humana. É ele, o Romance, o irradiador da afetividade do gênero literário da Prosa.

A Literatura paraibana é mais inclinada para romancistas e oradores, enquanto que a potiguar é direcionada mais para a história e a poesia.

O ilustre docente Antenor Laurentino é formado em Letras e em Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lecionou na aliança Francesa, de Natal, e fez Cursos de Extensão Universitária, em Paris, dentre outros empreendimentos de labor intelectual.

Termino esta página, oferecendo ao meu ex-professor de Francês, Antenor Laurentino, agradecido, os versos de Victor Hugo:

*“Ceux qui vivent, ce sont ceux qui luttent; ce sont
Ceux dont un dessein ferme emplit l’âme et le front,
Ceux qui d’un haut destin grovissent l’âpre cime”.*

Natal, mês de maio de 2018

JURANDYR NAVARRO é escritor, autor de *Páginas de Verão* e outros livros; organizou a antologia do Padre Monte, entre outras. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.



COSTA REGO

O LENDÁRIO REDATOR-CHEFE DO MAIS INFLUENTE
JORNAL DO BRASIL

Valério de Andrade

O velho, temido e indomável leão da imprensa carioca estava mortalmente ferido pelo câncer. Quem seria o seu substituto no Correio da Manhã - era a pergunta que se fazia nas redações, na ABI, na Câmara dos Deputados, no Senado, até no Palácio do Catete.

Quando ingressei no Correio da Manhã em setembro de 1959, levado pelo crítico de cinema Moniz Vianna, ele não estava lá, mas a sua figura continuava viva na redação e revivida nas recordações dos jornalistas do seu tempo.

A PASSAGEM PELA POLÍTICA – Nascido em Alagoas, mas radicado na então Capital Federal, Costa Rego exerceu vários cargos públicos, inclusive Presidente do seu Estado em 1928, e, posteriormente, Senador. Foi admitido no jornal de Paulo Bittencourt, como revisor, em 1908. Depois da temporada política, retornou ao Correio da Manhã, e, em 1940, sentou-se na cadeira mais cobiçada do mais influente entre todos os jornais em circulação desde 1901.

E permaneceu até dezembro de 1953.

O PODER FORA DA POLÍTICA – O jornalismo foi a grande paixão de Costa Rego, e, embora não fosse o herdeiro, herança herdada por Paulo Bittencourt, era ele quem simbolizava o estilo do jornal e quem preservava a memória (e mantinha longe das páginas os inimigos) de Edmundo, entre os quais, o mais antigo era o escritor Lima Barreto.

Ele exercia na plenitude o poder jornalístico. Certa vez, ao ser perguntado, se aceitaria ser Ministro, respondeu: “Não. O Presidente da República pode demitir um ministro, mas não pode demitir o Redator-Chefe do Correio da Manhã”.



Costumava almoçar no restaurante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), imponente prédio situado no Centro, presidida por Herbert Moses. O local era frequentado pelos poderosos da política, das finanças, do empresariado.

Costa Rego sentava-se, sempre, no mesmo local, na mesma mesa. Nunca foi visto, apesar dos convites, almoçando em outra mesa. Na dele havia a placa: Reservado – e não era removida quando todas as mesas estavam ocupadas, nem quando, pelo horário, sabia-se que ele não viria almoçar.

O HERDEIRO DO ESTILO – Paulo Bittencourt, filho único de Edmundo, cujo irmão morreu precocemente na Europa, ouviu do pai: “Você vai herdar o Correio, mas não herdou a minha vocação e a minha dedicação jornalística. Tudo o que você não tem, Costa Rego tem. Conserve ele como Redator-Chefe”. E foi o que aconteceu.

Além da paixão – e dedicação permanente e exclusiva ao jornal da Av. Gomes Freire, 463 – Costa Rego também possuía o temperamento autoritário e irritadiço do velho Edmundo: “É verdade. Era difícil trabalhar sob as suas ordens” – diziam os seus colegas de redação.

É possível que Paulo Bittencourt, por pertencer a outra geração e, principalmente, por não ter herdado o temperamento paterno, eventualmente discordasse de Costa Rego. Como, por exemplo, em relação a famosa lista negra, deixada por Edmundo e que permaneceu intocada até 1953.

Somente depois da morte de Costa Rego, é que a lista saiu da redação e foi guardada nos cofres de aço dos arquivos que ficavam no terceiro andar.

ESCONDENDO O SANGUE DO LEÃO FERIDO – A doença de Costa Rego, pelo menos em relação à gravidade, era guardada atrás das portas de ferro do jornal. Costa Rego, que não fazia confidências, não falava sobre o seu estado de saúde, nem sequer admitia que estava adoentado.

Lá dentro, apenas Paulo, por ser o dono do jornal, fora informado pelo médicos que se tratava de um câncer agressivo e incurável. Porém, respeitando o silêncio de Costa Rego, manteve-se também em silêncio.

E Costa Rego continuava indo diariamente a redação e escrevendo o artigo que era publicado na mesma página e no mesmo espaço. Ele não foi demitido – o que teria sido um imperdoável ato de ingratidão de Paulo – nem pediu demissão. Em dezembro de 1953, quando não era mais possível ocultar a doença, nem, conseqüentemente, exercer na plenitude o cargo de Redator-Chefe, entrou de licença.

Não despediu-se dos colegas, até por saber que era respeitado, mas não era amado, e para deixar no ar que a sua ausência seria temporária.

ADEUS AO JORNAL - Costa Rego tinha 65 anos de idade quando fechou o seu birô na sala privativa do Redator-Chefe. Antônio Callado, nomeado interinamente, conta que encontrou a diagramação da página do editorial da última edição feita pelo antecessor.

Costa Rego, mesmo acamado em casa, mandava diariamente o seu artigo. Depois que ficou claro, dentro e fora da redação, quem seria o novo Redator - Chefe, Callado resolveu ir visitá-lo, junto com outros colegas. Sabia-se que a operação com que os médicos esperavam prolongar a vida de Costa Rego, não havia surtido o efeito esperado.

O ENCONTRO E A SURPRESA – Callado conta que ele e os demais acompanhantes foram bem recebidos e Costa Rego fora gentil com todos. Mas não se referiu à saúde. Aí então, foi surpreendido com um gesto e uma pergunta:

“Ele me segurou no braço e me levou para longe do grupo. E, em voz baixa, perguntou-me que, agora que eu era o Redator-Chefe, o seu artigo continuaria a sair diariamente na mesma página?”.

Callado ficou perplexo com a inesperada indagação: “Pelo amor de Deus, doutor Costa Rego, não pense tal coisa. O seu artigo não será substituído por mim ou por ninguém. Aquele espaço continuará sendo seu, até o senhor voltar”.



Dita em tom impessoal, como se fosse uma informação jornalística, Costa Rego deixou o menos emotivo dos jornalistas emocionado:

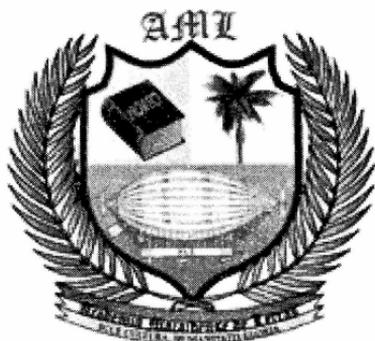
“Nós sabemos que eu não voltarei”.

No dia 8 de julho de 1954, o nome de Costa Rego foi retirado do cabeçalho do Correio da Manhã.

VALÉRIO DE ANDRADE. Jornalista. Pesquisador. Crítico de cinema, televisão, pertenceu ao quadro de colunistas do Correio da Manhã. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A ACADEMIA DE LETRAS DA TERRA DE NOTÁVEIS

Carlos Roberto de Miranda Gomes



Inicialmente centralizadas na Capital do Estado, as Academias de Letras ganharam o interior, mercê do desenvolvimento das cidades e da evidência dos seus filhos mais ilustres.

Macaíba, antiga Coité, município que já foi a terceira economia do Estado, definida nos contornos dos rios Potengi e Jundiá a 14km de Natal-RN, integra a região metropolitana, com uma área de 512km², distribuídos numa área territorial de 512 km².

Sua paisagem despertou o interesse do turismo, face a existência de construções históricas como o casarão do Guarapes, Solares da Madalena e Caxangá e Ferreiro Torto (Engenho Potengi), marco histórico do ciclo da cana de açúcar, além das igrejas Matriz de Nossa Senhora da Conceição e as Capelas de São José (a mais antiga da cidade) e da Soledade, lugares sagrados dos antepassados.

A criação da cidade está envolta em discussões – teria nascido como Vila Coité no século XVIII, entre 1780 e 1795, nome dado pelo Coronel Manoel Teixeira Casado, em razão de uma árvore de médio porte trazida de outro lugar, espécie de cabaceira, com o nome científico de *Crescentia Cujete*. Por volta de 1855, Fabrício



GOMES Pedrosa, paraibano de Areia, comerciante de alto prestígio, mudou o nome de Coité para Macaíba, que era também uma palmeira com frutos pequenos, buchuda no meio, apreciada por muitos, inclusive por ele, tendo por nome científico *Acromia Aculeata*. Existiam muitos exemplares da palmeira na propriedade do comerciante “Seu Fabrício”.

No final do século XIX, precisamente no dia 27 de outubro de 1877, através da Lei 801, que a Vila foi elevada à categoria de Município, denominando-se Município de Macaíba, ganhando, portanto, autonomia político-administrativa. Somente em 1882 foi conhecido seu primeiro administrador, o senhor Vicente de Andrade Lima.

O historiador macaibense e da AML Anderson Tavares de Lyra da Silva tem entendimento diverso em decorrência do fato da protelação da Câmara de Vereadores de São Gonçalo do Amarante em fazer a transferência da cidade, numa manobra que contou com o apoio de algumas autoridades, sendo necessária a edição de nova lei de nº 832, de 7 de fevereiro de 1879 para se consumir a mudança, quando então legalmente teria ocorrido a elevação do povoado a vila de Macaíba.

Discussões de lado, a verdade é que Macaíba foi berço de pessoas notáveis, entre construtores, poetas, políticos, jornalistas, escritores, mecenas da educação e grandes construtores da economia potiguar, a exemplo de Augusto Severo, Auta de Souza, Henrique Castriciano, Eloy de Souza, Octacílio Alecrim, Alberto Maranhão e Fabrício Pedrosa, dentre outros que fizeram história e perpetuaram a cidade berço até os dias presentes.

Contudo, de uma forma um tanto tardia, somente em 2010 surgiu um movimento para a criação de uma Academia, sob o comando de intelectuais nativos como e Jansen Leiros Ferreira, Valério Mesquita, Olímpio Maciel, Anderson Tavares, Cícero Macêdo, Armando Holanda, Racine e Rui Santos, que reunidos com outros conterrâneos em dois encontros preparatórios no Restaurante Cervantes (14 de julho e 28 de agosto), sacramentaram a ideia da ACA-

DEMA MACAIBENSE DE LETRAS – A.M.L., oficialmente fundada em assembleia geral realizada em na data de 12 de setembro de 2010, na comemoração do nascimento de Auta Henriqueta de Souza, escolhida a Patronesse da Academia e o lema “**Ecce Cultura Humanitatis Gloria**”, fato ocorrido pelas 9,30 horas no Solar Caxangá, conforme edital de publicação publicado em 31 de agosto daquele ano de 2010, sendo, igualmente, aprovado seu Estatuto Social, de acordo com ata lavrada na ocasião e depois registrada no Cartório competente da Comarca de Macaíba.

Embora previsto o número **de 40 (quarenta) cadeiras**, no modelo francês, inicialmente somente foram indicados Patronos de 23 (vinte e três) cadeiras e escolhida uma Diretoria Provisória composta pelos acadêmicos Jansen Leiros Ferreira, Presidente; Olímpio Maciel, como Vice-Presidente, Francisco Anderson Tavares da Silva, como Secretário e Rui Santos da Silva, como Tesoureiro. Para o Conselho Fiscal foram escolhidos os acadêmicos Cícero Macedo, Carlos Roberto de Miranda Gomes e Ivan Meira Lima, tendo este último declinado de ingressar na Academia.

A instalação aconteceu na sede da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte, em Macaíba, no dia 27 de outubro de 2010, em sessão especial e solene, com a posse dos acadêmicos. O convidado Doutor Odúlio Botelho Medeiros, representando a Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte – ALEJURN, declarou instalada a AML.

Já então haviam sido escolhidos 28 Patronos e empossados 27 Acadêmicos. Posteriormente esse número foi sendo completado até chegar ao seu número estatutário, presentemente o quadro está assim composto, conforme informação do atual Presidente Francisco Anderson Tavares de Lyra:

Cadeira n.º 01 – Abel Freire Coelho, Fundador e primeiro ocupante: JOÃO MARCELINO DE OLIVEIRA; **Cadeira n.º 02 – Alberto Maranhão**, Fundador e primeiro ocupante: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES; **Cadeira n.º 03 – Augusto Severo**,

Fundador e primeiro ocupante: VALÉRIO ALFREDO MESQUITA; **Cadeira nº 04 – Augusto Tavares de Lyra**, Fundador e primeiro ocupante: FRANCISCO A. TAVARES DE LYRA; **Cadeira nº 05 - Auta Henriqueta de Souza**, Fundador e primeiro ocupante: JANSEN LEIROS FERREIRA, Sucedido por ANA LAUDELINA FERREIRA GOMES; **Cadeira nº 06 – Clóvis Jordão de Andrade**, Fundador e primeiro ocupante: JOÃO BATISTA XAVIER DE SOUSA; **Cadeira nº 07 – Dario Jordão de Andrade**, Fundador e primeiro ocupante: IVAN MACIEL DE ANDRADE; **Cadeira nº 08 – Edilson Varela**, Fundador: IVONCISIO MEIRA DE MEDEIROS, remanejado para a cadeira 28, estando a cadeira 08 desocupada). Assim, foi eleito para substituí-lo CICERO ALMEIDA, mas infelizmente o mesmo faleceu antes da posse, continuando a cadeira sem titular; **Cadeira nº 09 – Eloy de Souza**, Fundador e primeiro ocupante: OLÍMPIO MACIEL; **Cadeira nº 10 – Estefânia Alzira Mangabeira**, Fundadora e primeira ocupante: SHEYLA MARIA RAMALHO BATISTA; **Cadeira nº 11 - Henrique Castriciano de Souza**, Fundador e primeiro ocupante: RACINE SANTOS; **Cadeira nº 12 - Hiran de Lima Pereira**, Fundador e primeiro ocupante: JÚSCIO MARCELINO; **Cadeira nº 13 - Enock Garcia**, Fundador e primeiro ocupante: ROOSEVELT MEIRA GARCIA; **Cadeira nº 14 – João Alves de Melo**, Fundador e Primeiro ocupante: RIVALDO DE OLIVEIRA, Sucedido por AUGUSTO MARANHÃO; **Cadeira 15 - João Chaves**, Fundador e primeiro ocupante: RUI SANTOS DA SILVA; **Cadeira nº 16 – João Angyone Costa**, Fundador e primeiro ocupante: NÁSSARO NASSER; **Cadeira nº 17 - José Leiros**, Fundador e primeiro ocupante: WELLINGTON DE CAMPOS LEIROS; **Cadeira nº 18 – José Melquíades de Macedo**, Fundador e primeiro ocupante: RAIMUNDO UBIRAJARA DE MACEDO; **Cadeira nº 19 – Luís Tavares de Lyra**, Fundador e primeiro ocupante: ARMANDO ROBERTO HOLANDA LEITE; **Cadeira nº 20 - Maria de Lourdes Cid**, Fundadora e primeira ocupante: MARIA DE LOURDES ALVES LEITE; **Cadeira nº 21– Me-neval Dantas**, Fundadora e primeira ocupante: ODILÉIA MÉRCIA GOMES DA COSTA; **Cadeira nº 22 - Murilo Aranha**, Fundador e primeiro ocupante: OSAIR VASCONCELOS DE MEDEIROS; **Ca-**

adeira nº 23 – Maria Alice Fernandes, Fundador: HÉVERTON DUARTE; Primeira ocupante: YVETE LEIROS (eleita e não empossada); **Cadeira nº 24 - Octacílio Alecrim**, Fundador e primeiro ocupante: CÍCERO MARTINS DE MACEDO FILHO; **Cadeira nº 25 – Sophia Augusta de Lyra Tavares**, Fundadora e primeira ocupante: MARIA ARISNETE CÂMARA DE MORAIS; **Cadeira nº 26 – Maria Terceira Alecrim Dantas**, Fundadora e primeira ocupante: ELIZABETH MAFRA CABRAL NÁSSER; **Cadeira nº 27 – Dom Antônio Joaquim de Almeida**, Fundadora e primeira ocupante: MARIA NETA PEIXOTO DE LIMA; **Cadeira nº 28 – João Meira Lima**, Fundador e Primeiro Ocupante: IVONCÍSIO MEIRA DE MEDEIROS, Sucedido por: CLAUDOMIRO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR; **Cadeira nº 29 – Arcelina Fernandes**, Fundadora e Primeira Ocupante: MARIA LUZINETE DANTAS DE LIMA; **Cadeira nº 30 – Nazaré Madruga**, Fundador e primeiro ocupante: WODEN MADRUGA (eleito e não empossado); **Cadeira nº 31 – Rivaldo d’Oliveira**, Fundador: ALDO DA FONSECA TINOCO (faleceu antes de tomar posse); Sucedido e primeiro ocupante: MANOEL FIRMINO DE MEDEIROS; **Cadeira nº 32 - Cícero Moura**, Fundador e primeiro ocupante: HÉVERTON DUARTE; **Cadeira nº 33 – Deyse Ribeiro de Oliveira**, Fundador e primeiro ocupante: SEBASTIÃO PALHARES DE FREITAS; **Cadeira nº 34 – José Nunes Cabral**, Fundador e primeiro ocupante: ZIVANILSON TEIXEIRA DA SILVA; **Cadeira nº 35 – José Jorge Maciel**, Fundador e primeiro ocupante: CARLOS ALBERTO JOSUÁ COSTA; **Cadeira nº 36 – Aguilaldo Ferreira da Silva**; Fundador e primeiro ocupante: JOSÉ ACACI RODRIGUES; **Cadeira nº 37 – Mírbel Dantas**, Fundador e primeiro ocupante: FRANCISCO BARBOSA DO NASCIMENTO; **Cadeira nº 38 – Jessé Freire**, Fundador e primeiro ocupante: NELSON HERMÓGENES DE MEDEIROS FREIRE; **Cadeira nº 39 – Hélio Xavier de Vasconcelos**, Fundador e primeiro ocupante: JOSÉ HUMBERTO DA SILVA; **Cadeira nº 40 – Rosemiro Robson da Silva**, Fundador e Primeiro ocupante: HAILTON ALVES FERREIRA.

Foram agraciados com o título de Sócios Honorários: RE-NARD PEREZ, ROSSINI QUINTAS PEREZ, ADEMILDE



FONSECA, CLAUDOMIRO BATISTA DE OLIVEIRA (DOSINHOS), PEDRO SIMÕES NETO e LUIZ GONZAGA MEIRA BEZERRA.

A AML está agora na sua quarta gestão: Primeiro Presidente Dr. Jansen Leiros, de 2010 a 2012; Segundo Presidente Dr. Cícero Macedo em 2012 e reeleito até 2017 e Dr. Anderson Tavares de Lyra de (gestão atual, iniciada em 2017). Estão em estudos a criação de uma bandeira, já desenhada pela Professora macaibense Natércia Leiros Ferreira e em perspectiva um estandarte com o escudo já existente da Academia, que se encontra no início deste trabalho com a representação do balão PAX, do livro Horto e da árvore símbolo da cidade. Pretende-se organizar um concurso para a criação de um Hino.

A ACADEMIA MACAIBENSE DE LETRAS tem como objetivos fundamentais, o cultivo, a preservação e a divulgação do vernáculo, da literatura, e da atividade cultural em seus múltiplos aspectos, científico, histórico e literário, participando de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do município de Macaíba, do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil.

A Academia já possui uma excelente biblioteca, cujos primeiros livros foram doados pelo acadêmico Ivoncisio Meira Medeiros e editou trabalhos de alguns Acadêmicos, em saudações aos patronos, que são distribuídos com escolas do município.

Faz parte, ainda, da sua atuação, a participação em todas as manifestações culturais da cidade de Macaíba, atuando mediante ações próprias ou em cooperação com o Instituto Tavares de Lyra e outras entidades congêneres e parcerias com algumas escolas, tanto particulares quanto públicas para palestras e debates com os alunos.

A AML tem hoje a sua sede à Rua Francisco da Cruz, 30 – Centro – Macaíba/RN, (CEP 59.280-000).

Carlos Roberto de Miranda Gomes é escritor e professor. Membro Honorário Vitalício da OAB/RN, Professor Emérito da UFRN, Membro da ANRL, ALEJUR, AML, IHGRN e UBE-RN.



30 ANOS DE FUNDAÇÃO DA AMOL

Benedito Vasconcelos Mendes

Ao longo de minha vida profissional idealizei e ajudei a criar três instituições culturais no Estado do Rio Grande do Norte. No dia 12 de outubro de 1970 (Dia do Engenheiro Agrônomo), idealizei e fundei a SCREAM - Sociedade Cultural e Recreativa dos Engenheiros Agrônomos de Mossoró. No dia 20 de junho de 1988, idealizei e criei a ANOCI - Academia Norte-rio-grandense de Ciências. No dia 25 de setembro de 1988 (dia do Aniversário de Vingt-Un Rosado), idealizei e ajudei a fundar a AMOL - Academia Mossoroense de Letras. Nestas três entidades, por ocasião em que eu presidia as Assembleias Gerais de suas fundações, indiquei o nome de Vingt-Un para ser eleito, por aclamação, para o cargo de presidente de cada uma das três instituições, quando elas estavam sendo criadas.

No final de junho, após a criação da ANOCI, sugeri ao Dr. Vingt-Un Rosado, por ele já ser escritor consagrado, que ele criasse a AMOL, mas ele preferiu nomear uma comissão para fundar a referida academia de letras. A comissão foi constituída por ele (Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia), por mim (Benedito Vasconcelos Mendes), por Paulo Medeiros Gastão e por Raimundo Soares de Brito. Durante os trabalhos de organização da AMOL, ao se aproximar o aniversário de 68 anos de Vingt-Un, eu propus aos demais membros da referida comissão, que marcássemos o dia do aniversário de Vingt-Un (25 de setembro) para a criação da nova academia. Queria homenageá-lo criando a AMOL no dia do seu natalício e assim foi feito.

Todas as reuniões preparatórias e a Assembleia Geral de fundação da nova academia de letras foram realizadas na sede da ANOCI, localizada na antiga ESAM-Escola Superior de Agricultura de Mossoró, hoje Universidade Federal Rural do Semiárido. Na Sessão Solene de Instalação da AMOL, estavam presentes o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Enélio Lima Pe-



trovich, o Presidente do Instituto Cultural do Oeste Potiguar, Élder Heronildes da Silva, o Prefeito Municipal de Mossoró, Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, os sócios escolhidos pela Comissão Organizadora para integrar a recém criada academia e outros convidados.

A Ata da Assembleia Geral de Fundação da AMOL foi assinada pelo Secretário Ad Hoc da citada solenidade, Sebastião Vasconcelos dos Santos (eleito nesta Assembleia Geral Segundo Secretário). Durante os primeiros anos de funcionamento da entidade, as reuniões eram realizadas na ESAM, pois este estabelecimento universitário ficou sendo o silogeu da ANOCI e da AMOL. A primeira Diretoria Executiva da Academia Mossoroense de Letras foi eleita por aclamação, tendo o Prof. Vingt-Un Rosado como Presidente e eu como Primeiro Secretário. Também foram eleitos, por aclamação, os membros do Conselho Consultivo, os Patronos e os Sócios Fundadores. Os Estatutos, previamente redigidos por mim e distribuídos com os presentes, foram aprovados por unanimidade pela Assembleia Geral de Fundação desta Academia. Após a sessão magna de instalação da nova instituição, por ocasião do coquetel de confraternização, era unânime o otimismo que todos os presentes depositavam na recém criada instituição cultural, como entidade que iria alavancar a cultura mossoroense. A previsão foi confirmada, pois, nestes 30 anos de existência, foi grande a contribuição dada pela AMOL para o desenvolvimento cultural de nossa cidade. É importante frisar que, durante a sua existência, a AMOL teve apenas três presidentes: Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia, Raimundo Soares de Brito e Élder Heronildes da Silva. O historiador Raimundo Soares de Brito, quando exercia o cargo de Presidente da AMOL, escreveu um excelente livro sobre esta instituição, no qual relata, de maneira detalhada, a história de sua fundação e apresenta dados curriculares dos Patronos e dos Sócios Fundadores.

BENEDITO VASCONCELOS MENDES é engenheiro agrônomo, professor e escritor. Autor de *As Artes na Civilização da Seca* e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, da Academia Mossoroense de Letras, sócio do Instituto Cultural do Oeste e outras instituições.

BRASIL TEM NOVA ACADEMIA DE LETRAS

Paulo Macedo

Rotary, que lidera, no mundo, serviços voltados para o bem comum, colocando-se à disposição de pessoas carentes e instituições comunitárias beneficentes, tem utilizado os seus instrumentos de trabalho como Fundação Rotária, Intercâmbio de Jovens, Ryla, Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, além de Centros de Projetos e Programas em favor da paz, da amizade, de salutar convivência humana e incentivo ao trabalho profissional.

Traz, agora, em benefício de seus associados e membros da comunidade, a ABROL – Associação Brasileira Rotária de Letras, motivando o rotariano a valorizar as artes, as letras, a inteligência e a cultura.

O Distrito 4500 cuja jurisdição compreende os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, acaba de instalar esta nova Academia Brasileira de Letras, através da qual pretende incentivar os seus associados a melhor compreender e apoiar pessoas carentes, sofridas e sem condições de levar uma vida satisfatória, outorgando-lhes o conhecimento e o sentimento de melhor viver.

Cuida, neste momento, de empossar membros da diretoria e do quadro social, sob a presidência do líder rotário de conceito nacional e Ex-Governador Distrital Alberto Bittencourt, sediado em Recife.

Devo lembrar que a ABROL foi fundada, no Rio de Janeiro, pelo rotariano Waldemir de Bragança, sendo o atual presidente. Está levando a instituição a todos os Distritos Rotários do país, transmitindo-lhes, mensagem valorativa e os objetivos que tanto orgulham e sensibilizam afiliados rotários e a sociedade de um modo geral.

PAULO MACEDO é jornalista, autor de *Memória Contemporânea* e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense e de Letras e outras instituições culturais.



TRAVESSIA POÉTICA

João Almino

Novo livro de Sônia M. F. Faustino, *Travessia Poética*, pode ser lido como homenagem ao poeta romeno Lucian Blaga, autor de *A Grande Travessia*. Nessa travessia, a autora encontra a “infinita possibilidade”. Ela mesma dedica um poema ao poeta, intitulado “Inscrição em uma casa nova”, no qual pede àquele poeta para deixar nessa “casa nova” a sua poesia, poesia que lhe fará companhia “até chegar a hora\da misteriosa travessia ...”

Estes poemas de verão tomam de empréstimo os títulos do livro do autor romeno, sobretudo para fazer um passeio pessoal e bem escrito sobre a melancolia, sina dos poetas. Sem ela, diz a autora no poema, “a poesia encolheria ou simplesmente não existiria”. A saudade também está “repleta de melancolia”: “hoje não sei se quero\ainda dançar”. Mas dela brota a poesia, como flor. É isso que diz com outras palavras o poema “A saudade”: “saudade repleta\de melancolia\até que\um dia... a dor germina e versifica\ uma flor.”

Na “abertura”, Sônia, citando Bergman e a voz popular, pergunta “entre gritos e sussurros” onde encontrar o lume num monte “sem rumo e sem prumo”. Não teme ser confessional. No “Auto Retrato”, o pai lhe dizia quando ia chover. No poema “Amor” está “João \ capítulo \primeir versículo\único...”. E ela se localiza no Nordeste do Brasil, quando, em “Nós e a terra”, escreve que “fará chover\ na terra ressequida a esperança que se cré perdida”

*Prefácio ao livro *Travessia Poética*, de Sônia Fernandes Faustino.

JOÃO ALMINO nasceu em Mossoró, e ocupa a cadeira nº 22 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Diplomata, Doutor em Filosofia (Paris), professor: Berkeley Stanford, Universidade de Chicago e Instituto Rio Branco.



O GRÃO-SENHOR DO SOLAR DOS ABACAXIS

Roberto da Silva

Na tarde da sexta-feira 13 de fevereiro de 1987, sentamo-nos, eu e meu amigo Marco Aurélio Ortega Terra, em um banco do Largo Prof. Silva Mello, no Rio de Janeiro. Conversávamos olhando na direção do chalé neoclássico de estilo híbrido à nossa frente, esperando que o relógio marcasse 16 h e 15 min, a hora combinada com seu ilustre morador, para então tocarmos a campainha do número 857 da Rua Cosme Velho, “no portão do meio”, conforme sua recomendação.

Uma serviçal vem a abrir o portão e somos recebidos à porta do Solar dos Abacaxis por seu grão-senhor, alto, magro, olhos azuis, cabelos brancos, vestido de preto. Mesmo antes de responder ao nosso *boa tarde* ele estende a mão em direção a uma fotografia antiga, como tudo o que há naquela sala, posta ao lado de muitas outras sobre um piano e diz, como a nos apresentar uma pessoa que estivesse viva, ali, naquele instante: “Anna Amélia!”

Estávamos, pois, diante do ex-industrial e historiador Marcos Carneiro de Mendonça⁸, viúvo da poetisa Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça⁹, o atleta por quem ela se apaixonou aos 16 anos de idade, na primeira década dos noventa.

Aquele casal que já me impressionara na meninice quando li, na saudosa revista *O Cruzeiro*, uma reportagem sobre sua coleção de arte sacra, vivera uma linda história de amor que o nosso anfitrião passa a narrar tão logo, na sala contígua, uma das cinco 8 Mineiro de Cataguases, nascido em 25-12-1894. Faleceu no Rio de Janeiro em 19-10-1988.

9 Anna Amélia nasceu no Rio, em 1896, mas passou a infância em Itabirito, MG, somente retornando em 1911. Quando adolescente, traduziu um livro sobre regras do futebol e se apaixonou por esse esporte. Começou a praticá-lo e chegou a ensiná-lo aos operários da fábrica de seu pai, tendo apitado várias partidas entre eles. Além disso, foi, no Brasil, quem primeiro escreveu poemas sobre o futebol. Em 1929, juntamente com Paschoal Carlos Magno e outros amigos, fundou a



do casarão. Sentamo-nos à extensa mesa onde estavam arrumados livros da amada e dois volumosos álbuns com recortes de jornais e revistas em que se poderia acompanhar os principais fatos da vida do desportista.

Marcos Carneiro de Mendonça principia suas evocações afirmando: “Tudo em minha vida aconteceu por acaso.”

E tudo começou em 1913, quando ele convidou suas primas para assistirem a uma partida de futebol. Nessa época Marcos jogava pelo América Football Club, do Rio. Terminado o jogo, as moças disseram-lhe que uma jovem de singular beleza, vestida de luto, torcera o tempo todo por ele, que era o goleiro. No tempo do amadorismo, quando os atletas não recebiam um centavo para jogar e os times eram formados por rapazes de famílias aristocráticas, as moças iam admirar não apenas as partidas, mas também (e sobretudo) a harmonia física e a elegância dos jogadores.

Alguns dias depois, ele voltou a levar suas primas ao campo. Durante o intervalo, o goleiro ficou surpreso ao vê-las vindo em sua direção, acompanhadas pela moça enlutada (sua mãe falecera havia pouco tempo). Os dois jovens foram apresentados, tratando-se, conforme as convenções da época, por *senhor* e *senhora*. Começava ali a amizade entre Marcos e Anna Amélia.

Casa do Estudante do Brasil, de que foi presidente vitalícia, com o objetivo de dar assistência a estudantes pobres. Participou da Associação Damas da Cruz Verde que criou a maternidade Pro-Matre e da Associação Brasileira de Estudantes. Atuou nos movimentos em prol da emancipação feminina e foi vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Representou o Brasil no I Congresso Feminista Internacional da Woman League International (Istambul, 1935) e foi delegada do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres (1941 e 1943). Foi a primeira mulher membro de um tribunal eleitoral no Brasil. Seus poemas e crônicas foram publicados nos mais importantes jornais do Brasil. Entre seus livros de poesia, incluem-se: *Esperança* (1911), *Alma* (1926), *Ansiedade* (1926), *Mal de amor* (1939), *Poemas* (1950); prosa: *Quando a criança começa a pensar* (1939), *A boa linguagem da poesia* (1940) e *Jóias do Brasil antigo* (1968). Traduziu inúmeras obras do francês, do alemão e do inglês. Na passagem de seu centenário, foi publicada a biografia ilustrada, *Anna Amélia - alma de cristal*, de Clara Arreguy.

Ela passou a ir com frequência ao campo e não deixava de o cumprimentar. Certo dia, Marcos perguntou onde Anna Amélia morava. “Na Estrada Nova da Tijuca” ela respondeu.

Ele então disse: “Qualquer dia irei ver sua casa.” Combinaram o dia e a hora e para lá ele seguiu. Ela estava à janela. Olharam-se discretamente e ele apenas fez uma leve inclinação de cabeça enquanto o bonde passava. A cena repetiu-se por algumas vezes. No entanto, nem sempre ele teve a sorte de vê-la.

Em certa ocasião, o jogador recebeu uma medalha, comprada e oferecida por torcedores e falou sobre isso a sua admiradora. Ela demonstrou interesse em ver o presente. Marcos não somente o levou para que ela visse. Presenteou-a com a medalha. Anna Amélia passou a usá-la no pescoço, ocultando-a sob o discreto decote do vestido, e a seguir no braço onde, décadas mais tarde, quando faleceu, a medalha ainda se encontrava. “A medalha”, aliás, é o tema de um de seus poemas.

Apaixonados um pelo outro, os jovens começaram a namorar. Porém, passados alguns dias, o pai do atleta lhe disse que iria falar com o Dr. Queiroz¹⁰, pai de Anna Amélia, para “acabar com aquela amizade” entre seus filhos. Marcos ainda não trabalhava, não estava, pois, em condições de se casar.

Um dia, depois do jogo, ele seguiu para Botafogo, bairro em que Anna Amélia passara a residir. Surpreendeu-se ao ser recebido com palmas e vivas. Atônito, foi informado de que seu pai dialogara com o Dr. Queiroz e os jovens, à sua revelia, estavam noivos. Casaram-se em 1917, quando Marcos já era goleiro do Fluminense.

10 José Joaquim de Queiroz Júnior, engenheiro civil pioneiro e implantador da indústria siderúrgica brasileira, proprietário da Usina Esperança, em Itabirito, MG, adquirida por compra em 1891, depois Usina Siderúrgica Queiroz S. A., verdadeira indústria de ferro em alta escala, por meio de sua fabricação em altos fornos. Era, também, proprietário da Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, da Fábrica Monlevade, comprada em 1892, especializada na fabricação de material agrícola e de uma grande fundição na Rua Larga de São Joaquim, no Rio.



Durante nossa visita ao Solar dos Abacaxis, nome pelo qual a residência passou a ser conhecida em razão de uma dezena de abacaxis verdes, em ferro fundido, que ornamentam a balaustrada da fachada, Marcos Carneiro de Mendonça nos mostra, no jardim, o mesmo banco da casa em que Anna Amélia nasceu e no qual eles se sentavam e começaram a namorar. Lembra o primeiro beijo que deu em sua namorada, “um beijo roubado”, esclarece, e acrescenta que a emoção daquele instante os levou às lágrimas. E nos conta outro episódio daquela fase: uma vez, o jovem casal estava sentado nesse mesmo banco e Marcos pediu uma tesoura. Ao recebê-la das mãos de Anna Amélia, ele cortou uma mecha de cabelos da amada. Anos depois, quando já eram avós, o gesto se repetiu. Ele nos revela que ainda guarda essas mechas como relíquias. Acrescenta que na época de seu noivado, Juju, irmã de Anna Amélia, era uma menina que ele punha em seu colo. Essa menina, Maria José, viria a se tornar esposa do jornalista e escritor Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras, durante décadas e também morador da Rua Cosme Velho, “ali um pouco mais abaixo”, pormenoriza.

Contrariado, diz-nos que devido aos roubos de monumentos de logradouros públicos, insistira junto à Prefeitura do Rio para transferir um busto em bronze de Anna Amélia, que havia na praça com seu nome, em frente à Casa do Estudante do Brasil, no Centro, para o Solar dos Abacaxis. A burocracia, o descaso, enfim, a demora em atender ao seu pedido foram fatais: o busto da poetisa fora roubado e certamente derretido.

Em 1944, os Carneiro de Mendonça passaram a morar no chalé do Cosme Velho, construído havia pouco mais de um século pelo bisavô de Anna Amélia. Verdadeiros incentivadores das artes, ali deram continuidade aos saraus literários, às palestras, seminários e exposições, aos quais compareciam figuras ilustres das letras, do teatro, da música, das artes plásticas: Gilberto Freyre, Austregésilo de Athayde, Assis Chateaubriand, Ataulfo Alves, Fernanda Montenegro, Paschoal Carlos Magno, Paulo Autran, Tônia Carrero, Ítalo Rossi, Franz Krajcberg (artista descoberto por seu filho Juko), a



atriz inglesa Vivian Leigh, protagonista do filme *E o tempo levou*, o diretor de cinema italiano Franco Zeffirelli e tantos outros. Um dos últimos eventos no casarão abertos ao público foi a Exposição de Arte Sacra, na década de 70, com obras das coleções da família e de amigos. A renda dos ingressos foi destinada a projetos sociais apoiados por Marcos e Anna Amélia.

O casal viajou muito, tendo conhecido cinquenta países. Em 1935 foram à Europa a bordo do dirigível *Zeppelin*. Apenas em duas ocasiões Anna Amélia viajou sozinha: ao Nordeste e à Palestina, atendendo a um convite de judeus.

O casamento durou cinquenta e dois anos, até a morte da poetisa, em 1971. Tiveram três filhos e treze netos. “Tenho dezesseis bisnetos” diz Marcos. Com orgulho, ele nos fala de uma das filhas do casal, a professora Barbara Heliadora¹¹, cujo interesse pela obra de Shakespeare surgiu muito cedo, por influência de Anna Amélia, tradutora de *Hamlet* (entre os livros que estão sobre a mesa, onde conversamos, há um exemplar dessa tradução, publicada em 1968, que ele faz questão de nos mostrar). Conta-nos sobre o sucesso que a filha obteve na Connecticut University, onde estudou Literatura Inglesa e História do Teatro e onde seu desempenho em Shakespeare ultrapassou todos os limites conhecidos por essa instituição. “O curso que é feito em quatro anos ela o concluiu em apenas dois!” Barbara Heliadora tornou-se uma das mais categorizadas especialistas da obra do dramaturgo inglês, sua mais qualificada tradutora no Brasil e crítica teatral rigorosa e respeitada¹². Enfatiza que sua professora de

11 Os outros filhos do casal foram Márcia Carneiro de Mendonça de Moura Castro (1918-2012), professora, historiadora e colecionadora de arte e o engenheiro José Joaquim (Juko) Carneiro de Mendonça, antigo diretor da Usina Siderúrgica Queiroz Júnior, em Itabirito, e do Museu de Arte de Belo Horizonte.

12 Barbara Heliadora Carneiro de Mendonça (1923-2015) traduziu, entre outros, os seguintes livros de Shakespeare: *A comédia dos erros* e *O mercador de Veneza*, *Noite de reis* e *Sonho de uma noite de verão*, *Henrique IV*, *Coriolano* e *Romeu e Julieta*. Traduziu as seguintes obras sobre o dramaturgo: *Shakespeare*, de Germaine Greer, *Shakespeare*, de F. E. Halliday. Sua tese de doutorado é *A expressão dramática do*



Literatura Inglesa, Dorothy Bethurum, uma das maiores autoridades na obra de Shakespeare em todo o mundo, legara-lhe em testamento, havia três anos, todos os livros de sua biblioteca sobre o assunto. “Os livros já estão sendo remetidos ao Rio, uma vez que, segundo diz a Professora Dorothy, ela está vivendo mais do que previra, então resolveu passar logo às mãos de minha filha os livros que a ela doou.”

Marco Aurélio e eu, embevecidos, ouvimos os fatos que ele evoca. De vez em quando ele abre um dos livros de Anna Amélia e me pede que leia um poema suscitado por episódios que vai rememorando, como “Pæan”¹³, de seu segundo livro, em que ela evoca o momento que o conheceu, e “O salto”¹⁴. E enquanto leio, Marcos enxuga as lágrimas que não consegue conter. Revela-nos: “Anna Amélia somente me mostrava seus poemas depois da publicação.”

Confesso que fiquei surpreso com aquele espontâneo depoimento que o historiador, muito à vontade, ia nos concedendo. Aliás, em vez de historiador, ele se considera um apaixonado pela heurística, em cuja coleção se encontram cerca de sete mil documentos raros inéditos¹⁵.

homem político em Shakespeare (1978). Era membro do Stratford International Institute, centro de estudos dedicados à vida e à obra de William Shakespeare.

13 *Foi sob um céu azul, ao louro sol de maio / Que eu te encontrei, formoso como Apolo / E o meu amor nasceu, num luminoso raio, / Como brota a semente à umidade do solo.*

14 *Ao ver-te hoje saltar para um torneio atlético, / Sereno, forte, audaz como um vulto da Ilíada / Todo meu ser vibrou num ímpeto frenético / Como diante de um grego, herói de uma Olimpíada. // Estremeci fitando esse teu porte estético / Como diante de Apolo estremecera a driada. / Era um conjunto de arte esplendoroso e poético, / Enredo de inspiração para uma heliconiada. // No cenário sem par de um pálido crepúsculo / Tu te enlaçaste no ar, vibrando em cada músculo / Por entre aclamações da massa entusiástica, // Como um Deus a baixar do Olimpo, airoso, lépido / Tocaste o solo, enfim, glorioso, ardente intrépido, / Belo na perfeição da grega e antiga plástica.*

15 Marcos Carneiro de Mendonça era sócio grande-benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde fundou a CEPHAS – Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas; presidiu a Sociedade Capistrano de Abreu, foi membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Conimbricensis Institutii Praeses Cetorigue Academici (Coimbra), da Academia Portuguesa de História, entre outras instituições. Publicou os seguintes livros: *O Intendente Câmara* (1933), *O Marquês de Pombal e o Brasil* (1960), *A Amazônia na era pombalina*



Jamais imaginei, ao telefonar-lhe para agendar aquela visita, que seríamos agraciados com aquelas confissões. Ao contrário, receei não ser recebido, não somente por causa de sua idade avançada, mas também por eu ser um jovem professor anônimo. Leitor de Anna Amélia, eu desejava dirimir uma dúvida sobre determinada palavra de um de seus sonetos, “Mal de amor”. Em uma das duas antologias de que eu dispunha, no primeiro verso do segundo quarteto “A mão que fere, o ferro que agrilhoa,” aparecia *aguilhoa*. Eu não conseguia encontrar o livro em que originalmente o poema fora publicado.

Marcos Carneiro de Mendonça passa a lembrar sua vida desportiva: “Comecei a jogar aos 13 anos no Haddock Lobo Football Club, do bairro da Tijuca na posição de goleiro, por prescrição médica de um tio, uma vez que uma doença nos pulmões não me permitia o esforço de correr pelo campo.”

Seus olhos azuis adquirem um brilho especial quando ele enumera os campeonatos de que participou vitoriosamente: “Ajudei o América, em que o Haddock Lobo se fundira, a ser Campeão Carioca pela primeira vez, em 1913. No ano seguinte, quando eu já era goleiro do Fluminense Football Club, atuei pela Seleção Brasileira de Futebol contra um time inglês, o Exeter City. Foi a primeira equipe a enfrentar nossa seleção. Vencemos por dois a zero. Fomos campeões do Torneio Início, em 1916, da Taça Ioduran, equivalente ao Torneio Rio-São Paulo, em 1919, da Copa Roca, em 1919, Sul-Americanos em 1919 e 1922.” Apontando uma reportagem em um dos álbuns abertos sobre a mesa, ele afirma, com entusiasmo: “Fui, portanto, campeão carioca quatro vezes, em 1913, pelo América, e em 1917, 1918 e 1919 pelo Fluminense, que presidi de maio de 1941 a agosto de 1943.”

Virando algumas páginas, ele exhibe outra reportagem e finaliza: “Não somente fui o primeiro goleiro da Seleção Brasileira de Futebol, mas

(1963), 2. ed. em 3 tomos (2005), *Erário régio no Brasil* (1968), *Raízes da formação administrativa do Brasil séculos XVI-XVIII*, 2 v. (1972), *D. João VI e o Império no Brasil. A Independência e a Missão Rio Maior* (1984), *Rios Guaporé e Paraguai; primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil* (1985), *Século XVIII: Século Pombalino no Brasil* (1989, edição póstuma).

também o mais jovem, com dezenove anos e seis meses de idade.” Bem-humorado, indica uma de suas fotografias da época, sublinhando: “Reparem que eu não era feio... Talvez agora seja menos, mas minha altura era 1,94 m. Joguei até os 29 anos, quando sofri uma grave lesão e por causa da morte de meu sogro passei a me dedicar aos negócios da família. Na Usina Siderúrgica Queiroz Júnior permaneci ativo por mais de 60 anos, na qualidade de empregado, sócio, sócio-gerente, diretor, presidente e presidente do Conselho, sucessivamente. Ao mesmo tempo, eu fazia pesquisas históricas, em especial da Era Pombalina. Ainda tenho muitos trabalhos em andamento.”

A serviçal reaparece trazendo uma bandeja com três copos de suco de caju. Depois, somos convidados para conhecer algumas das inumeráveis relíquias da casa. Marcos Carneiro de Mendonça nos pede a atenção para algumas peças: a coleção de pratos de porcelana da época do Império, com o brasão de todos os seus titulares; uma tela de Frans Post que nosso anfitrião informa ter sido a primeira pintura de uma batalha no Brasil no século XVII; tecidos dos Incas; uma pequena peça da tumba de Tutancâmon; joias que pertenceram à Marquesa de Santos; cadeiras que integravam o mobiliário do Regente Feijó; cerâmicas e outros objetos da era Pré-cabralina; presos ao corrimão da escada por uma fita de veludo, estribos de prata feitos pelo prateiro do caudilho argentino Juan Manuel de Rosas; uma enorme santa de pau oco, atribuída ao Aleijadinho. Em sua biblioteca de onze mil volumes, entre seus livros raríssimos, ele nos mostra uma edição do *Vocabulário português e latino* de Rapahel Bluteau (1712)¹⁶.

Quando lhe pergunto se tivera contatos com Luís da Câmara Cascudo, ele sorri e lembra que o recebera algumas vezes, destacando que em certa ocasião, o etnógrafo norte-rio-grandense, ao ver um livro raríssimo em sua biblioteca, deu saltos de costas gritando: “Desaforo, Marquinhos, desaforo! Corri Ceca e Meca procurando esse livro, escrevi a pessoas do mundo inteiro e você o tem aqui. Desaforo, desaforo!...” Minha memória, *hélas!* não guardou o título dessa raridade bibliográfica.

Nostálgico, Marcos Carneiro de Mendonça nos mostra a fotografia de sua família tirada na cerimônia de coroação de Dom Pedro II.

16 Atualmente sua biblioteca integra o acervo da Academia Brasileira de Letras.

Passamos sob a claraboia e nos dirigimos para o andar superior, onde se encontram os quartos de dormir. Atravessamos uma sala onde pesquisadores financiados pela Xerox do Brasil trabalham em um livro encomendado pela empresa.

Ao subir os primeiros degraus da escada, o provectoro cavalheiro detém-se, respira e confessa:

“A cabeça está funcionando muito bem. Mas, as pernas já estão um tanto cansadas. Afinal, tenho 93 anos de idade.”

Percorremos um longo corredor. Parando diante de um *portrait* de Anna Amélia onde estão transcritos alguns versos nos quais a poetisa expressa seu desejo de ver sua casa transformada em um centro de cultura, Marcos explica: “É uma obra de nosso neto Luiz Philippe.” Em seguida, com certa reverência, faz-nos entrar em um dos dez quartos do solar, o do casal, onde tudo permanece intocado, como Anna Amélia deixou, e abre o armário onde se encontram as roupas da poetisa.

Contemplo aquelas peças e fico imaginando a dama que as animou um dia, em tantas ocasiões. E me vem à lembrança o poema de François Villon, *Ballade des dames du temps jadis* com seu conhecido refrão: *Mais où sont les neiges d'antan?*

A tarde quente avançara. O sol já declinara quando nos despedimos do historiador, que em um gesto de simpatia e cordialidade, me oferece um presente precioso, um exemplar do livro *Poemas*, de Anna Amélia¹⁷, no qual escreveu a dedicatória: “Para o Prof. Roberto Silva/ ofereço como lembrança de Anna Amélia. / Marcos Carneiro de Mendonça/ Rio, 13. II. 1987.”

ROBERTO DA SILVA é Mestre em Letras (Literatura Brasileira), professor e pesquisador. Autor de *Ruídos na cristaleira* (1996), *Flama serena* (2005), *Consagração e glória* (2006) e outros livros.

17 Edição da Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1951, com ilustrações de Pernambuco de Oliveira e Atayvan.



O ORAGO DA PARÓQUIA DE JUCURUTU

Padre João Medeiros Filho

O Município de São Miguel de Jucurutu, data de 11 de outubro de 1935, criado pela Lei Estadual Nº 932/1935, com terras desmembradas de Caicó, Santana do Matos e Campo Grande. Ao ser emancipado politicamente, já contava com uma paróquia católica, ocupando parte do seu território. Cabe salientar que a circunscrição eclesiástica paroquial antecede à criação dos bispados dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Quando Jucurutu tornou-se paróquia, havia apenas a Diocese de Olinda, à qual estava submissa eclesiasticamente. Ainda era povoado, quando foi erigida a Diocese de Natal, em 1909, compreendendo todo o Estado do Rio Grande do Norte. Isso não apresentava problemas de limites geográficos, do ponto de vista canônico, para a paróquia jucurutuense. Posteriormente foram criados mais dois bispados: Mossoró em 1934 e Caicó em 1939, trazendo algo bem peculiar, em se tratando de circunscrições religiosas e canônicas. No município de Jucurutu, penetram – o que acontece ainda hoje – as três dioceses potiguares. O território paroquial (de *iure*) é em si relativamente pequeno, ocupando na prática pouco mais de um terço da área civil da atual municipalidade. À época, adotavam-se como limites geográficos os acidentes naturais: rios, riachos, serras, montes etc. Assim, quando criada paróquia, Jucurutu tinha sua limitação pelo Rio Piranhas-Açu, pelos Riachos do Baixio, Adequê e da Garganta. A lei estadual, que criou o município, não obedeceu aos limites eclesiásticos e alargou o primitivo território paroquial. Assim, acontece que, na outra margem do Rio Piranhas, as terras, apesar de pertencerem civilmente à edilidade jucurutuense, do ponto de vista eclesiástico, integram a Paróquia de Campo Grande, com uma nesga de terra (atual Mina do Bonito), pertencente à freguesia de São João Batista de Açu. Há outra parte do território municipal, por exemplo, o atual distrito



de Boi Selado (até os limites civis com o município de São Rafael), situado além do Riacho do Adequê, que pertencia à paróquia de Santana do Matos e hoje integra canonicamente a freguesia sãorafaelense. Deste modo, o município de Jucurutu conta oficialmente com a presença das três dioceses potiguares em seu território civil e quatro paróquias distintas: São Sebastião (Jucurutu), Santana (Campo Grande), Nossa Senhora da Conceição (São Rafael) e São João Batista de Açu.

Para a validade dos atos canônicos, celebrou-se, em 1953, um acordo entre os três bispados potiguares, assinado pelo arcebispo de Natal Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, Dom Eliseu Simões Mendes, bispo diocesano de Mossoró e Dom José Adelino Dantas, titular do bispado de Caicó. Pelos termos do documento, o pároco de Jucurutu atenderá, válida e licitamente, todos os moradores do município, sendo tácita e automaticamente provisionado como vigário paroquial de São Rafael, Campo Grande e Açu. Deste modo, os sacerdotes nomeados párocos ou administradores paroquiais de São Sebastião de Jucurutu poderão realizar casamentos, batizados e praticar atos privativos do pároco (ou quem suas vezes fizer) dentro dos limites municipais, no entanto, fora do território paroquial propriamente dito. Até hoje, apesar de estudos e propostas, o episcopado norte-rio-grandense ainda não se dispôs a rever oficialmente, junto à Santa Sé, os limites diocesanos, permanecendo a mesma situação civil, desde 1935 e canônica, desde 1874.

Outro dado interessante e digno de nota, é que o município, ao ser criado, recebeu terras de três paróquias e municípios, cujos oragos são Sant'Ana (Caicó, Campo Grande, Santana do Matos).

Há um fato incontestável na história da Paróquia de Jucurutu: ter sido ela criada (instalada, acredita-se), em 1874. Dois grandes expoentes da cultura e da história potiguar apontam de forma diferente a data e o orago da comunidade. Luís da Câmara Cascudo e Tavares de Lyra, em sua **História do Rio Grande do Norte** divergem em certos pontos, merecedores de comentários e maiores pesquisas. Para Cascudo, a Freguesia de São Sebastião de São

Miguel de Jucurutu foi criada, na vigência do Império do Brasil, por lei provincial, datando de 1º de agosto de 1874. Já Tavares de Lyra indica como data de ereção da paróquia o dia 1º de setembro de 1874 (um mês após), sendo o padroeiro São Miguel Arcanjo. Não cabe aqui desabonar tão insígnies autores potiguares em suas informações e pesquisas. O problema está nas fontes consultadas e talvez, num *lapsus calami*, quanto à data referenciada como sendo a de sua criação: mês nove ou mês oito. Cascudo é mais fiel a documentos curiais ou eclesiásticos, enquanto Tavares de Lyra prende-se, não raro, a registros de cunho civil, ao abordar assuntos religiosos. É bem possível que este ilustre historiador tenha tomado por base dados e informações constantes na obra de João Alves de Melo: **Natureza e História do Rio Grande do Norte.**

Outro ponto relevante descrito pelos dois autores é a informação sobre a citação da Lei. Ambos afirmam que se tratava da Lei Provincial 707/1874. Deve-se retroceder ao passado. À época, vigia o Império brasileiro, que herdara da Coroa portuguesa o regime do Padroado e do Estado concordatário. Em decorrência desse tratado entre o Brasil e a Santa Sé, o Imperador gozava das prerrogativas de nomear bispos, párocos, cônegos das catedrais, capelães de igrejas e irmandades, criar e suprimir dioceses, paróquias, capelanias e praticar atos, que após a proclamação da república – com a consequente separação do Estado e da Igreja – passaram a ser privativos das autoridades eclesiásticas.

Na Província do Rio Grande do Norte foi criada a primeira diocese, em 1909 e a da Paraíba, em 1892. À época, pertenciam à grei de Olinda, cujo bispo era Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, preso em represália as suas ideias, durante os desentendimentos entre as autoridades imperiais e as eclesiásticas, isto é, a chamada Questão Religiosa. Deve-se salientar que, logo após a ereção da paróquia jucurutuense, já em 1875, o governador do bispado de Olinda era Padre Sebastião Constantino de Medeiros, que exercia as funções de secretário do prelado olindense.

À guisa de informação, Padre Sebastião foi colega do presbítero Cícero Romão Batista no tradicional Seminário da Prainha, em Fortaleza. Nasceu a 20 de janeiro de 1847, batizado na Fazenda Umari, do município de Caicó, aos oito de fevereiro seguinte, sendo seus padrinhos o avô materno, Cosme Pereira da Costa, e a avó paterna, Maria Joaquina dos Prazeres. Ordenou-se sacerdote com 23 anos, a 30 de novembro de 1870, no mesmo dia, ano e cerimônia da unção presbiteral de Padre Cícero Romão Batista, do Juazeiro. Homem de profunda piedade e agudíssima inteligência, Padre Sebastião iniciou sua curta carreira eclesiástica como vigário de Serra Negra do Norte, passando logo a servir na sede diocesana, em Olinda. Quando, em 1875, aconteceu a célebre Questão Religiosa – resultando nas prisões de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e Dom Antônio de Macedo Costa, respectivamente bispos das dioceses de Olinda e Belém do Grão Pará – foi constituída uma comissão integrada por três sacerdotes para o exercício do governo do bispado. Em Olinda, Padre Sebastião Constantino foi um dos membros da equipe de administração diocesana. Estava com apenas 28 anos de idade e cinco de sacerdócio. Logo depois, ele se transferiu para Roma, onde faleceu a 24 de abril de 1886, aos 39 anos de idade. Padre Sebastião, antes de falecer – realizou seu desejo de ser religioso, desde jovem – ingressando e professando seus votos na Companhia de Jesus (Ordem dos Padres Jesuítas), servindo no Colégio Pio Latino-Americano, recém-instalado. Seu irmão Manuel Augusto de Medeiros dedicou a sua *Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, em 24 de junho de 1884, para Doutorado em Medicina, entre outras pessoas, a seu irmão e verdadeiro amigo o Padre Jesuíta Sebastião Constantino de Medeiros*. É o que registra o historiador Kyval da Cunha Medeiros, em sua obra **Cinco Gerações. O Coronel Ambrósio de Medeiros e sua Descendência**.

É de bom tom recordar que a criação de uma paróquia, à época, dava-se mediante exposição de motivos apresentada pelo bispo diocesano ao imperador. Este detinha o privilégio pessoal de criar, dividir, suprimir, anexar circunscrições eclesiásticas e religiosas, nomear e prover os ocupantes das funções e cargos. Acredita-se deste



modo que a lei citada por Lyra e Cascudo dizia respeito muito mais à instalação da Freguesia de Jucurutu e não exatamente à de sua criação. Deve ter havido um ato anterior, oriundo da Corte Imperial atendendo aos rogos do bispado de Olinda. Supõe-se que uma cópia de tal documento ou alguma súmula deve ter sido enviada ao governo provincial do Rio Grande do Norte e à diocese olindense. Cabia às províncias (hoje estados) fazer constar em seus orçamentos as cômputas dos bispos, párocos, cônegos, capelães, despesas do culto e outras previstas no regime concordatário. As províncias, por determinação do governo central e imperial, cuidavam dessas atribuições com a colaboração e orientação dos bispos diocesanos. Assim, muitos são levados a crer que a Paróquia de Jucurutu tenha sido aprovada pelo governo imperial, um pouco antes do dia 1º de agosto ou de setembro de 1874, data citada por alguns historiadores como provável marco de sua criação. Pela praxe eclesiástica da época e tendo em vista o regime do padroado, é possível que tais datas sejam apenas o anúncio oficial e documental para a instalação da nova freguesia, próxima da data da festa de São Miguel Arcanjo, celebrada, até hoje na liturgia da Igreja Católica, em 29 de setembro. Acredita-se que o orago solicitado para a nova paróquia tenha sido São Miguel Arcanjo, de grande devoção e apelo popular, fruto da catequese jesuíta.

As informações e registros de Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, além de divergirem quanto às datas, apresentam padroeiros ou oragos diferentes para a paróquia. Tentar-se-á explicar os motivos de ambas as versões.

Os jesuítas eram devotos dos anjos e arcanjos, Maria Santíssima e São João Batista. Deixaram essa marca religiosa e devocional, por onde passaram. Por exemplo, no território das missões e reduções verifica-se a existência de cidades e paróquias com os nomes dos anjos e arcanjos: São Gabriel, São Rafael, Santo Ângelo, São Miguel das Missões etc. Várias dessas cidades integrantes dos célebres Sete Povos das Missões levam esses nomes angelicais. Os historiadores potiguares são unânimes em afirmar que no Rio Grande

do Norte a presença jesuíta foi considerável no período colonial. Câmara Cascudo faz referência elogiosa ao trabalho catequético e evangelizador dos padres da Companhia de Jesus. Em Arês, desenvolveram a devoção a São João Batista. Na cidade de Extremoz, que no passado era denominada São Miguel de Guajiru, difundiram a devoção ao arcanjo, sendo ele, até hoje, o padroeiro local. Posteriormente, os religiosos da Companhia de Jesus adentram para os sertões e se fixaram em Angicos, cujo primeiro nome era “Curral dos Padres” (alusão ao título oficial dos jesuítas, que não são chamados frades, mas padres). De Angicos, desceram para Jucurutu, tendo antes passado por Caiçara Velha, a qual foi denominada São Rafael, nome oficial daquele município do Vale do Açu, até os nossos dias. Estabeleceram-se em Jucurutu, junto às margens de um riacho que serve de afluente ao Rio Piranhas-Açu. A notícia mais contundente e precisa é dada pelo grande historiador Serafim Leite, SJ, em sua monumental obra: **HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL**. Vejamos: *Perseguidos, “os nossos”* [termos como os jesuítas chamam os confrades] *se refugiaram numa pequena aldeia, administrada pela Companhia [de Jesus] que do Arraial [Açu] dista cerca de dez léguas, à margem de um rio, povoado de Piranhas, que banha igualmente o citado arraial.*

Supõe-se que os padres jesuítas permanecerem naquela região até a sua expulsão definitiva do Brasil decretada pelo Marquês de Pombal, por ordem do Rei de Portugal Dom José I, em 1755. Pelo teor da informação de Padre Serafim Leite, a permanência jesuíta em Jucurutu acontece por conta da perseguição aos padres vindos da cidade de Açu. Não há detalhes sobre que tipo de perseguição, se já se tratava da expulsão decretada por Pombal ou ameaças dos nativos. Em qualquer das hipóteses, presume-se que os padres da Companhia de Jesus já exerciam o ministério sacerdotal, em Jucurutu, antes de 1755. Ali, além da catequese habitual, alimentaram a devoção ao arcanjo Miguel, que permanece viva na memória do nosso povo e cuja festa é celebrada com toda a solenidade e mais brilho que a festividade do atual Padroeiro São Sebastião.



Paira uma dúvida em muitos estudiosos e pesquisadores sobre o orago da paróquia jucurutuense. Já ficou patente a divergência entre Cascudo e Tavares de Lyra. Há certa coerência por parte de ambos, como já ficou declarado anteriormente. Tavares de Lyra caminha na direção civil, que relata sempre o arcanjo como patrono daquela cidade e freguesia. No entanto, alguns eclesiásticos afirmam que a documentação seguida do bispado de Olinda para a Corte Imperial citava o nome de São Miguel como padroeiro da nova circunscrição eclesiástica. Segundo eles, o documento devia conter estes termos: Criação da Paróquia de São Miguel de Jucurutu e não Paróquia de São Sebastião de São Miguel de Jucurutu. Determinados pesquisadores insistem nessa terminologia, citando o exemplo de São José de Mipibu, cuja indicação foi para a ereção da Freguesia de Santana e São Joaquim de São José de Mipibu. Isso era a rotina curial. Essa argumentação reveste-se de lógica. E tendo em vista a influência do Padre Sebastião Constantino de Medeiros, que trocou o clero secular olindense pela Ordem dos Jesuítas, nada mais normal do que tenha preparado a documentação, citando o orago paroquial dedicado ao arcanjo São Miguel. O historiador potiguar, Monsenhor Francisco Severiano de Figueiredo, natural do distrito da Palma, município de Caicó, afirma que o *primeiro padroeiro da Paróquia de Jucurutu foi São Miguel Arcanjo*. Contam os jucurutuenses mais antigos que posteriormente, por um voto dos habitantes, liderados por Antônio Batista dos Santos (que doara o terreno para a construção da matriz nova), foi solicitada a troca do patrono paroquial. A promessa ou voto teria sido acolhido pelo Padre Sebastião, que já trabalhava no bispado olindense. Desta forma, o patrono original São Miguel Arcanjo teria sido substituído por São Sebastião, muito venerado também na região de Campo Grande, Caraúbas e adjacências, sendo ele padroeiro contra a fome, a peste e a guerra. Há quem defenda a mudança do orago do arcanjo Miguel para São Sebastião, argumentando que, tendo em vista o voto ou promessa de vários habitantes, houve uma solicitação ao bispo de Olinda, pedindo a mudança de patrono. A população havia suplicado ao santo mártir que, se os habitantes não fossem dizimados pelo

colera morbus, epidemia disseminada, em consequência da Guerra contra o Paraguai, o padroeiro seria São Sebastião. É uma linha de raciocínio. No entanto, torna-se menos verossímil e frágil, quando se sabe que a Guerra do Paraguai terminou em oito de abril de 1870. A paróquia foi criada em agosto ou setembro de 1874, decorridos mais de quatro anos do final do conflito e já havia passado muito tempo para que um povoado, isolado das grandes cidades, fosse contaminado pela epidemia do *colera morbus*.

Acredita-se em outros motivos. Alguns estudiosos invocam como argumento principal a supressão da Paróquia de Caraúbas, cujo titular era e ainda é São Sebastião. Criada em 1858, transferida de sede algumas vezes e supressa outras, sendo incorporada em diferentes períodos às Freguesias de Campo Grande, Apodi e Patu. A Freguesia de Caraúbas é mais antiga que a de Jucurutu – datando de 1858 – e a primeira a contar com o patrocínio de São Sebastião no Rio Grande do Norte. Certos pesquisadores aludem que com a sua supressão, acredita-se que o bispo olindense tenha querido erigir uma freguesia em homenagem ao soldado romano e comunicado às autoridades civis que a nova Paróquia de Jucurutu teria como patrono o glorioso mártir São Sebastião, tão venerado pelo povo da região e pelos brasileiros, a tal ponto de se tornar padroeiro do Rio de Janeiro. Segundo outros pesquisadores, tratar-se-ia também de uma homenagem do futuro governador do bispado de Olinda ao santo soldado, cujo nome levava, e no dia de sua festa havia nascido. No entanto, vários historiadores não adotam essa posição, pois não creem que um sacerdote inteligente, erudito e probo iria desprezar a cultura e a tradição de um povo.

Alguns jesuítas relembram o renomado apóstolo Padre Gabriel Malagrida, missionário dos jesuítas nos sertões nordestinos e nele se inspiraram, pois costumava dizer que *aos males que nos fazem, respondamos com o bem. Assim, o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) seja lembrado por um santo do mesmo nome, apagando uma figura ímpia da nossa história*. Nunca se pode desprezar o argumento de vários historiadores, segundo os quais



não se deve esquecer que a sede do Governo Imperial era a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Talvez o imperador quisesse apagar a triste memória e a imagem daquele que causara grande mal à Igreja do Brasil, expulsando grandes catequistas, evangelizadores e mestres de humanidades. Vale a pena pesquisar as razões. Com a palavra os historiadores. *Foeci quod potui, potentes faciunt meliora.*

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, T. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo, Ática, 1978.
- AZZI, R. *O altar unido ao trono*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1992.
- _____. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. In:
Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1974 [134].
- BALÉM, J. M. Bispos e Prelados no Brasil. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1945 [855].
- BEOZZO, J. O. Padre Cícero nos textos e no contexto do seu tempo. In: III Simpósio internacional sobre Padre Cícero do Juazeiro. Juazeiro do Norte/CE, 2004. p. 32-45.
- BRANDÃO, M.S., A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso O Apóstolo. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Vol. 3 Nº 5, Julho de 2011, pp. 138-140
- CÂMARA CASCUDO, L. *História do Rio Grande do Norte*. 2. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé/FJA, 1984.
- DANTAS, J. A. [Dom]. *Homens e Fatos do Seridó Antigo*. Garanhuns, Ed. O Monitor, 1962.
- FIGUEIREDO, F. S. *Anuário Eclesiástico da Paraíba*. João Pessoa, Ed. Imprensa, 1912.

- HOORNAERT, E. et alli. *História da Igreja no Brasil*, Petrópolis/SP, Vozes/Paulinas, tomo II/1 e 2, 1977.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Rio de Janeiro, Ed. INL/Brasiliense et alii, 1939-1950.
- LIMA, N. *Municípios do Rio Grande do Norte*. Natal, IHGRN, 1942.
- MEDEIROS, K. C. *Cinco Gerações. O Coronel Ambrósio de Medeiros e sua descendência*. São Paulo, 1945.
- MEDEIROS, T. D.. *Genealogia de uma Família do Seridó*. Brasília: Verano Editora, 2007.
- MEDEIROS FILHO, J. *O engajamento político do clero norte-rio-grandense de 1817-1999*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2006.
- MELO, A.J. *Natureza e História do Rio Grande do Norte*. Natal, 1905.
- NOBRE, M.F. *Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro, Pongetti, 1971.
- TAVARES DE LYRA, A. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal, Fundação José Augusto, 1982.
- TERRA, J.E.M, S.J. A Questão Religiosa no Brasil. In: *Revista Textos & Texts*. 19 de julho de 2011.

JOÃO MEDEIROS FILHO é sacerdote católico, membro do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Integrante da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, da Academia Mossoroense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.



CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ, EM 1932

Tereza Custódio de Queiroz

Em seu primeiro romance, *O Quinze*, a escritora cearense Rachel de Queiroz relata a seca que assolou o estado do Ceará em 1915. Ano em que havia ossos de animais espalhados na terra cinzenta do sertão e aves agourentas sobrevoando carniças. Ano em que retirantes anêmicos, com trouxas nas cabeças, acompanhados de crianças esqueléticas com olhares desolados, caminhavam em estradas de barro esturricadas pelo sol escaldante, à procura de se estabelecer perto de açudes que ainda tivessem água. Partiam em direção às estações de trem, na esperança de receber passagens do governo e migrarem para outros estados mais promissores. Chegavam à capital cearense, cadavéricos e maltrapilhos, e acomodavam-se embaixo das árvores, numa situação de mendicância. Para resolver essa catástrofe que assolava Fortaleza, as entidades governamentais, apoiadas por comerciantes e grupos da elite, construíram um campo de concentração no bairro Alagadiço, onde abrigaram os retirantes da seca do Nordeste. Nesse local insalubre, cercado por arames farpados e vigiados por soldados do exército, centenas de sertanejos morreram de fome e de epidemias.

Em 1932, dezessete anos depois, surge outra seca avassaladora, dizimando um grande número de sertanejos. Assim, mais uma vez, na tentativa de sanar a fome, saíram à procura de alimento. Repetia-se a catástrofe de 1915. O sertão cearense novamente despojava-se. Onde estavam os programas sociais e as políticas públicas para ajudar a sanar a fome e as mazelas dos sertanejos?

Fortaleza encontrava-se em crescente desenvolvimento e vivia o apogeu da modernidade e da *belle époque*, em que as elites ostentavam suas belas roupas. Os retirantes esfarrapados e sujos que chegavam à capital contrastavam com esse cenário de deslumbre, gerando incômodo aos habitantes da metrópole cearense. Assim, a

fim de minimizar as tensões sociais foram instalados sete campos de concentração no estado do Ceará. Dois desses fixaram-se em Fortaleza, nos bairros de Pirambu e Otávio Bonfim e, os outros cinco ficaram espalhados pelo interior do estado, em pontos estratégicos, beneficiados pela estrada de ferro, próximos às cidades do Crato, Ipu, Quixeramobim, São Mateus (Jucás) e Senador Pompeu. Os retirantes, alcunhados de cassacos, não tinham liberdade para sair dos campos de concentração sem autorização dos inspetores, a fim de não contaminarem com doenças infecciosas o restante da população. Por essa razão, havia conflitos entre os guardas armados e os encurralados nos *Currais do Governo*, expressão utilizada pelos retirantes para denominar os campos de concentração, pois eles se viam desumanizados, presos como bois em currais.

A depressão chegou para aqueles que estavam acostumados a acordar cedo, cuidar do seu roçado e de suas criações e, naquele momento, viam-se confinados sem trabalho, sem atendimento médico, esmolando por comida e dormindo em barracos de tronco de madeira cobertos com folhas secas de árvores. Segundo registros oficiais, estima-se que mais de 73.000 flagelados tenham passado por esses sete campos de concentração no Ceará, no ano de 1932.

Em Senador Pompeu, no sertão central do Ceará, cerca de 280 km da capital, mais de 16.000 retirantes ocuparam o campo de concentração da barragem do Patu. Faltavam remédios, alimentos e o bem mais precioso: a água. Os banhos e as lavagens de roupa ficaram escassos, permitindo que os famigerados piolhos invadissem as cabeças de crianças e adultos. Porém, o desespero ocorreu quando a cólera - doença infecciosa transmitida por meio de alimento e água contaminada - espalhou-se, provocando diarreia, dores abdominais, vômitos e febre. Devido à superpopulação e às condições subumanas para conter a proliferação, ocorreu a morte de quase 2.000 pessoas, que foram enterradas em valas comuns, cavadas pelos próprios flagelados no campo de concentração em Senador Pompeu em 1932.

Nasci nessa pequena cidade, em 1952. Passei a infância e adolescência escutando o apito do trem avisando a sua chegada para



recolher fardos de algodão e levá-los à capital. Mas chegou o inseto bicudo e acabou com o período do ouro branco. A estação do trem ficou inoperante. O colégio das freiras da congregação de Santa Tereza extinguiu-se. A estrada asfaltada desviou-se. Porém, os casarões de alvenaria construídos por engenheiros ingleses, no início do século XX, para dar suporte à construção da infundável barragem do Patu e que abrigaram os flagelados na seca de 1932, ainda resistem ao tempo e ao sol escaldante.

A tradicional *Caminhada da Seca*, encabeçada pelo padre italiano Albino Donatti, em Senador Pompeu, iniciou em 1982, ao som de cantos, rezas e louvores. Essa procissão ocorre anualmente no segundo domingo de novembro, fazendo um percurso de quatro quilômetros, que inicia na igreja matriz Nossa Senhora das Dores e finda na cruz do Cemitério da barragem do Patu, reconhecido como um lugar sagrado. A cidade mantém os mitos milagrosos de graças alcançadas por interferências das almas sofredoras. Os peregrinos, a maioria vestidos de branco e com os pés descalços, levam, como oferendas, garrafas de água, velas e lágrimas para homenagear os sertanejos, que padeceram por negligência no campo de concentração da barragem do Patu, na seca de 1932.

Crônica publicada na Antologia “Tributo ao Sertão” pela editora Helvetia em Genebra/Suíça em 2018.

TEREZA CUSTÓDIO DE QUEIROZ é graduada em Letras pela UFRN, com pós graduação em Artes Cênicas e Línguas Estrangeiras. Autora de *O Bálsamo* e outros livros.



PASSO DA PÁTRIA: UM LUGAR DE MEMÓRIAS.

Carlos Magno de Souza

Aninhado entre os luxuriantes manguezais, que se esparramam ao longo da ribanceira, em cujo topo foi edificada a primitiva cidade, o Passo da Pátria assumiu, desde o início, os foros de um verdadeiro interposto comercial, ponto de encontro, cais de atracação das jangadas vindas de alto mar, carregadas de peixes, botes que vinham do outro lado do rio, apinhados de gente e canoas, descendo água abaixo, vindas de Macaíba, Guarapes e Carnaubinha, abarrotadas de mercadorias, tudo em busca da cidade (MONTE, 2000, p. 19).

O Passo da Pátria de hoje comparado à descrição presente na voz de Monte nos faz perceber as alterações ocorridas na dinâmica da comunidade, permitindo concluir que, nesse ancoradouro da memória social, as mudanças são profundas, pois esses lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.¹⁸ Na construção dessa memória encontramos, sem dúvida, reflexos de ações ou da inércia do poder público. Com os integrantes da comunidade do Passo da Pátria não é diferente. Ali é fácil verificar o sentimento de exclusão em todos os sentidos. O discurso circulante e excludente construído por sujeitos alheios à comunidade cria a sensação de que o Passo da Pátria é sem pátria e sem memória, berço da margina-

18 NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMATICA DOS LUGARES.** In: PROJETO DE HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Brasil 1981.



lidade e da miséria, visão que finda por gerar tanta discriminação. Mas será mesmo que o Passo da Pátria é sem pátria e sem memória? No nosso percurso de pesquisa, percebemos que esse Passo da Pátria sem pátria, assim reconhecido pelos atores sociais do lugar, muito embora pouco estudado pelos historiadores da cidade, é detentor de uma memória responsável pela tessitura de um tecido histórico que precisa ser mais bem observado e sentido nas suas peculiaridades mais profundas.

Tal percepção resulta das observações feitas durante nosso percurso de estudo. Não é difícil notar que a maioria das referências feitas ao Passo da Pátria o resgatam como um lugar promíscuo, insalubre, lamacento, degradante e estigmatizado, como o espaço social que, ao longo dos tempos, tornou-se rótulo de mazelas sociais. Isso é o que se vê normalmente quando o local cai nas malhas da notícia através dos jornais que circulam na cidade. A imagem construída quase sempre retrata a comunidade como o espaço que desbota a dinâmica da cidade, ou seja, é a pedra no sapato de uma cidade que vira as costas para o Rio Potengi, negando também a população que ali habita. Sem Pátria, é isso mesmo, todos se negam a reconhecer o Passo da Pátria como uma comunidade tradicional e histórica, visto que os órgãos do poder público lhe dão as costas, como quem fecha os olhos, e negam tudo a todos, comprovando os abusos da máquina pública. O centro detém o poder. E pouco faz, restringindo-se a aceitar de forma passiva o quadro pintado pelas notícias jornalísticas que, mesmo no cumprimento de seu dever de informar, destacam, na maioria das vezes, apenas o lado negativo, aumentando ainda mais a distância entre o centro e a periferia. Para compreender como a comunidade adquiriu esse rótulo, convém realizar nesse ponto um rápido apanhado histórico, demonstrando como surgiu e se desenvolveu esse lugar.

Os primeiros registros a respeito do seu povoamento, segundo Câmara Cascudo, datam do século XVIII, mais precisamente do ano de 1780. O Passo da Pátria foi erguido sobre uma faixa de terra às margens do Rio Salgado, Potengi ou Rio Grande, que foi adquirida, no ano

de 1780, pela viúva Maria das Neves, que “recebia terras para construir na estrada que sobe do porto buscando a igreja de Santo Antônio da parte do norte [grifos do autor]” (CASCUDO, 1999, p. 250-251).

A guerra do Paraguai vai ser o ponto central dos fatos para que o nome Passo da Pátria seja dado àquela comunidade. Para derrotar o inimigo, Brasil, Argentina e Uruguai vão unir forças para investir contra Solano López, que governava o Estado Paraguaio. No Brasil, a Guarda Nacional e o Corpo dos Voluntários da Pátria, formado por indivíduos de várias regiões, vão compor os quadros do exército, alargando ainda mais seu contingente nessa longa jornada. Daqui do Rio Grande do Norte, “o primeiro contingente de Voluntários da Pátria [...] seguiu para a Guerra do Paraguai no dia 9 de julho de 1865” (NESI, 1997, p. 47). Segundo as afirmações de Max Von Versen, “em 16 de abril de 1866, os aliados desembarcaram em território paraguaio, no Passo da Pátria” (VERSEN, 1976, p. 81). Nesse dia o comandante do exército brasileiro, General Osório, embarcou em Corrientes com 10.000 homens, subiu três quilômetros e meio pelo Rio Paraguai e, pouco acima da confluência do Paraná, foi saltar em terreno paludoso, onde Lopez nunca supunha que o inimigo ousasse pisar. Dessa forma, para homenagear o General e os Voluntários da Pátria que do Rio Grande do Norte foram enviados para combater Solano López, o então Presidente da Província, Olinto José Meira, resolveu que aquele lugarejo pobre e miserável receberia a denominação de Passo da Pátria, e assim ficou conhecida aquela população que ainda hoje se “comprime em pequenas casas, construídas na estreita faixa de terra entre a linha do trem e a margem direita do rio Potengi” (SOUZA, 2001, p. 88).





Foto (04) Vista do grande movimento de pessoas no espaço do galpão do Passo da Pátria no início do século XX. Não existe nenhuma referência ao autor da fotografia, apenas sua identificação como cartão postal de 1904.

Em 191870, passou a funcionar na localidade, aos sábados, uma feira popular, o que levou o Passo da Pátria a se tornar centro comercial, sendo um dos postos de abastecimento de mercadorias que procediam de Macaíba, São Gonçalo, Redinha e de outras povoações e que lá eram desembarcadas. Com a popularização do seu nome, aos poucos foi merecendo reformas. Durante o ano de 1877, a localidade recebeu a construção de um galpão para receber as pessoas que transpusessem o Potengi.

Passo da Pátria fica na parte mais baixa da Cidade Alta, à beira do Rio Potengi. Dois caminhos nos levam para lá, um pela rua João da Matta e o outro pela rua Passo da Pátria. O local era constituído de um grande quadrado: à frente o rio Potengi, à direita um grande galpão de alvenaria e coberto de telha onde os barcos atracavam com a maré cheia, à esquerda uma fileira de bodegas e, atrás, a linha da Estrada de

19 *Idem*, p. 252.

Ferro. No centro do quadrado a grande feira (PINTO, 2003, p. 40).

A feira do Passo da Pátria era um sucesso, pela diversão, algazarra, e diversidade de produtos comercializados, fato reconhecido por integrantes da parte alta da cidade, já que muitos foram os sujeitos da alta sociedade que a frequentavam na busca de frutas, peixes, sequilhos, tapioca, bolo-preto e utensílios que só ali poderiam ser encontrados, deixando ver que toda a dinâmica social daquela comunidade girava em torno da feira, que se popularizou com o passar do tempo graças à grande variedade de produtos e o intenso trânsito de pessoas vindas de todos os cantos de Natal à procura da diversidade que dali emergia, como afirma Lauro Pinto ao dizer que:

Em matéria de artigos de barro o sortimento era completo: potes, alguidares, panelas, jarros, etc. para crianças, os cobiçados cavalinhos e panelinhas de barro comum e branco. Em redor do quadrado dezenas de tabuleiros com grude, sequilho, cocada, tapioca, milho assado, garapa de cana, farinha de milho, suspiro, alfenim, etc. As bodegas vendiam pão, palma, bolacha, rapadura, farinha, ordinária, peixe sêco [sic], querosene, cachaça, espoleta, chumbo e pólvora marca “Elefante” (PINTO, 2003, p. 40).

Devido ao descarregamento de produtos destinados à feira, a movimentação era intensa nas redondezas do porto, onde ancoravam as embarcações vindas do interior (MELO, 2007). Muitos dos produtos chegavam e eram levados para outros pontos mais populosos, criando assim um elo entre o rio e a cidade, a qual se encontrava representada naquele espaço também por integrantes da elite intelectual.



tual da época. Um desses frequentadores assíduos foi o poeta Jaime Wanderley, que faz o seguinte relato sobre o seu tempo de menino:

As diversões comuns na época eram a missa conventual, aos domingos e a tradicional feira do “Passo da Pátria”, aos sábados, à noite, para onde convergia grande parte da população natalense. [...] O populacho fazia da feira do “Passo da Pátria” o prazer favorito das noites dos sábados, quando o pátio daquele logradouro regurgitava de gente de todas as camadas sociais, que se confundia na alegria nervosa daquelas horas, que eram vividas sem preocupações, como um passatempo [SIC] (WANDERLEY, 1984, p. 22).

Câmara Cascudo, em seus registros históricos, descreve com proeza os detalhes do cotidiano da feira do Passo e o seu significado para a sociedade natalense da época:

A feira de sábado no Passo da Pátria é uma reminiscência viva. Constituía o supremo sonho recalcado de todos os meninos do meu tempo. Era a feira noturna, com seus tabuleiros de gulodices, pé-de-moleque, doce seco, alfenins, farinha de milho e de castanha, todas as coisas indigestas, proibidas e ansiadas, por nós. Ali estavam as pilhas de esteiras, balaios, cestas, a louçaria dos Barreiros, jarras, potes, o gado de barro minúsculo e horrendo que não trocaríamos pelo encanto técnico dos brinquedos mecânicos alemães. Ali estavam as bonecas de pano, *bruxas do Passo*, garapa de cana, frutas

silvestres, carne-de-sol, peças de corda, um montão disparatado, pitoresco e sugestivo, iluminado pelas chamas oscilantes e rubras das lamparinas de folha-de-flandres. Era a zona dos valentes, capadócius, rascoas ínfimas que apareciam, aos olhos da inocência e do desejo, como Laís e Frinéias deslumbrantes. Ali rondavam os soldados do Batalhão, com barretinas de dois bicos, com uma bolota atrevida como a dos Zuavos, o facão batendo nas pernas mantendo a ordem e garantindo a desordem, embarcações robustos e semi-ébrios, marinheiros de fala atravessada e olho de xexéu, gozando as cenas inesperadas daquele recanto tropical. Ainda cedo, a feira era visitada por gente séria e alta, fazendo compras. Depois das 8 horas ficava mais movimentada, mais sedutora, mais perigosa, com a vinda dos empregados depois que o comércio fechava, praças do Exército, meninos fugidos do colégio ou da fiscalização paternal, criadinhas que andavam em ritmo sincopado, mendigos cantando, vozes de pregação, cheiro confuso, luzes vermelhas, alegria, rumor, perturbação, feira do Passo... [grifos do autor] (CASCUDO, 1999, p. 252)

Essa feira era a atração da cidade e se iniciava pela tarde, mas tinha no seu horário noturno um público completamente diferente. Nessa transição de pessoas, a feira e o Passo da Pátria se transformavam em um local bastante animado, com bares, casas de jogo e bodegas que abriam suas portas para receber as meretrizes, os valentões e os malandros que se sentiam em “casa”. Os bailes que aconteciam no Passo da Pátria também atraíam uma multidão vinda de outras localidades, ou seja, a feira se tornou um espaço de sociabilidade noturna. Um dos personagens que organizavam esse



baile era um velho bodegueiro chamado de João Contente, epíteto que ganhou por promover bailes e festas no Passo da Pátria logo após o “encerramento” da feira.

Às 8 horas da noite, as famílias retiravam-se deixando a feira entregue a esbórnia dos malandros e boêmios e aos deboches das mundanas, que campeavam à solta. Logo formava o costumeiro baile, as chamadas sabatinas, em casa de mestre João Contente, abastado bodegueiro da Zona, danças que eram animadas por numerosos pares, porém sob rigorosa vigilância da polícia, para evitar distúrbios por desordeiros contumazes (WANDERLEY, 1984, p. 25).

Tentando manter a ordem do lugar sob a força da autoridade que representava, o Capitão Joca do Pará sempre se fazia presente na feira acompanhado de sua cavalaria. A aproximação do grupo era facilmente percebida pelos feirantes, devido ao barulho produzido pelas ferraduras dos cascos dos cavalos, num atrito com o empedramento rude da ladeira que chegava a produzir faíscas, como se fossem estrelas que houvessem caído do infinito, no largo da praça, cuja efervescência ia entrando em declínio (WANDERLEY, 1984).

A presença da polícia e do Capitão nas rondas noturnas inibia que muito malandro e valentão se alterasse nos bailes, provocando desordem e quebra-quebra. Tropel de cavalos, gritos, arrelia, pancadas, choro, apitos, cavalaria. Nesse sentido, o escritor e poeta Jaime Wanderley nos deixa o registro de uma conversa de duas figuras pitorescas da época, que dialogavam sobre a expectativa de frequentar o *bale*, como era pronunciado.

– “Cumpade Zé Moita, vais ao bale da casa de mestre João Contente?”

– “Vou não, cumpade, sábo passado, um marinho, praque Joaninha Malagueta não quis dança cum ele, o danado apagou a candeia pra fazê baruio...Foi o tempo da poliça chegá e metê o frande nos dançado e derum tanto qui, ainda, tem gente no hospítá”...

– Tas enjoando, home? Num sabes que aqui, no passo, está armado um coito de desordeiro. Quando passa um sábo sem havê baruio, se sarva uma arma...

– É, mas, capitão Joca do Pará tá aí mesmo, pra num alisá couro de valentão. E quem amansa nego ruim é pêia... [sic] (WANDERLEY, 1984, p. 25).

O lado boêmio e alegre do Passo da Pátria também contava com a frequência de pessoas da alta sociedade, formando um emaranhado das mais variadas camadas sociais. Tudo porque a feira do Passo da Pátria era uma eterna dinâmica de gente que não se cansava de frequentá-la, de sentir seu cheiro, suas alegrias, ou seja, esse regurgitar de pessoas fazia desse espaço a atração e a satisfação da cidade, como bem afirma Jaime Wanderley:

O populacho fazia da feira do “Passo da Pátria” o prazer favorito das noites dos sábados, quando o pátio daquele logradouro regurgitava de gente de todas as camadas sociais, que se confundia na alegria nervosa daquelas horas, que eram vividas sem preocupações, como um passatempo. Já às 6 horas da tarde, começavam a descer a íngre-



me ladeira pavimentada com empedramento irregular, moçoilas, matronas, cavalheiros, soldados, cabeceiros, comerciantes, funcionários públicos, mundanas, pescadores, uma verdadeira miscelânea humana. Espalhadas pelos quadrantes do pátio, [sic] estavam os botequins, barracas de caldo de cana, bancas de jogos de “jaburu”, jogos de dados, bacará, situadas num flanco, pois o outro era destinado aos tabuleiros com gostosas tapiocas de coco, alfenins, com figuras de animais e flores, sequilhos de goma, broas, doces secos, pés-de-moleque, biscoitinhos de araruta, cuscus [sic], além de grandes mesas, servindo café com bolachas secas e grudes de Extremoz e de outras tantas, destinadas à venda de sarapatel apimentado, com cachaça, que eram apregoados em altas vozes pelos comerciantes, para atraírem a freguesia, sempre os boêmios (WANDERLEY, 1984, p.22).

Toda essa efervescência da localidade findou por promover a chegada de indivíduos vindos de outros locais do Estado que vão encontrar no Passo da Pátria local propício para fixar moradia, acelerando o processo do crescimento populacional daquele lugar. Junto a essa aglomeração estavam os pedintes, desgraçados e infelizes que faziam do Passo da Pátria seu lugar de sobrevivência. Grande era a algazarra de valentões e meretrizes que ali baixavam para tentar obter um pouco de dinheiro. Por muitos e muitos tempos, o Passo da Pátria foi considerado zona de baixo meretrício, visto que o maior desaforo e a ofensa mais ferina era o de chamar qualquer meretriz de “puta do Passo da Pátria”.²⁰

A necessidade de praticar os espaços faz dos sujeitos peças importantes de uma textura, na qual a experiência e a vivência pos-

20 PINTO, *Op. Cit.*, 41.

sibilitam construir interpretações das suas práticas, como um rio caudaloso que corre em direção ao mar repleto de tentáculos e ramificações. De acordo com Moraes (1995), a atuação dos atores no espaço se desenrola através de um conjunto de práticas complexas, através das quais os sujeitos constroem códigos de interpretações, produção, apropriação e reapropriação dos “espaços praticados” (CERTEAU, 1994).

As práticas desses espaços se dão através de uma dinâmica em que os sujeitos produzem seus próprios códigos, simbologias e rituais, e alteram consideravelmente a sua geografia. Com relação ao Passo da Pátria, podemos ver o resultado dessas práticas na voz de Câmara Cascudo:

Passo da Pátria foi uma zona marginal, entre a Ribeira e a Cidade, apertada na faixa de terra úmida do rio e da barranca onde se empinava o casario. Zona de uma feira semanal concorridíssima, que desapareceu há uns dez anos, desde que a cidade possuiu outros e diversos centros de compra e venda públicos, o Passo da Pátria era atração popular, com suas bodegas, bailes baratos, mocambos de embarcações, vigias de campinais, lavadeiras e meretrício numa tabela fronteira ao chão (CASCUDO, 1999, p. 250).

Nessa perspectiva, é importante que o leitor perceba que o Passo da Pátria foi o primeiro entreposto comercial da cidade, espaço frequentado e legitimado por vários poetas da cidade, local de um dos mais belos pôr-do-sol do Brasil e roteiro de um gostoso passeio de trem, cujo apito os moradores utilizam como relógio para despertar para o trabalho, como bem observou o poeta do Passo, Carlos Magno.



Na lama
 Escaldante correm os
 Caranguejos em busca do sol
 Na margem do rio
 As crianças jogam bola,
 Soltam pipas...
 O trem anuncia a [sic] multidão
 Sua partida
 Os sinos das igrejas tocam
 Nossa senhora do rosário está lá
 A observar os que caminham para a
 Labuta
 Nas tarrafas e redes a poesia
 É bem vinda e saciará a fome
 De mais um dia

(SOUZA, M., *apud* ALBUQUERQUE, 2003, p.98).

A exemplo de Souza M., alguns poetas da cidade declamaram e registraram o Passo da Pátria, realizando uma construção histórica e poética. Dentre os escritores, poucos foram os que colocaram as palavras no papel sobre o Passo da Pátria, legitimando-o como uma das comunidades históricas da cidade do Natal. Entre eles figuram o próprio Câmara Cascudo em *História da Cidade do Natal* (1980); o poeta Jaime Wanderley, com *É tempo de recordar* (1984); Dom Nivaldo Monte, com *Minha cidade Natal, e eu* (2000); Lauro Pinto, com *Natal que eu vi* (2003) e o historiador Itamar de Souza, com sua obra *Nova História de Natal* (2001). Com base nessa pequena produção intelectual, é possível concluir o quanto o Passo da Pátria foi excluído das páginas da história, ou seja, parece que a cidade esqueceu que foi justamente nesse espaço

úmido e lamacento, às margens do Rio Potengi, que surgiu a primeira feira de Natal.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Alexandre Magnus Abrantes de. *20 poetas novos*. Natal: Fundação José Augusto, 2003.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília: INL Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1980.
- _____. *História da Cidade do Natal*. Natal: RN Econômico, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- MONTE, Dom Nivaldo. *Minha cidade e eu*. Recife: Dom Bosco, 2000.
- MELO Veríssimo de. *NATAL HÁ 100 ANOS PASSADOS*. Natal: Sebo Vermelho, 2007.
- NESI, Jeane Fonseca Leite. *Caminhos de Natal*. Natal, RN: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1997.
- NORA, Pierre. *ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMATICA DOS LUGARES*. In: PROJETO DE HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Brasil 1981.



PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Natal: Sebo Vermelho. 2003.

SOUZA, Itamar de. *NOVA HISTÓRIA DE NATAL*. Diário do Natal, 29 de maio de 2001.

WANDERLEY, Jaime dos G. *É TEMPO DE RECORDAR*. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

VERSEN, Max Von. *HISTÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo, 1976.

CARLOS MAGNO DE SOUZA é professor, graduado em História e aluno da Pós Graduação em Literatura e Cultura do RN da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



LIGEIROS PERFIS DE VELHAS FIGURAS II

Valério Mesquita

Gastão – Um Artesão da Amizade

Conheci Gastão Mariz de Faria em 1954, na rua Apodi, quando fui estudar em Natal. Era a casa de D. Paulina Mariz de Faria, sua mãe, amiga e vizinha de minha avó materna Sofia Curcio de Andrade. Alto, magro, gestos comedidos e corteses, foi um embaixador itinerante da fidalguia, reconhecido por gregos e troianos. Impôs uma marca registrada – a cordialidade, numa terra inflamada pelo radicalismo político durante muito tempo. Gastão desfrutava da amizade dos Alves, apesar de tudo, sem deixar de ser fiel ao tio Dinarte Mariz. Por isso, disseram sobre ele – era uma das raras unanimidades da cidade. Exerceu a vereança em Natal, além de deputado estadual. Fui seu colega na Assembleia. Cadeiras vizinhas durante quatro anos. “Toda instituição é a sombra prolongada de um homem”, no dizer de Emerson. O Detran, reestruturado, reordenado, revivido, foi herança de Gastão. Sua obra administrativa, sua logomarca indissolúvel.

O Gastão humano, fraterno, boêmio, fez-me lembrar uma tarde numa varanda diante do mar de Cotovelo. Chegou como que de repente, de assalto. Trazia consigo alguns amigos e várias canções. “A visão milagrosa do oceano beatifica o pecador solerte”. Ali estávamos nós, inspirados pelos bons uísques que entram mais na alma do que certos poemas e livros santos a cantar a vida, o mar, as ilusões. Nunca mais vou me esquecer Gastão, quando interpretou Orlando Silva, sem gaguejar, na letra foi compenetrado e dócil como o seu temperamento, e afinado e leal ao violão como a sua política. “Nada além, além de uma ilusão...”.

Parnamirim era o seu time de futebol querido e a sua cachaça predileta. Muito se identificou com a terra e com a gente. Autor da lei da emancipação política do município, tinha pela cidade um

amor filial. Está identificado com essa terra, nas suas entranhas, tanto quanto os velhos pioneiros e os primeiros líderes de Parnamirim.

Eudes Bezerra Galvão

Poucos são aqueles nascidos no Rio Grande do Norte que têm a flegma da intemporalidade e o “aplomb” britânico como foi o nosso Eudes Bezerra Galvão. Era diplomata no gesto e na função. Viveu as descobertas sucessivas nas terras em que viveu (Natal, Rio e Buenos Aires), a paisagem e os homens, além dos mistérios das claridades e das sombras interiores. Fiel missivista dos seus amigos distantes, prestativo e atencioso, agia assim para viver mais intensamente ou talvez, para encobrir a saúde débil, o mal congênito, as dilacerações internas. “Sonhar é o único bem que a gente obtém gratuitamente”. Seus sonhos e seus voos desde a velha Faculdade de Direito da Ribeira, onde fui seu contemporâneo, o fez aprendiz de muitas coisas. Para os seus amigos desse tempo era o “Senador Pedrinho”, pela convivência íntima com o senador Dinarte Mariz, seu guru.

Foi o primeiro presidente da Emproturn onde revelou o seu talento plantando as raízes do turismo no Rio Grande do Norte. Tive a honra de sucedê-lo. Daí seguiu para Brasília. Seu plano de voo não era de galináceo mas sim de condor. Em seguida, para Buenos Aires, em voo direto, sem escalas, foi ser o representante do governo brasileiro junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Eudes nunca cortejou a popularidade sendo amigo como foi dos políticos. A sua verdade intrínseca era a diplomacia. E Dinarte gostava da firmeza sóbria e honrada do discípulo. Participou do poder sem dele nunca haver tirado proveito próprio ou se conspurcado. Eudes era autêntico e personalíssimo. Nem corrompia nem se deixava corromper pela lisonja, pela erosiva ação do adjetivo laudatório.

Nesta hora de recuperação do seu exemplo, pela celebração da sua memória, constato que morreu na paz do Senhor, tranquilizado, pacificado, reduzido nas suas angústias, como que multiplicado nas suas possibilidades para uma outra grande e nova descoberta de vida.

Theodorico Bezerra – O Velho Majó

Theodorico Bezerra sempre foi e será o capataz dos mistérios circundantes da política do Estado. Político caçador de auroras pelas esquinas do sertão, soube como ninguém falar e entender a língua e o sotaque do povo, os seus costumes, a magia das multidões. Veríssimo de Melo disse certa vez que Câmara Cascudo é um dos nossos artigos de exportação, como o sal, o algodão, a sheelita. O “Majó” também o foi, na vida política do Rio Grande do Norte, porque revelou-se no próprio dicionário vivo do nosso folclore.

O aspecto, dos mais surpreendentes em Theodorico Bezerra, a registrar, residia no exercício pleno da angustiante e tediosa arte política com permanente bom humor, que o fazia ameno e cordial. São marcas registradas de sua personalidade. Já foi dito que um homem é, invariavelmente, a soma de muitos homens que nele vivem. Sobre Theodorico Bezerra, eu não o comparo, eu o separo, na maravilhosa unidade de seu espírito, simplório, autêntico, largo e farto. Teve a força de ser a mídia dele próprio. Criou a sua logomarca num tempo que nem disso se falava. Por isso, não passou passando. Ficou como modelo, produto, marco, de uma época onde havia eleições falsas, mas políticos verdadeiros.

Como Dinarte Mariz, sobre Theodorico se poderá sempre dizer a penúltima palavra mas nunca a última. Eram autênticos.

Em Uirapurú, ex-capital política do Rio Grande do Norte, o velho “Majó” se confunde com a terra e com o povo, passando pelo consulado do Grande Hotel, onde hoje tudo é contemplativo, como uma comovida ressurreição de ambientes e de vultos. À la Proust, na Ribeira velha de guerra, o PSD vive e revive as suas glórias, saudando a figura do “Majó”. E na mesa do banquete a sucessão dos discursos: Georgino Avelino, João Câmara, Dioclécio Duarte, José Varela, Walfredo Gurgel, Aluízio Bezerra, Jessé Freire, Patrício Neto, Hesíquio Fernandes, Israel Nunes, Túlio Fernandes, Alfredo Mesquita, Manoel Avelino, Mota Neto, Coronel José Lúcio, Lauro Arruda, todos heróis de uma página imorredoura da vida

política do RN. Da ascensão e queda de tudo isso, Theodorico também ficou como uma lembrança, uma chama votiva que o tempo não apagará. Como o PSD daquele tempo os partidos de hoje não chegam a ser nem sublegenda.

Romildo – Personalíssimo

Conheci Romildo Gurgel, ao lado de Georgino Avelino, desde menino, em Macaíba, nas lutas antigas do velho PSD de guerra dos anos cinquenta. Tinha a flegma da intemporalidade. Ninguém, melhor do que ele, na sua turbulenta vida pública, conheceu o mistério das claridades e das sombras interiores da política e às inimizadas, também. Estou convencido que Romildo foi um lutador solitário. Esgrimista da palavra, autêntico, nunca cortejou a popularidade sendo amigo como foi dos políticos. A sua verdade intrínseca era a obstinação e a desfaçatez.

Certa vez, no limiar dos anos sessenta, levou cinco horas de chá de cadeira no Palácio Potengi para ser recebido pelo governador Aluizio Alves, seu desafeto, e, ainda, o convenceu a apoiar o recém-criado e combatido Tribunal de Contas. O brilho da inteligência e a firmeza da personalidade de Romildo eram indefensáveis.

No período da Revolução atravessou as noites escuras do tempo como se soubesse mais do que o seu peso, o peso das sombras, a cor do vento e o segredo das estações da política. A figura física de Romildo catalisava e irradiava energias criadoras e cataclísmicas também. Lembrava-me Orson Welles, o gordocho Charles Laughton do cinema americano. Fez um discurso retrospectivo de sua vida, certa vez, com verdadeira procissão de lembranças. Uma oração de absolvição e absorção das próprias dilacerações interiores. Um canto de cisne, sem mágoas como se adivinhasse o imponderável iminente.

Agora, constato que morreu na paz, tranquilizado, pacificado, reduzido nas suas angústias. Como em vida viveu as descobertas sucessivas dos homens e das coisas do Rio Grande do Norte. Tenho certeza, que nessa viagem que empreende agora, de circunavegação

polar e astral, achará a palavra que envolve a unidade do gênero humano. Uma personalidade inesquecível, não tenho dúvidas.

Maria Alice Fernandes – Breve Tributo

Maria Alice Fernandes nasceu em Macaíba. Estudou no Grupo Escolar Auta de Souza, da mesma cidade, onde fez o seu curso primário. Obstetriz, diplomada pela Faculdade de Medicina do Recife, à sua perícia, no parto de minha mãe, devo o meu nascimento. Foi ex-interna na Maternidade do Derby, em Recife, e ex-interna do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de São Paulo, onde defendeu tese. Mas, foi como fundadora do Liga Norte-Riograndense Contra o Câncer, que redimensionou a sua vida participando de inúmeros congressos internacionais, cursos de pós-graduação na Alemanha, no Japão, mantendo sempre acesa a chama votiva de sua luta obstinada no combate ao câncer. Versátil, inteligente, Maria Alice foi professora de Inglês, além de formada pela Faculdade de Filosofia do Recife. Era um dínamo em constante rotação. Esta mulher plural, cidadã natalense, faleceu em 1991 com a memória perenizada no hospital que leva o seu nome, a sua luta em favor da saúde do Rio Grande do Norte.

Maria Alice Fernandes foi o maior exemplo de benemerência e devotamento no combate ao câncer no Estado. A Liga Norte-Riograndense Contra o Câncer é o atestado eloquente da criatividade dessa brava mulher de espírito superior.

Nenhuma instituição desse Estado pode ficar alheia ao trabalho que ela desempenhou.

A missão que cumpriu é exemplo a ser seguido e nunca esquecido. Ela é legenda para servir de ensinamento às gerações posteriores. O seu nome no frontispício de uma unidade hospitalar do seu Estado, por cuja saúde lutou ao longo de sua vida, através das múltiplas entidades e tarefas de que participou, é o galardão de reconhecimento que o governo e a sociedade puderam lhe prestar.

OBS - Através de projeto de lei de nossa autoria e sancionado pelo governador Garibaldi Filho, o hospital do Parque dos Coqueiros foi denominado Maria Alice Fernandes.

Zé Distinto ou Zé Fradinha

Dois nomes numa só e inconfundível pessoa. Em ambos a cara de Macaíba. Macaíba dos anos trinta, quarenta, cinquenta... No seu rosto uma saudade suspensa no ar de tempos idos e vividos. Ele era a enciclopédia ambulante da ascensão e queda da fauna e do fausto da cidade. Conviveu com ricos e pobres e de todos carregava estórias de fatos que marcaram épocas. Zé Fradinha, apelido dado tão logo chegou a Macaíba em 1924, na luta para sobreviver fez de tudo. Mas, foi como gerente de um bar que surgiu o Zé Distinto, pela cordialidade de trato abrangente e superlativa. Aí ele passou a se incorporar à geografia humana e sentimental da cidade. Era o Zé Distinto por trás do balcão de um amplo bar, no comando de fregueses heterogêneos, desde deputados, prefeitos, vereadores, funcionários, operários, motoristas, jogadores de baralho, vagabundos, a todos ele conhecia pelo nome, resumidos a sua humanidade comum.

Zé Distinto ultrapassou os oitenta anos com uma memória invejável. De quando em vez, me trazia o seu “dossiê” histórico constituído de um grosso volume com fotos de personagens e aspectos urbanos de Macaíba de cinquenta a setenta anos atrás. Relembra fatos e fotos de 1929, da visita de Washington Luiz a Macaíba e Getúlio Vargas em 1933, para inaugurar a antiga sede da prefeitura local. Sempre visitava Cascudo no Casarão da Junqueira Aires. O mestre lhe tinha uma ternura especial pois conhecera os pais e a família de D. Dália Freire Cascudo, todos de Macaíba. De sua coleção particular saíram fotos de prédios centenários da cidade que hoje emolduram as paredes do museu do Solar do Ferreiro Torto. Um homem assim, sem estudo, mas doutorado pela universidade da vida, com a sensibilidade cultural sem ser intelectual, não pode ser esquecido.

O seu exemplo dado de humanidade, de valorização da vida, de amor a cidade, de preocupação com a preservação da história

cultural do município não foi em vão. Católico, respeitoso, não se queixava a ninguém da sua pobreza que o afligia. Com ele mergulhava no passado longínquo de Macaíba e conseguia à maneira de Marcel Proust restituir a memória táctil, olfativa de todo esse universo desaparecido.

Tendo nascido aqui, não há alumbramento maior do que caminhar pelas ruas desertas a conversar mentalmente com os fantasmas da cidade ou sonhar os sonhos dos casarões que ruíram. Zé Distinto me conduzia a tudo isso como batedor fiel, timoneiro, ator e protagonista do passado e do presente. Um personagem extraído do Cine Paradiso, tenho certeza. Inesquecível.

Antônio Soares Filho – O Humanista

Antônio Soares Filho foi o caçador de estrelas. Em que observatório lunar ficou perdida a outra face da lua? Ele via o rosto oculto dos astros na planície aérea das noites natalenses de pastoreio. Conhecedor do sol e do vento atravessou o seu tempo pela mão das estações. Professor, Diretor da Faculdade, fui seu aluno de Direito Processual Penal. Membro da Academia Norte-Riograndense de Letras, por longo tempo pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e ao Conselho Estadual de Cultura, onde compartilhei de sua amável companhia. Mas, o sensível e o imaginário em Antônio Soares Filho não estavam somente na astronomia mas na política. Nela descobriu a vocação pública de servir através do PSD, o histórico partido dos dinossauros da política do Estado.

Foi deputado estadual constituinte ao lado do meu pai em 1947. No exercício do mandato revelou-se diligente regimentalista e constitucionalista. Era o estilo e a marca do bacharel. Exerceu, em seguida, a chefia do gabinete civil do governo Dinarte Mariz. Foi aí que Toinho, carinhosamente chamado pelos mais íntimos, demonstrou possuir a consciência da fugacidade do homem e do tempo. Domou o ritmo das aspirais de súplica e oferenda ao redor, pela depuração dos assuntos e das paisagens interiores dos processos: “os que devem ser resolvidos hoje, os que podem ficar para amanhã e



aqueles que só o tempo vai dizer”. Eram os mistérios gozosos da política e da administração que Antônio Soares Filho filosoficamente distinguia, adestrando e afinando os sentidos e fazendo do mundo matéria de puro aprendizado, mercê de sua inexorável mutação.

Mas o seu lado encantatório era a proverbial fidalguia. Tinha a magia de cerimonializar os gestos e solenizar os ditos. Na mecânica do mundo dos cumprimentos ele possuía o dom de sensibilizar as pessoas pelo cavalheirismo sem precisar torcer a coluna vertebral. A sua acuidade perceptiva na análise pictórica e pitoresca dos fatos, fazia Diógenes da Cunha Lima acoima-lo de guru. No Conselho de Cultura, ao lado de Américo de Oliveira Costa e Oto Guerra formavam o nosso gurulato. Nessa homenagem pelo seu passamento tenho dele a lembrança nítida, leve e delicadamente humana que o tempo não vai desfazer.

Grimaldi – Homenagem Encantada

Pelos caminhos do esquecimentos os políticos do Rio Grande do Norte, perderam a memória de Grimaldi Ribeiro de Paiva. Foi amigo dos Alves, dos Maias, ex-deputado federal, ex-secretário de Educação, bom orador e brilhante inteligência. Porém, ninguém se sensibiliza com a dor alheia, nem existe mais, hoje em dia, gesto profundo de que falava Drummond que “humaniza o horror do mundo”. Grimaldi continua esquecido de todos. Dediquei-lhe uma crônica no dia de sua morte e cobreí aos mandatários do Estado uma homenagem qualquer. Nem a sedutora crença brasileira de que o melhor homem é o homem morto tocou os que triunfaram vivos. Silenciar a memória de um homem é a maior revelação de nossa covardia. Nenhuma escola, rua ou praça leva o seu nome. Tudo isso é muito triste.

Grimaldi foi uma dessas partidas insatisfeitas que não teve sequer o prazer ilimitado da lembrança.

Como humanista sensível e polido ele decifrava os signos da política. Traçava as marcas de sua ternura no mesmo tom de sua ira

modelando aí a sua imagem pessoal, no mundo de temperaturas e temperamentos em que viveu, de pressões, de depressões, e de tensões, que fizeram de sua curta carreira política um meteoro lírico da natureza humana.

Mas o Rio Grande do Norte é assim. Ele pune os seus mortos. Nossa miserável espécie sempre atirá pedras naqueles que ensinaram um caminho novo. A sua vida pública lhe foi breve mas o talento foi vasto e melhor do que os políticos. Fernando Pessoa dirá revoltado, de Grimaldi, que “ele foi fiel a palavra dada e a ideia tida e tudo o mais agora é somente com Deus”.

No descerramento da cortina do palco da vida pública cabe a frase do dramaturgo William Shakespeare: “a vida é uma sombra ambulante, tal qual um pobre cômico que se empavona e se agita por uma hora no palco, sem que seja após ouvido”.

VALÉRIO MESQUITA é escritor, autor de *Notas de Ofício* e vários outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

MISCELÂNEA DA LITERATURA BRASILEIRA

ENTREVISTA COM A ESCRITORA ANA MIRANDA – ESTADO DO CEARÁ

Thiago Jefferson Galdino

Participou desta entrevista o escritor **Pedro Salgueiro**, natural e residente do Ceará. Data da entrevista: **07/01/2018**.

THIAGO JEFFERSON GALDINO: Sua estreia na literatura se deu através da poesia, com a publicação dos livros “*Anjos e demônios*” (José Olympio, 1979) e “*Celebrações do outro*” (Editora Antares, 1983). Depois, incursionou, com desenvoltura, pela prosa (esta, aliás, com forte carga poética). A concepção de poesia, assim, vai muito além do material artístico a que chamamos poema?

ANA MIRANDA: A poesia é muito maior do que o poema, a poesia está em tudo. O poema tenta captar a poesia, assim como alguns romances ou contos, ou pinturas, desenhos, assim como um enamorado tenta captar a poesia, ou um marinheiro solitário olhando uma estrela, e uma criança a captura sem nem perceber. Todos os que se encontram em estado de sensibilidade percebem a poesia. A poesia está no ar.

PEDRO SALGUEIRO: Sabemos de sua proximidade com alguns grandes escritores brasileiros e estrangeiros; algum deles lhe influenciou (se sim, de que maneira)?

AM: Com todos os grandes escritores com quem convivi, inclusive você, Pedro Salgueiro, aprendi muito. Reconhecida e declaradamente fui formada em literatura pela literatura e pelo exemplo de Rubem Fonseca, cuja influência em mim ultrapassa as palavras escritas, pois nele eu pude conhecer a verdadeira dedicação e a entrega mais plena ao exercício da profissão. Ele é um homem extraordinariamente sábio e culto, com capacidades quase mágicas de observação e compreensão do comportamento humano. Conviver

com ele é contagiante, e ele não se escusa de passar adiante a tocha de sua magnífica experiência.

TJG: O escritor mineiro Rubem Fonseca esteve presente durante a sua iniciação literária. A que se deve a reclusão do referido autor, a exemplo, ainda, do contista Dalton Trevisan? É possível, hoje, para um escritor iniciante, desprender-se das exigências do mercado sem cair no ostracismo?

AM: O Rubem Fonseca diz apenas que são “as idiossincrasias” de um ser humano. Desprender-se das exigências do Mercado é o grande desafio dos escritores de hoje que desejam praticar a literatura como arte. Mas são raros. A maioria hoje quer justamente dialogar com o Mercado. Cada um tem a sua medida, cada um toma a sua decisão. No meu caso, escrevo o livro que é verdadeiro dentro de mim, às vezes jogando fora experiências de grande aceitação. Faz parte da minha maneira de ser, sou uma mutante, sou artista.

TJG: No início da década de 90, logo após o lançamento do seu primeiro romance “*Boca do inferno*” (Companhia das Letras, 1989), o crítico literário Alcir Pécora suscitou um interessante debate acerca da técnica do pastiche, compreendendo o seu método de escrita como sendo uma “apropriação problemática da fonte”, também pela ausência de aspas que indicassem autoria. À época, em resposta, você afirmou que a menção dos originais poderia “induzir os leitores a imaginarem que se busca na ficção a verdade histórica”, mas, no entanto, passou a referenciar os trabalhos consultados em edições seguintes. Houve alguma singularidade para esta mudança de escolha?

AM: Passei a incluir bibliografias e até um glossário em alguns de meus romances a pedido de leitores e professores, mesmo sabendo que é uma prática adversa à literatura de ficção. Mas são umas bibliografias meio poéticas e fora do padrão, faço um novo modelo. Estranho é que esse crítico literário exigiu apenas do meu romance um sistema de revelação de fontes, ignorando romances históricos escritos por seus colegas acadêmicos, até de sua mesma universidade. Ignorando, aliás, toda a literatura universal, que jamais teve a tradição de revelar fontes ou aspear citações.

TJG: Diferentemente do padrão estético do romance convencional, você tem predileção pela narrativa em primeira pessoa...

AM: Considero fabulosa a narrativa na primeira pessoa, apesar de inadequada aos romances de recriação de épocas, sinto desenvoltura e uma liberdade muito mais ampla quando escrevo na primeira pessoa, e com a maravilhosa possibilidade da incorporação do erro. O narrador na primeira pessoa também representa uma experiência de simbiose extraordinária, não apenas entre autor e personagem, como entre estes e o leitor. Mas foi uma conquista narrar na primeira pessoa, o que consegui apenas no meu quarto romance, sendo um narrador masculino, e afinal o que eu tanto almejava, uma narradora feminina na primeira pessoa, no meu quinto romance, o *Desmundo*.

TJG: A partir de “*Desmundo*” (Companhia das Letras, 1996), seus livros passam a ter na capa ilustrações de sua autoria e, nestes desenhos, percebemos certo caldeamento de figuras. Como ocorre o seu processo de criação plástica?

AM: Meus desenhos são produzidos num processo inconsciente, quase sempre, é a mão que decide. A mão que pensa, citando um amigo. Eles nascem de regiões muito fundas, talvez até regiões além de mim. Alguns são oníricos, e os seres oníricos são compostos de fragmentos da vida e da memória em junções às vezes absurdas, mas sempre simbólicas. Meus desenhos de uma maneira bastante enigmática formam uma espécie de diário de meu comportamento sensível, estético e emocional.

TJG: De forma multifacetada, você faz, além disso, experimentações com colagens, cerâmicas e adornos...

AM: Mesmo quando faço uma salada de vegetais, experimento, tento naturalmente dar não apenas substância, mas um sentido estético, ou seja, alimento e beleza, como a beleza das cores. Ao arrumar a minha mesa de trabalho procuro a harmonia, ou algum arranjo agradável ou sensível. Isso faz parte de mim, mesmo querendo eu não consigo me repetir, sempre me absorvo num impulso de arrumar

a maneira mais bonita, ou mais significativa, ou mais alguma coisa qualquer, sempre vivo num estado de criação. Mas isso não significa que eu não faça algumas tarefas como um robô, especialmente as que desejo lançar no oblívio. A experiência com a arte das palavras nos ensina a lidar cuidadosamente com cada elemento da vida.

TJG: Amina, protagonista do romance “*Amrik*” (Companhia das Letras, 1997) quebra alguns dos estereótipos da vida da mulher árabe, comumente associada ao regime patriarcal, conservador e autoritário. A elaboração desta personagem é puramente abstrata?

AM: Creio que esse estereótipo ao qual você se refere é relacionado às mulheres da cultura muçulmana, e a Amina é cristã, ela e sua família são católicos maronitas, como bem esclarece o romance. A concepção da personagem é estudada na realidade e tem lastro antropológico. O modo de vida e o comportamento das maronitas são semelhantes aos nossos, católicos romanos, o que não a liberta completamente da força patriarcal, na trama de *Amrik* ela é a única filha mulher e a escolhida para ser “doada” ao tio cego que precisa de um acompanhante numa fuga para a América. Os filhos são mais necessários, numa sociedade de pastores e agricultores. Logo após a publicação de *Amrik* recebi um telefonema de uma senhora, falando comigo na língua árabe, emocionada, ela imaginava que eu era uma velha escritora libanesa e havia se identificado com a experiência da personagem Amina.

TJG: Em 2000 você publica um diário onírico e, anos mais tarde, diz: “a sensação é que todos os meus livros são resultado de sonhos”. O devaneio, na literatura, pode ser utilizado como ferramenta de descaracterização do autor, cuja responsabilidade do texto é convertida para o sonhador?

AM: Ainda que eu narrasse o sonho de outra pessoa, a responsabilidade sempre é minha. A responsabilidade do texto é intransferível, sempre será absolutamente do autor, e tudo o que ele escreve será parte de seu ser, mesmo os seus sonhos, sempre há uma escolha que é realizada pelo autor, ainda que ele se deixe influenciar

por outros, mas a influência também é uma escolha ou permissão. Tudo o que você escreve é você. Mas, claro, você pode criar ilusões e miragens com as suas palavras escritas; no entanto, a palavra é o elemento mais revelador da humanidade. Ilude-se quem quiser.

TJG: É característica da sua prosa a reconstrução do passado por meio do romance histórico, onde personagens reais são conduzidos para o universo ficcional. Em “*Dias e Dias*” (Companhia das Letras, 2002), temos um Gonçalves Dias autenticamente nacionalista. Com “*Semíramis*” (Companhia das Letras, 2014), por sua vez, o escritor José de Alencar, representante do romantismo no país, é romanceado em narrativa liricamente evocativa. Qual a importância da incorporação de traços estilísticos destes autores ao texto?

AM: Trabalho não apenas como escritora, mas como uma espécie de arqueóloga de nossa língua, um dos meus prazeres na criação literária é descobrir palavras e expressões, modos de enunciar, porque isso me entusiasma e sensibiliza. Também posso enriquecer a minha voz narrativa com a inserção de vozes narrativas de autores as quais admiro intensamente, como é o caso de Gonçalves Dias, Gregório de Matos, Augusto dos Anjos e outros. Eles são para mim, sobretudo, fonte linguística de criação, como se fossem os tubos de tinta das minhas pinturas.

PS: Como foi deixar um grande centro como Brasília e depois São Paulo e retornar à sua terra natal, da qual saía criança ainda? Em algum momento se sentiu uma estrangeira em sua própria terra? E como você avalia esse retorno agora depois de algum tempo, valeu a pena?

AM: Foi um processo de atração que ocorreu lentamente, eu recebia convites para participar de eventos literários, vinha ao Ceará e me fascinava com as lembranças perdidas que eu parecia encontrar, com a magia dos cenários que me faziam lembrar minha infância numa praia de Iracema feita ainda de areais, jangadas e coqueiros diante de bangalôs alvos, ajardinados. Havia algo aqui me esperando, e algo que eu esperava encontrar, sem saber o que seria. Jamais me senti estrangeira aqui, ao contrário, sinto pertencer a este lugar ainda

mais que a outros lugares que amo, como Brasília, e Rio de Janeiro onde vivi quase toda a minha vida. Foi uma das minhas mais incompreendidas decisões, por parte de amigos e familiares, mas de uma felicidade que hoje posso constatar plenamente, numa maré de rosas.

TJG: “*Prece a uma aldeia perdida*” (Editora Record, 2004) marca o seu retorno à poesia. Há nele, também, um intenso sentimento de saudosismo relacionado às suas origens...

AM: Sim, saudades de uma infância perdida.

TJG: Qual a influência do Ceará para a sua literatura, em termo de particularidade?

AM: Imagino que seja total, não digo cearense, porque nasci no Ceará por acaso, meus pais são paraibanos, mas uma influência nordestina. Tenho fundamentos nordestinos, mas como vivi a maior parte de minha vida no Rio sinto a presença da cultura fluminense, e a minha experiência em Brasília, embora de apenas dez anos, foi fundamental, apresentando-me um contato com todo o Brasil, que Brasília condensava, e cosmopolita, a experiência absolutamente inovadora de Brasília era um ponto de observação para a Inteligência mundial.

TJG: O livro “*Yuxin – Alma*” (Companhia das Letras, 2009), narrado pela índia caxinauí Yarina é repleto de sonoridade pelo uso da dicção comum aos referidos povos nativos. Qual a importância do CD da Marlui Miranda no contato primário do leitor com a obra?

AM: O que ocorre na edição conjunta de CD e livro é a beleza do encontro entre duas irmãs de sangue e de formação, de vivências similares, de uma concepção de arte quase perfeitamente una, fundamentada num profundo amor pelo Brasil, pelo que há de mais brasileiro. Tenho toda a vida a sensação de que realizamos o mesmo trabalho, Marlui e eu, cada uma de nós na sua esfera e na sua linguagem. Tenho a sensação de que tudo o que aprendi na minha infância foi ela quem me ensinou, e ela abriu todas as portas para mim, e ela me protegeu e me guiou por muito tempo, até eu criar minhas próprias asas. Isso tudo está nesse CD e nesse livro.

TJG: Sua obra, em conjunto, já foi traduzida para diversos países. Qual a sua opinião sobre o texto publicado em língua estrangeira? O jornalista Otto Lara Resende, em perfil sobre o autor de “*Grande sertão: veredas*”, nos informa, a título de curiosidade, que “Rosa [...] nunca se importou com o destino de seu romance nos Estados Unidos. Não se queixava. A seu ver a tradução era um jogo, uma aventura, podia sair melhor ou pior do que o original.”

AM: Meus textos são de certa forma intraduzíveis, ou muito difíceis para serem traduzidos sem perder uma grande parte dos efeitos, mas isso não me causa nenhuma tristeza e nem angústia. Como Guimarães Rosa, não tenho grandes esperanças na tradução, embora seja eternamente grata aos tradutores que me facultaram obras de minha formação, como os romances do russo Dostoievski, os textos de Kafka, a poesia de Homero, e tantas obras em línguas que não domino. Sei que estou lendo apenas uma interpretação dessas obras, numa outra natureza linguística que tem outra concepção, mas é como consigo chegar mais perto.

PS: O fato de ser uma mulher bonita e jovem, além de ter um enorme talento, ajudou ou atrapalhou no início de sua carreira literária?

AM: O que importa é o texto. Quando o editor leu os originais de meu primeiro romance e decidiu com entusiasmo publicá-lo, ele não fazia a menor ideia de minha idade ou aspecto, assim como os jornalistas que escreveram as primeiras resenhas não sabiam nada, e a maioria de meus leitores. A literatura trabalha de alma para alma.

TFG: A classificação de gênero na literatura parece, para alguns, uma tentativa de delimitar a produção artística das mulheres a uma espécie de escrita “do lar”. Há uma ambiguidade nesta maneira de compreender o assunto?

AM: Não apenas uma ambiguidade, mas uma multidão de equívocos, quando se trata de rotulação ou classificação literária, os limites entre gêneros são a cada dia mais tênues, e há uma liber-

dade tão bela na literatura que qualquer exigência ou determinação será suspeitosa.

TJG: A religião constitui um importante elemento para o entendimento da sua obra. Você possui fé?

AM: Como escritora, a minha religião é a literatura, na qual deposito toda a minha fé, que é infinita, considero a literatura algo sagrado e a reverencio com um respeito maior do que eu mesma, e procuro compreender seus mistérios e ser digna de tê-la dentro de minha vida e de meu coração, e transmiti-la a outros como uma dádiva, assim como me foi legada.

TJG: Você lança, em 2016, pela Editora Record, o livro “*Xica da Silva: a cinderela negra*”. A inclinação pela escrita de uma biografia não romanceada se justifica pela própria imagem da ex-escrava ser cercada por mitos?

AM: A biografia de certa forma é romanceada, ao menos no que se refere ao formato, excluindo-se a narrativa de diálogos. As partes tratadas como se fossem de um romance estão iluminadas pelo itálico. O que há de peculiar nesse livro, dentro de minha obra, é o fato de passar longe de temas literários, da poesia, dos escritores, que são uma constante no meu trabalho, um dos meus grandes encantos e interesses.

TJG: O escritor João Almino, em entrevista, ao ser questionado sobre como observa o cenário político pós-ditatorial no Brasil, nos disse que “[...] Sobrevivem em nossa cultura política o personalismo, a busca da figura do salvador e a troca de favores. A alta fragmentação política não tem seu respectivo cardápio de ideais ou programas. Temos ainda baixos índices de educação e desigualdades sociais alarmantes, o que prejudica o pleno exercício da cidadania”. O enfoque humanista no ensino brasileiro seria a solução frente ao desafio da educação na contemporaneidade?

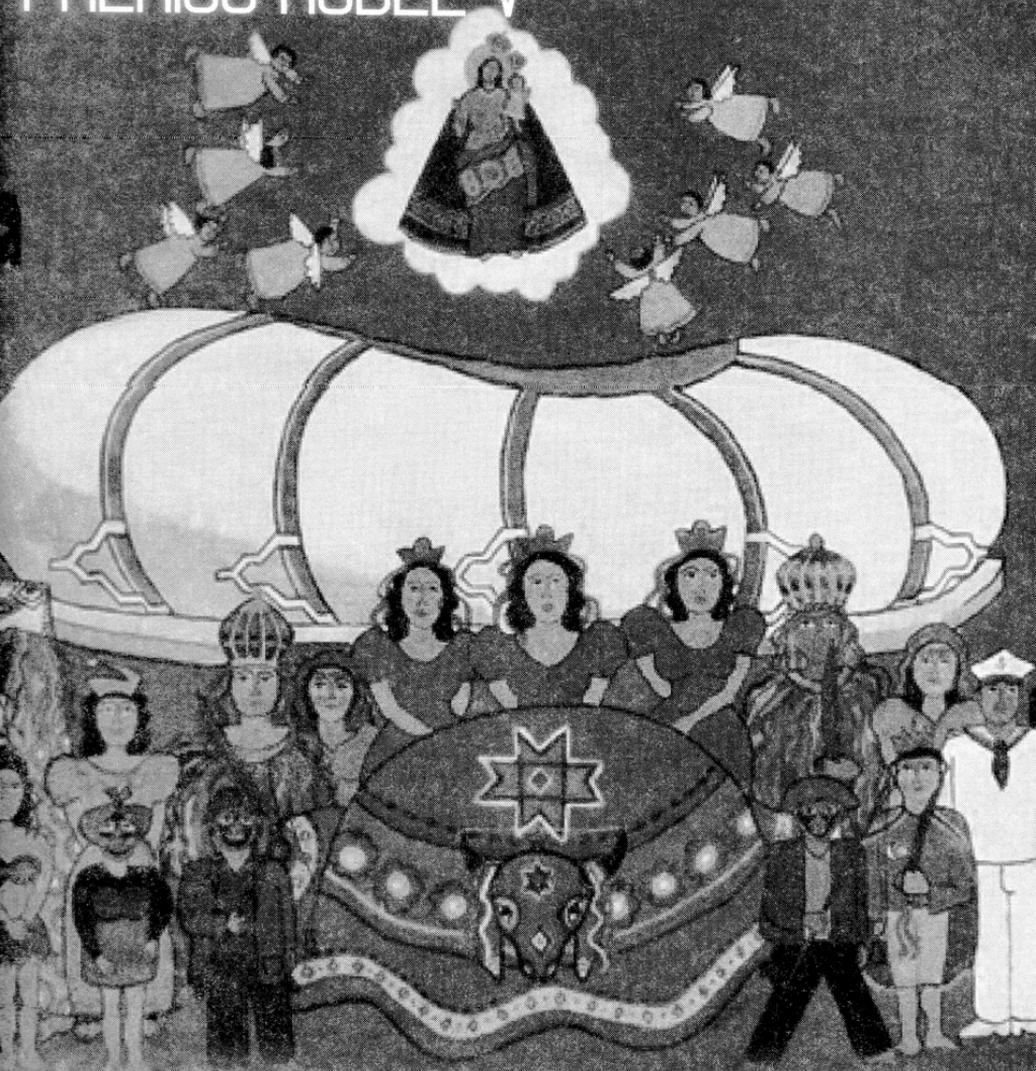
AM: Não é tão simples assim. Tínhamos uma educação de qualidade quando era apenas para a elite, o que ainda ocorre. Houve



um fantástico processo de inclusão de toda uma geração nas salas de aula. Agora é preciso elevar o nível, para todos. Evidentemente, a educação humanista, generalista, comportamental e cidadã seria uma base para a construção de um país mais digno e justo. Mas isso não se consegue de um dia para outro, é uma luta árdua. Considero os nossos professores um exército de quase heróis que trabalham sob péssimas condições e têm nas mãos um dos maiores desafios na nossa guerra de construção. Mas faço minhas as palavras do escritor João Almino.

THIAGO JEFFERSON GALDINO nasceu em Mossoró, RN, em 6 de setembro de 1993. É autor de *Suspeitas de um Mistério e Novos Contos Potiguares*. Colabora em jornais, revistas e portais literários. É sócio efetivo do Instituto Cultural do Oeste Potiguar – ICOP.

ENTREVISTAS COM A PRÊMIOS NOBEL V



ESQUIVEL:

O PENSAMENTO DE UM NOBEL DA PAZ

por Antonio Nahud

Barcelona, Espanha, 2004.

O esquerdista argentino Adolfo Perez Esquivel (Buenos Aires, 1931), Prêmio Nobel da Paz em 1980, foi uma das personalidades convidadas para o Fórum das Culturas 2004, em Barcelona. Reconhecido como um ícone do pacifismo, desde a década de 60 participa de manifestações contra a violência. Em 1973 editou o jornal "Paz y Justicia", defendendo sua crença. Encarcerado e torturado, permaneceu 14 meses na prisão e outros 14 em liberdade vigiada. Atualmente desenvolve missões de paz em vários países.

Qual seria o conceito de memória coletiva?

Ela é importante na vida humana de forma geral e para cada um. Nos permite encontrar os valores e raízes que fazem a nossa identidade e compartilhá-las com outras nações.

Talvez um intercâmbio de experiências?

Sim. Um diálogo que permite compartilhar os problemas que afetam a humanidade, somando vontades. O Fórum das Culturas defende a reflexão e a dinâmica, para que cada grupo, organizações e pensadores possam dividir com seus conterrâneos o que foi pensado, dito e debatido. É um espaço válido.

O poder econômico na mão de poucos é o principal problema que enfrentamos?

Não creio. Não é o problema central. A dominação começa pelo aspecto cultural. A situação econômica viável depende da ca-

pacidade das pessoas e dos governos de pensar em liberdade e gerar novas alternativas que enfrentem o domínio dos poderosos. Uma das formas para alcançá-la é a unidade continental de cada país. Sozinhos, nada podemos fazer para combater o poder dominante. Juntos, existe a possibilidade de gerar novos caminhos e esperanças.

O que pensa da globalização?

A globalização gera uma maior concentração de riquezas em poucas mãos e a exclusão social, política e econômica da maioria da população mundial. É um desafio que a humanidade terá que enfrentar. Mas é preciso compreender em que consiste e quais são os seus mecanismos de dominação.

O escritor mexicano Carlos Fuentes acredita que mesmo com a força cultural das grandes potências, sempre se preserva a identidade de cada nação. É certo?

Existem duas questões que devem ser analisadas: o pensamento único e o pensamento próprio. O primeiro impõe a submissão ao mercado, levando a perda das identidades e dos valores culturais, ao consumismo de uma pseudo cultura que gera mais violência, a dependência a mecanismos consumistas impostos pelo poder econômico, que sobrepõem seus interesses econômicos sobre a vida das pessoas. O pensamento próprio seria a recuperação de valores e raízes culturais, sociais e espirituais, a pertinência e a razão de ser gente, baseado em nossa identidade e na memória histórica.

Tem a sensação que os líderes só governam de olho no próprio umbigo?

E necessário repensar as democracias atuais, mais formais que reais, onde os governantes fazem o que querem e não o que devem. Caso concreto são as atitudes do presidente George W. Bush, que pouco ligando para o clamor mundial, inicia “guerras preventivas” para seus interesses e para potenciar o complexo industrial mili-

tar, fortalecendo sua hegemonia mundial. Bush vive a loucura do poder, levando a humanidade a uma situação gravíssima. Ele não respeita os acordos nacionais e internacionais. É um governo totalitário, restringindo a liberdade pública em seu próprio país. É um império belicista que está ferindo a humanidade com consequências irreversíveis. Se trata de um plano organizado que vem desde muito antes do 11 de setembro, onde está em jogo a luta pelo poder.

E a ONU?

George W. Bush deixou de lado as Nações Unidas. É necessário reformá-la, democratizá-la e dar-lhe força e autoridade para resolver os conflitos em diversas regiões do mundo. Devemos fortalecer a ONU para que assuma o seu papel. Porém uma das primeiras medidas é condenar a invasão dos EUA e da Inglaterra ao Iraque. Bush e Blair são responsáveis por crimes contra a humanidade.

Acredita que sob a bandeira anti-terrorista Bush poderia invadir qualquer país?

Devemos lembrar que o poder desenfreado dos EUA não só invadiu o Iraque, invadiu também o Panamá, Santo Domingo, Haiti, Nicarágua, El Salvador. Ele formou mais de um ditador na Escola das Américas do Panamá e nas academias militares. Essa é a real política dos EUA para o mundo. São muitos os sintomas na América Latina do intervencionismo norte-americano. Querem impor seus produtos e destruir a indústria nacional. É preciso fortalecer a unidade latino-americana.

No meio dessa “cruzada pelo poder” surgiu algo de bom: as manifestações pela paz em todas as partes.

Realmente são atos positivos. As manifestações contra a guerra, pedindo paz, revelam consciência coletiva mundial. É necessário fortalecê-las, porque é a única forma de resistência social contra o avanço do totalitarismo. Também é preciso não ter ódio, não guar-

dar rancor. Temos a abrigação de recordar, para evitar que se repitam os mesmos erros e para compreendermos o tempo atual, mas também não deixar de estarmos abertos à reconciliação. O ódio só nos leva a destruição de nós mesmos.

O que tem a dizer sobre a situação argentina atual?

A Argentina é um país rico, empobrecido, que hoje tem cerca de 23 milhões de pessoas em situação de pobreza e mais de 10 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza. É um país produtor de alimentos onde a mortalidade infantil tem aumentado e a desnutrição chegou a índices alarmantes. Devemos perguntar-nos como foi possível chegar a tal desespero. O mesmo ocorre com o resto da América Latina. São políticas globais impostas e que custaram vidas e graves violações dos direitos humanos durante as ditaduras militares que contaminaram o continente. Porém, sempre lembro um provérbio antigo que diz “a hora mais escura é quando começa o amanhecer”, e estamos nessa hora de tratar de construir um novo amanhecer com alternativa social e política válidas.

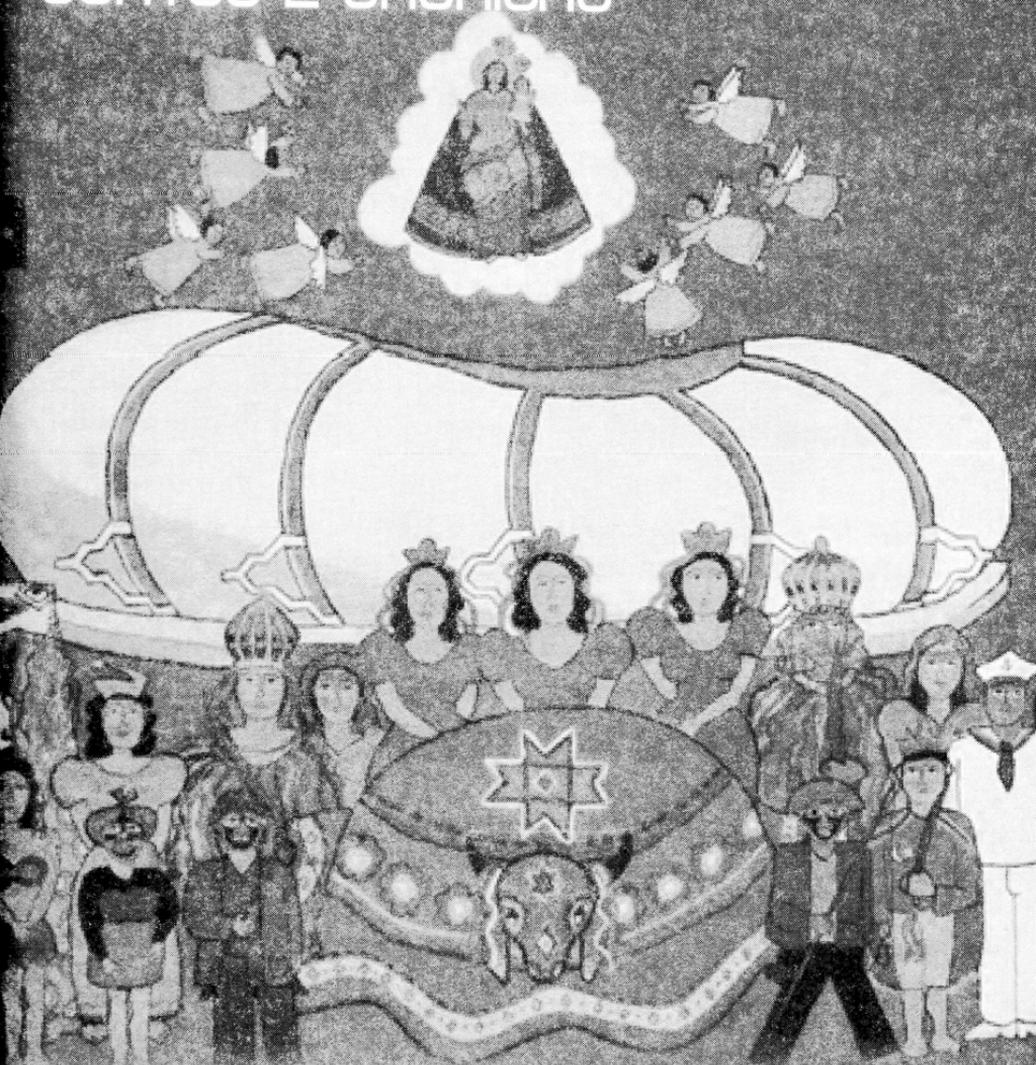
Como presidente do Serviço Paz e Justiça (SERPAJ) e coordenador íbero-americano em defesa dos direitos humanos, o que aconselha para um mundo melhor?

Pôr fim a loucura bélica, revertendo o uso econômico para a vida. Impulsionar projetos de desenvolvimento para os países mais necessitados, acreditando numa riqueza mundial justa. É terrível como a cada dia há mais pobres e excluídos. A grande luta é também contra a fome que mata mais pessoas que as guerras. A cada dia morrem de fome no mundo mais de 35 mil crianças. E toda criança deve ter direito à vida.

Por fim, uma curiosidade: troca ideias com outros premiados com o Nobel da Paz?

Com alguns tenho contato. Outros, nem pensar, como por exemplo o ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger.

CONTOS E CRÔNICAS



CELEBRIDADES

Manoel Onofre Jr.

Eu já vi um santo em carne e osso. Não acredita, caro leitor? Pois vi, sim. É verdade que o avistei á distância, ele passando, conduzido na carroceria de um veículo especial, um ar de bonomia na face corada.

Ora, direis, ver santo!... Certo perdeste o senso - parece-me ouvir o leitor a dizer isto. E, no entanto, eu vos direi que vi um santo. Não era o simpático São Francisco de Assis, não era Santo Antônio, o casamenteiro, tampouco Santo Onofre... Era o Papa João Paulo II. Não foi ele canonizado, por obra e graça do seu colega Bento XVI?

Quando Sua Santidade veio a Natal, nos idos de 1991 houve ocasião em que ele desfilou, no papamóvel, por diversas ruas e avenidas da cidade, e foi então que, como tantos outros natalenses, tive o privilégio d e vê-lo.

Mas, cá pra nós, leitor, eu gostaria bem mais era de ter visto outro santo, também papa: João XXIII. Este, sim, ostentava auréola de santidade. Aliás, o verbo “ostentar” não está adequado, pois o bom Ângelo Roncalli, que adotou o nome João XXIII, era de uma simplicidade extraordinária. Grande, grandíssima figura humana, projetou suas inúmeras virtudes na Igreja, transformando-a - sábio e, verdadeiramente, santo.

Vejo muitos pontos de afinidade entre João XXIII e o atual Sumo Pontífice, o Papa Francisco. Ambos franciscanos, isto é, desligados das coisas materiais, e muito humanos, solidários, portadores daquele “leite da bondade humana”, de que nos fala Shakespeare em uma de suas obras-primas.

Não me surpreenderei se o Papa Francisco vier a ser canonizado.

Santo ele já é.

- o -

Andando, certa vez, pela Feira do Livro de Lisboa, deparei-me com um senhor idoso, de paletó, sentado a uma mesa, junto ao quiosque de uma livraria, parecendo estar ali de plantão para conceder autógrafos. Pouca gente o procurava. Aproximei-me. Com pouco veio um jovem e estendeu-lhe um livro, em que ele, gentilmente, após dedicatória. Não tive dúvidas: aquele senhor, de aparência tão modesta, era José Saramago. Àquela altura já se formara pequena fila diante da sua mesa. Fiquei por alguns instantes, apreciando a cena, mas não achei motivos para lhe falar.

Prêmio Nobel de Literatura (1998), Saramago tornou-se uma celebridade internacional; sua fama, há muito, transpôs as fronteiras de Portugal. Dentre os escritores portugueses contemporâneos ele é, no Brasil, o mais conhecido e admirado.

- o -

Foi em um evento literário realizado, há algum tempo, no auditório da Reitoria da UFRN. O Cônsul de Portugal em Natal apresentou-me a um cara ainda jovem, um tanto magro, estatura mediana, cabelos castanhos quase louros, vestes bem simples - calça e camisa esporte - e um ar de tranquilidade na fisionomia bem composta.

-Apresento-lhe o escritor Mia Couto - disse o Cônsul.

Demos um aperto de mãos, ele esboçando leve sorriso, a simplicidade em pessoa.

Eu fiquei admirado, não pensava que um homem tão famoso pudesse ser assim tão simples. Dirigindo-se a mim, cordial mas espontâneo, sem a mais leve sombra de pose, parecia estar falando com alguém de sua igualha. Desculpou-se por não dispor, naquele momento, de um livro de sua autoria para me ofertar.

Nunca vou esquecer esse breve encontro com o grande romancista moçambicano.



- o -

A I Semana de Cultura Nordestina, promoção da UFRN em convênio com o Governo do Estado, por volta de 1978, reuniu alguns dos mais ilustres escritores brasileiros num ciclo de palestras e mesas redondas realizadas no Teatro Alberto Maranhão, de Natal.

Eu, que tinha então 35 anos de idade, e já publicara quatro livros de minha autoria, fiquei embevecido com aquela constelação de literatos. Assisti a quase todas as palestras. Foi quando conheci pessoalmente o coordenador do evento, poeta Homero Homem, de quem viria a me tornar amigo, mantendo mais tarde correspondência com ele. Conheci também naquela oportunidade outros monstros sagrados. Gilberto Freyre foi o que melhor impressão me causou. Após a sua fala, aproximei-me dele timidamente e lhe dei um exemplar do meu livro “Martins- Sua Terra, sua Gente”. Ele, com ares de grão-senhor, porém afável, tomou o livrinho em suas mãos, olhou-o com aparente interesse e perguntou-me:

- Martins é nome de pessoa ou de lugar?

E eu, tendo lhe dado o esclarecimento devido, me despedi satisfeito, ancho com a boa acolhida do mestre.

Abordei também R. Magalhães Júnior, que mal me agradeceu o livro que lhe presenteei e logo retirou-se, petulante, de mau humor, sem me dar a menor atenção.

Vi de longe Rubem Braga sentado sozinho diante de um birô, no hall do teatro, a cara fechada, fazendo jus à fama de “urso”.

Osman Lins, já então às voltas com o câncer, e sua esposa, Julieta de Godoy Ladeira esbanjavam cordialidade. Não perdeu a calma quando Jaime Hipólito Dantas interrompeu a sua palestra de modo provocador.

Consta dos Anais da I Semana de Cultura Nordestina que estiveram presentes outras notabilidades - Manuel Diegues Júnior, Ledo Ivo, João Ubaldo Ribeiro, Eduardo Portela, Afrânio Couti-

nho, Fausto Cunha , Odylo Costa, filho, José Américo de Almeida
- mas, se os vi, não me ficaram na memória .

MANOEL ONOFRE JR. é desembargador aposentado e escritor, autor de *Chão dos Simples*, *O Caçador de Jandaíras*, *Ficcionistas Potiguares* e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e de outras instituições culturais.

CURIOSIDADES E HUMOR NA HISTÓRIA DA MEDICINA

Armando Negreiros

Elaboramos uma série de curiosidades na história da medicina, algumas com uma boa dose de humor. Os livros pesquisados foram: Admirável mundo médico e As belas artes da medicina do colega Armando José China Bezerra; A paixão transformada, A face oculta e A língua de três pontas, de Moacyr Scliar; O século dos cirurgiões, de Jürgen Thorwald e A arte secreta de Michelangelo de Gilson Barreto e Marcelo G. de Oliveira. No próximo número daremos continuidade com as demais curiosidades e humor relacionadas a esta ciência / arte que é a medicina.

1. Hipócrates, o pai da medicina, viveu de 460 a 380 a.C. e nasceu em Cós, na costa da Turquia. Ao estudar a epilepsia, considerada a “moléstia sagrada”, concebeu-a como um processo de causas naturais, dessa forma separou a medicina da filosofia e da religião.

2. O diploma de médico foi regulamentado em Roma no século III d.C. Era necessário que os estudantes de medicina apresentassem atestado policial de boa conduta, que não tivessem tirado férias prolongadas durante o curso e que não fossem frequentadores de bordéis.

3. A primeira mulher a exercer a medicina foi Agnodice. Aprendeu obstetrícia e ginecologia em Roma, mas quando voltou para a Grécia teve que se vestir de homem, para ser aceita como especialista. Para escapar da morte, acusada de seduzir os seus pacientes, despiu-se diante do juiz e dos jurados no areópago (tribunal). A partir desse momento as mulheres tiveram direito de praticar a medicina na Grécia.

4. O símbolo da medicina é uma serpente enroscada num bastão. Isso se deve à troca da pele da cobra que a torna sempre jovem, representando a saúde. Hermes, ou Mercúrio, o deus men-

sageiro ou do comércio, tem como ícone duas cobras entrelaçadas num caduceu, com duas asas na sua extremidade superior... nada a ver com a medicina.

5. A letra “R” escrita nos receituários médicos: Horus vinga o assassinato do seu pai Osíris lutando contra Seth, o tio criminoso. Na contenda, Horus perde um olho, que lhe é repostado por Toth, o deus da saúde e da sabedoria, em reconhecimento da devoção filial de Horus. O olho esquerdo de Horus lembra a letra R e por isso o R é escrito no início de toda receita médica. Ao fazer o R na receita o médico invoca a proteção e a inspiração divina para aquela prescrição.

6. O Papa João XXI, Petrus Hispanus, era médico graduado pela Universidade de Montpellier, na França. Foi o único médico que conseguiu chegar a papa.

7. Foi Cláudio Galeno (200 a 132 a.C.) quem descobriu, através de dissecções em corpos de gladiadores romanos, no Coliseu, que no interior das artérias circulava sangue e não ar, como o nome sugere.

8. Segundo René Descartes a alma humana ficava situada na glândula pineal.

9. A doença de São Guido, ou epidemia dançante, era chamada de tarantismo, por acreditar-se os pacientes vítimas de picadas de aranha, tarântula, daí ter derivado o termo atarantado (aturdido, atrapalhado, estonteado).

10. O cirurgião Halsted (1855-1922) inventou as luvas de borracha casualmente. Apaixonado por uma enfermeira, que não podia usar antissépticos, encomendou ao seu amigo Goodyear as também chamadas “luvas do amor”. Daí observou a queda no índice de infecções, o que oficializou o seu uso.

11. O cirurgião Joseph Lister é considerado o pai da antisepsia por ter inventado um vaporizador de fenol (ácido carbólico). Naquela época quanto mais sujo de sangue fosse o avental do cirurgião, maior confiança inspirava por denotar experiência.

12. O cirurgião Robert Liston (1794 – 1847), conhecido como “o relâmpago”, marcava no cabo do bisturi cada amputação que fazia, todas, para seu orgulho, com menos de três minutos. Obviamente quanto maior a sua rapidez, menor a dor que o paciente sentia. Foi o primeiro a operar com anestesia na Inglaterra.

13. Na Guerra dos Trinta anos, assim como em Itararé, também teve uma batalha que não houve, a de Nuremberg, pois os soldados em ambas as trincheiras foram dizimados pelo tifo exantemático.

14. São Lucas é considerado o patrono da classe médica e dezoito de outubro, seu dia, é o dia do médico. Teria nascido na Antioquia (Síria) e teria sido médico de São Paulo.

15. A *pasteurella pestis* é inoculada no homem pela picada da pulga do rato. Na grande epidemia que se abateu sobre a Europa em 1348, e que contabilizou 25 milhões de mortos, os sobreviventes começaram a comer cachorros, resolvendo por muito tempo o problema da raiva no continente.

16. Robert Koch (1843 – 1910), médico alemão, descobriu os bacilos da tuberculose e do antraz (carbúnculo). Ganhou o Nobel de medicina em 1905 e morreu de infarto agudo do miocárdio.

17. A cura da tuberculose só foi possível com a descoberta da estreptomicina por Selman Waksman em 1940.

18. Edward Jenner (1749 – 1823) observou que as pessoas que haviam contraído varíola ordenhando vacas, não pegavam a varíola humana. Passou a inocular o pus das feridas e descobriu a imunização que recebeu o nome de vacina em homenagem à vaca.

ARMANDO NEGREIROS é médico e escritor, autor de *Na Companhia dos Imortais*, *A Folga da Dobra* e outros livros. Membro da Academia Norte-riograndense de Letras.

DESBOTADA CENA

José Delfino da Silva Neto

Donana chegou ontem em casa com um recipiente de plástico transparente do tamanho de uma banana-maçã das pequenas:

- Olha que lindo e gostoso. Legumes tostados ao molho de gergelim, meu amor. Comida vegana.

Achei o colorido da gororoba bonito. Logo me vieram à mente as insípidas e inodoras experiências gastronômicas de épocas pretéritas. Do tempo dos cabelos grandes ao vento, das bruacas de couro cru coladas aos ombros, das sandálias franciscanas forrando os descaminhos. Esquentava, no outro lado mundo, a guerra fria. Por essas bandas, a ditadura comia no centro. O que restava de bom recendia a imitações do “make love not war”.

Pairava no ar a fumaça das folhas e das inflorescências secas do cânhamo em cabeças flutuantes e sorridentes, ao som do Joe Cooker, Hendrix e Jane Joplin na vitrola. Afinal, Woodstock era - e será sempre - bem longe daqui. Tempos em que Vêscio Lisboa não havia ainda se debandado para a crença islâmica, nem ainda trocado de nome, mas já assumia a posição de Buda e admirava, em silêncio e paz, o pleno sol do meio dia da cidade alta. Sua companheira inseparável, diziam, era uma imensa cobra jiboia. Réptil, boídeo imenso, de coloração cinzenta, tirante a violáceo, com faixas de cor escura no dorso, que jazia indolente e sedentária no chão da casa. Assuntavam, também, as más línguas que ela se alimentava de aves e roedores. Nunca houve empenho ou coragem de ninguém em confirmar tal suspeita, nem em se saber onde ele encontrava as iguarias ofídicas para alimentá-la. Afinal, não seria de bom tom falar em bichos de carne vermelha, num restaurante macrobiótico, cujo inarredável cardápio era um “main course” à base de arroz integral, bife de soja, carne de ave e peixes em doses homeopáticas. E bolinhos azuis temperados com g-sal, único e solitário condimento disponível.

O google ainda estava a séculos de existir. O sopro do boca-a-boca dizia que aquilo não chegava a ser uma dieta, mas um estilo de vida. E a galera engolindo a corda da novidade reinante. O barato era se alimentar seguindo o fluxo energético do yin e do yang, nas horas vagas ou mortas; sempre que a turma enchia o saco de se fartar dos caldos “a cavalo” da tenda do Cigano, regados a cerveja; ou se empanturrar de caranguejos, com apreciáveis quantidades de batidas de tamarindo, à beira do rio Potengi, a maré salobra quase batendo nos pés, no “Briza del Mare”. Vício, prazer ou excesso? Difícil inferir. Afinal, eles eram, e continuam a ser, simples exercícios com ou quase sem regulamentação. Em graus diferentes. Vício, ao arreventar a boca do balão. Prazer, mais atenuado, às vezes mandando às favas a fronteira do comedimento. E o excesso um paradigma, como justificativa dos não praticantes de nenhum dos dois. Se não fosse assim não haveria nenhum dos três. Nem definição causal, que implicasse importância. Não existia então a ideia, como hoje em dia, da tentativa de se almejar, a qualquer custo, a magreza e a longevidade. Hábitos ditos saudáveis não estavam em moda. A nossa pouca idade não vislumbra tanto.

Pensamento de volta ao interior do apartamento, agradececi a Donana, da forma mais polida possível, dadas as circunstâncias. E dei a ela o troco, propagado ao enxundioso e obeso ar da cozinha. Capitulina, (que nome estranho!) prepara aí o arroz de macarrão com muita pimenta de cheiro e folha de louro, e aquela carnezinha de sol com farofa de bolão. O Cuba-Libre já pronto. Glutonia excluída, após os 70 anos de idade, me pareceria razoável, investir mais e mais nos olhares, cheiros, sabores e gostos, enquanto os nossos órgãos sinestésicos ainda funcionam. Ouvir música, ler livros, espiar (sem dar na vista) pares de coxas e músculos, belos perfis, como se fossem pela última vez. Eles ai estão para a saciedade, e para o deleite a serviço do cambaio erotismo da terceira idade. Um tanto lógico, portanto, adentrar com altivez, certa loucura ou insensatez em outros mundos. Como os dos alimentos industrializados dos supermercados, politicamente não corretos; os não naturais, os que encerram em si agrotóxicos, conservantes, sódio, gorduras trans

hidrogenadas; farináceos brancos, enlatados, congelados, chocolate e açúcares. Hidratar é preciso: álcool, água mineral, café e chá; o diabo a quatro.

Lembrem-se de Gil: “O sonho acabou / quem não dormiu num sleeping bag / nem sequer sonhou...”. O tempo urge. A hora da desforra de muitos chegou. Eis a cruel constatação. Começo a acreditar no bardo da Rua São João, que diz e logo indaga: “Faça dieta, não fume, não beba, faça exercício / mas, cá pra nós, viver muito / não dói muito mais que um vício?” É que naqueles velhos tempos, éramos novos. E não sabíamos disso.

JOSÉ DELFINO é médico, poeta e escritor. Autor de *Estação de Ana e Outras Estações*.

PEQUENAS HISTÓRIAS

Clauder Arcanjo

GOSMENTO

Janeiro; febre e dor. Corpo retorcido, espasmos, vômitos. À noite toda.

— Ai, Jesus!

A senhora com os olhos duros na criança. Mão na testa do pequeno: “Se pelando de febre!”.

Impaciente e cansada, um assomo de raiva pela situação. Sacudiu a rede do filho, como a querer espantar a doença. Com vergonha do mau jeito, foi para fora. Agachada, pôs-se a catar gravetos.

Entrou. Frente ao fogo, a água do bule requeentada. Lembrou-se de que não havia nada para servi-lo.

— Ai, Jesus!

- o -

— Mãe!?!...

A voz miúda, rala. Como tudo naquela vida.

— Humm...

Nada como resposta lhe acudia. Ela arrumou os cabelos grossos no cocuruto.

— Mãe... — antes de concluir, mais vômito.

A rede suja, marcada pela água esverdeada e fétida. Ela pensou no compadre Jonas, padrinho do pequeno. A vergonha de importuná-lo.

— Ai, Jesus!

Com pouco, o cachorro entrou, a lambar o chão.

— Passa!... Gosmento!

Despejou sua raiva no lombo do bicho. “Cáim... cáimm...”

O filho pôs os olhos esbugalhados e fundos para fora da rede.

— Mãe!...

Silêncio.

Com pouco, dores, espasmos, corpo a estrebuchar. E... calmo.

A senhora com os olhos na criança. Mão na testa do pequeno: duro, frio. “Sem febre!?”

— Ai, Jesus!

&&&

ROTINA

Com as mãos nos bolsos, saía para a rua, cumpria com as suas obrigações e somente retornava com o dever cumprido.

Deitava-se (pasmé, até rezava antes de se entregar ao sono) e dormia, placidamente. Oito horas, todas as noites.

Na manhã seguinte, a rotina: barbear-se, tomar banho, vestir-se (impecavelmente), servir-se do desjejum vegetariano (pão integral, frutas e café), e sair para os compromissos já previamente acertados.

Só desistiu da profissão, depois de mais de trinta anos de fiel e impecável padrão de trabalho, quando o acordaram, no meio da madrugada, para cumprir com uma inadiável missão.

— Assim, não! Não sou covarde de me esconder sob o manto da escuridão. Só se mata bem no olho claro do dia.

- o -

Um mês depois, ele resolveu mudar de país. Comentam que abraçou a profissão de florista.

CLAUDER ARCANJO é poeta, escritor e editor, autor de *Licânia*, *Novenário de Espinhos* e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e outras instituições culturais.

CIGANO

Haroldo Pinheiro Borges

Pela cancela das lembranças também passa uma tribo que marcou a minha infância. Eles vinham dos sertões de cima, desciam pelo Seridó, varavam o agreste e terminavam a jornada no litoral. Viviam da esperteza ancestral, tangendo as tropas de burros mulos e cavalos que negociavam pelos caminhos ciganos.

Os donos de engenhos de cana eram seus melhores clientes, pois barganhavam animais “novos” pelos sem serventia. A caravana passava uma vez por ano, depois do inverno, e se arranchava no pátio ao lado da casa grande de Bom Destino.

Os homens montavam os melhores, mais belos e bem arre-ados cavalos, em confortáveis caronas, com polainas e esporas de metal. As mulheres e meninos montavam nos animais de cargas. O chefe do clã, mais dois ou três homens de sua confiança, se deslocavam a frente do comboio para pedir arrancho ao fazendeiro. Chicó Pinheiro nunca negou a estadia.

Escolhido o local, erguida as tendas, as mulheres saíam em busca da sobrevivência. Vestidos compridos de chita, uns estampados bonitos, e balangandás da cabeça aos dedos dos pés. Eles inspi-ravam medo e fascínio.

Elas transportavam objetos na cabeça, num andar cadencia-do, elegante. Mamãe ralhava: “Haroldo, tire o olho dessas feiticeiras”. Elas eram longilíneas, naturais, livres, leves, soltas. Belas e flu-tuantes. Bailarinas da natureza. Os modelos de hoje, trepidantes, artificiais, teriam muito que aprender com as ciganas do palco do Bom Destino.

A liberdade invadia o meu imaginário de menino, perplexo diante do surrealismo cigano. Durante o dia, ofereciam aos ino-centes moradores o futuro escrito nas linhas das suas mãos cale-

gadas. Liam a sorte e desvendavam o futuro em troca de dinheiro ou alimento. Corações transbordavam de esperanças num mundo minado pela superstição, pobreza e desencanto. Os elogios que ouvi nunca tinha recebido de ninguém: riqueza, amor e aventura.

Curiosos e bisbillhoteiros, os ciganos sempre foram vistos como pessoas misteriosas. O cavalo, inseparável da história dos ciganos, meio de transporte e símbolo de status, era o animal mais valioso das suas transações. Eram vistos por dois ângulos, um povo trapaceiro, malfeitor e vagabundo. Por outro lado, o encantamento e fascinação pela vida nômade, fidelidade as suas idiossincrasias culturais e origens os diferenciavam de uma sociedade trabalhadora em ascensão.

À noite, faziam o ritual místico de agradecimento. Dançavam e cantavam louvando aos deuses pelos seus sucessos, o dom da vida, as profecias e as curas realizadas.

Papai confiava nos chefes ciganos Miliano e José Garcia, homens de idade, respeitados e valentes. Naquela época, os idosos eram circunspectos, valorosos, respeitados. Geralmente fumavam cachimbo, cigarros e charutos. Cheiravam rapé. Miliano, defendendo a um integrante do seu grupo, foi ferido numa briga antiga. Sofria convulsões de uma bala alojada na sua cabeça.

Numa dessas crises, papai foi chamado às pressas. Seu amigo cigano estava morrendo, em torno de uma fogueira. Cigana grita, chora, rodopia e desmaia. Todos sabiam da importância do líder. Precisavam da sua sabedoria. Levado a Natal, o médico desaconselhou a extração da bala. Na volta, apesar do diagnóstico, a tribo cantou de alegria e beijou a mão de papai.

O cigano era diferente do nosso povo na fazenda, que vivia do trabalho pesado, ganhava dinheiro com suor do rosto. Os compadres da terra detestavam a presença dos ciganos em suas casas, especialmente na volta da lavoura. O trabalhador de aluguel estava submetido á dureza da jornada de sol a sol. E os ciganos viviam dos negócios enfeitados pela música e a dança.

À tarde a esposa do chefe e representante das ciganas visitava a casa grande. Vinha vestida de seda, com seus lenços exalando o aroma de loção Dirce, a atmosfera das feiras do interior. Ana era uma cigana gorda, morena, de voz mansa, arrastada, e fisionomia calma. Transmitia segurança e fé. Lia as nossas mãos com fantasias que adorávamos acreditar. Quem não quer ser tudo aquilo que Ana profetizava? Ela me chamou de moço bonito, marinho e galego. Disse que eu era corajoso e que lindas mulheres...

“Você tem o corpo fechado. Ninguém lhe fará mal”.

Desde aquele dia eu perdi o medo das bruxas e feiticeiras. Só continuo assombrado com as almas penadas. Por incrível que pareça, a cigana não me enganou e eu lembro com carinho o folclore das Queimadas.

A visita de Ana à casa grande era um ritual obrigatório. Ela trazia os recados da família, as notícias do Seridó, as novidades das fazendas, as aventuras dos caminhos. Na saída, deixava a certeza de que a patroa jamais seria importunada pelas ciganas buliçosas, proibidas de assediar a família.

À noite chegava o chefe Miliano, falando sobre a viagem, a chuva, a seca, a carestia. Enquanto os patriarcas tratavam dos negócios, os ciganos distraíam a meninada com histórias de trancoso, riquezas, amor, valentia e reinados. Momentos de expectativa e deslumbramentos.

Geralmente se demoravam por 20 dias, tempo suficiente para os negócios. Papai criava éguas e produzia potros e burros mulos que eram vendidos em lotes aos ciganos. Depois da venda, o momento mais esperado por nós, era ver, como montavam nos animais no osso como se dizia nas fazendas. Escolhido o animal faziam carreira no meio do lote e agarrados as suas crinas, só desmontavam quando sua presa exausta se rendia, para então se colocar o cabresto.

Nas despedidas, o ritual se repetia. Mamãe sempre emocionada pedia a cigana que a recomendasse aos irmãos, familiares e que

estava feliz em saber que todos estavam bem. À noite, na brisa suave do alpendre, o chefe se despedia com palavras elogiosas e a certeza que estaria de volta para realizar bons negócios e o desejo de um bom inverno.

E assim o bando do chefe Miliano passou pela cancela das minhas lembranças, seguindo pela estrada do Bom Destino. Aquele povo misterioso se encantou. Sumiu, mas deixou rastros na poeira da saudade.

*Trecho do livro *A Cancela das Lembranças*.

HAROLDO PINHEIRO BORGES, escritor e pesquisador, colabora em jornais com artigos e crônicas

CUTRUÇO

Oreny Junior

No brejo de altitude, na verdessência matatlântica serrana, caminhando no sentido do Seridó, Cutruço cutuca as nuvens esbranquiçadas, almejando a beleza das ribanceiras, a paz das chãs, as avoantes com destinos que os seus olhos não veem.

A debulha de feijão verde, a prosa rolando no alpendre da casa velha, o aconchego das conversas na busca da sertanidade.

O milho verde na casca, novinho no amarelouro reluzindo nos pratos de canjicas e pamonhas alegrando a noite de São João.

Noite de São João, tocos de cajueiros envelhecidos, enraízam-se cinzas a dentro na completude do amor vegetal-terra, sob fogo cruzado de um céu estrelado, na paz dos circundantes à procura das sombras remanescentes por horas esquecidas.

Zenon cavuca a terra buscando suas digitais, numa eterna alquimia com os seus antepassados.

Noite plena, o foguetório assusta a urutau, mãe da lua, pou-sante nos galhos invisíveis das florestas negras. A ave noturna assusta o silêncio dos mortos.

Vinhos, cachaças, cervejas, violão, olhares, sentimentalidade.

Cutruço, Braço da Serra de Santana, Chã da Serra da Borborema, Vale do Potengi, Serra do Doutor... Macagua... Três fronteiras: Trairi, Seridó, Potengi.

É assim, no cantar do galo, as galinhas trepadas nos pés de cuités.

É assim, o porco amarrado à ceia da noite de São Pedro.

É assim, no replantio da flora no coração mágico de Nino.

É assim, na comilança das pinhas, doces como melaço de engenho.

É assim, a 670 metros do nível médio dos mares, que os pés decantam no chão frio.

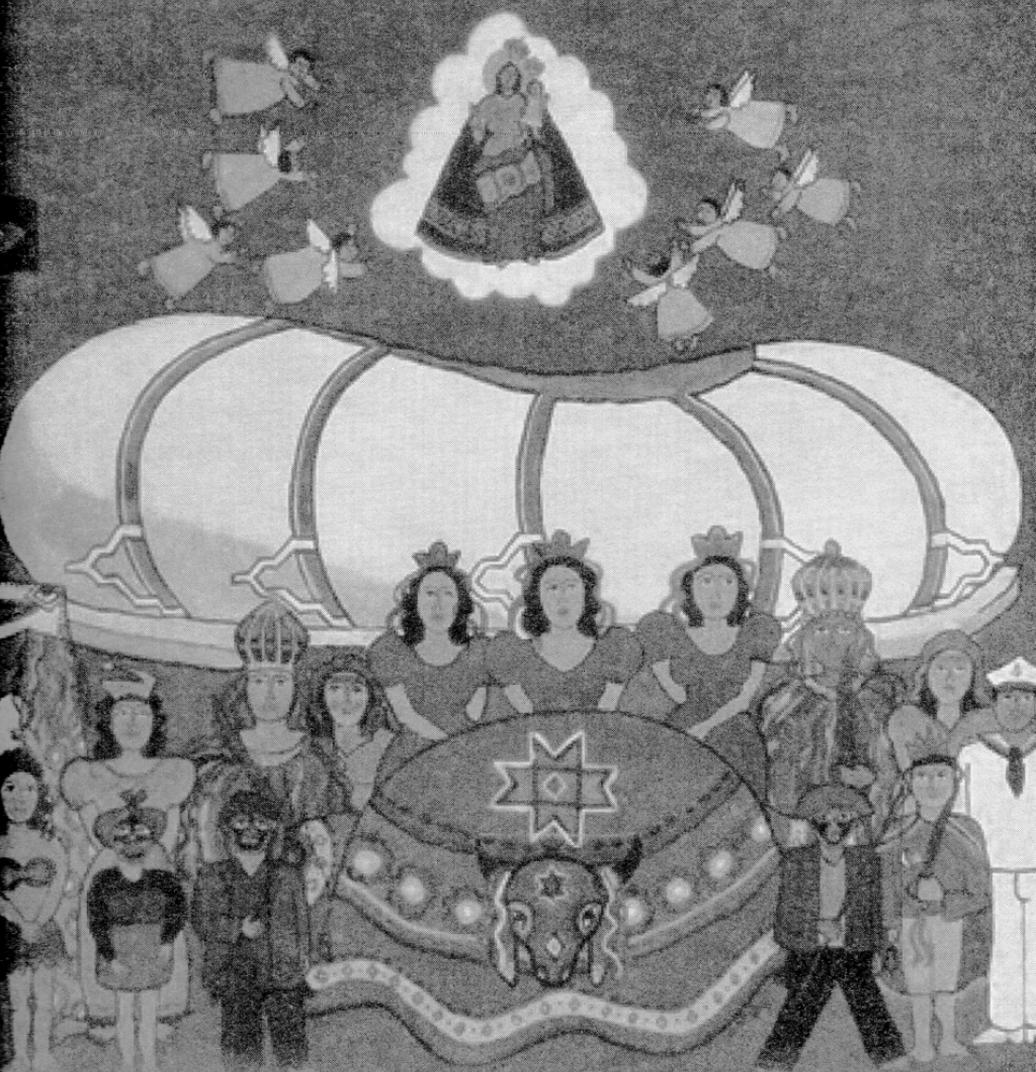
É assim, Serra Verde, que o dia demora pra esquentar, e enquanto posso, aprecio o verde que não cessa, que não dá lugar ao cinza catingueiro.

É assim, na perpetuação do amor em colmeias de rajadas, que o ciscador penteia a terra, no rizoma de manivas, essa entrelaçada raiz, desaguante nos mares da nossa imaginação verdinha em folha.

É assim, só sei que é assim!

ORENY JÚNIOR é poeta e livreiro. Autor de *Fórceps e Metamofomas*.

POEMAS



TRASTEVERE EM NOVEMBRO

Lúcio Oliveira

Não era um rio
o que se apresentava escuro
e caudaloso.

Havia, entre árvores, a noite
e o riso alto e solto e um corvo no muro.

Um mar subia (seus perigos e gozos)
de antes das civilizações.

Erguia-se ali uma igreja
na nuvem
e os seus anjos planavam,
os pudores largados fora.

Caídas, na calçada, as folhas
de plátano (ressecadas)
crepitavam:
um novembro, o ar leve
e tons e vozes
de amistosas almas
e um vento surreal.

Na taverna, o jogo
face a face
e mão sobre mão
e o frio.

A taça cheia e as horas
se derramavam sobre o rio
que não havia.

O sono havia
a persistir.

LÍVIO OLIVEIRA é Procurador Federal, poeta e escritor. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, do IHGRN e da UBE/RN. Autor de *O Colecionador de Horas*, *O Teorema da Feira* e outros livros.

À SOMBRA DO TEU CÃO, À SOMBRA DO TEU NÃO

Jarbas Martins

a Kamilla, Kam,
musa de algum dia

Amor adormecido como um cais,
casto amor que me assalta os gastos dias.
Ao modo de Vinicius de Moraes
te oferto este soneto, enquanto frias

as trevas ornaram os meus cabelos brancos.
Vasto amor, que meus sonhos alumias
e os teus – de luz e incêndio e risos francos.
Estende-me as mãos, Estrelas Guias

ou rimas abraçadas de um soneto.
Que à falta de um céu fiz e prometo
te enviar pelo vento ou nuvem errante.

Perfeito em seu lavor de diamante,
discreto em te amar, e vigiado
por este cão mais que fiel. Honrado!

JARBAS MARTINS é Promotor de Justiça aposentado, poeta e escritor, autor de *Contracanto, 14 versus 14* e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

MIRA MIRA

Elder Heronildes

Na miragem ninguém mira,
 É mirado.
 Como na vida ninguém fica,
 Vai, mirando ou sem mirar.
 Apenas estando em brisa
 solar, em arco íris, flamejante,
 cercando-se a si mesmo
 na miragem do tempo,
 ou sem tempo, já mirado
 de nascença.
 Vivendo na busca do passado perdido,
 Não reencontrado..
 Sem brilho, sem consciência,
 Sem nada, mirando-se a si mesmo,
 com tudo e por tudo.
 Vendo-se sem entrar, na incrédula
 e boba miragem, de tudo em si
 E por si mesmo, mirando sempre.

ELDER HERONILDES é escritor, autor de *A Rua de Jaime* e outros livros. Presidente da Academia Mossoroense de Letras e ocupa a cadeira nº 37 da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

ENTRE SALINAS E MALEDICÊNCIAS

Robson Renato

Um registro literário das essências
Com total criatividade das retinas
Da mulher que cultivando competências
Faz brotar educação pelas campinas.

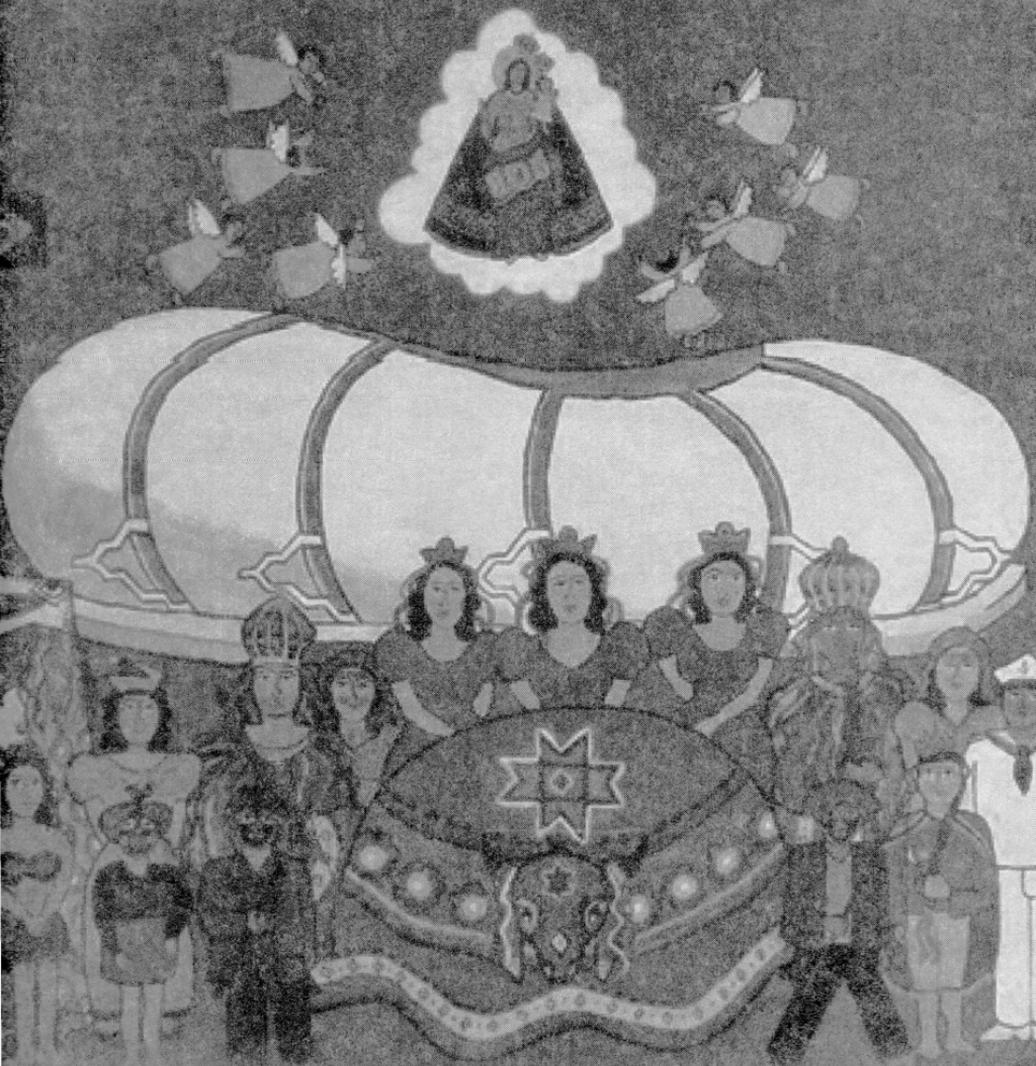
Entre o branco reluzente das salinas
E o tom vivo que pintou maledicências
Descobrimo nas entranhas nordestinas
O romance que supriu nossas carências.

Mais que um texto redigido pelas becas
Produzido pra compor bibliotecas
Como peças que permeiam o cabedal.

Este livro vem da fonte revivida
Onde Aurélio ganha a voz de Aparecida
Nos escritos potiguares de Macau.

ROBSON RENATO é poeta cordelista. Este soneto foi produzido na ocasião do lançamento do livro *Entre salinas e maledicências: uma leitura do romance Macau em contexto de ensino*, de Maria Aparecida de Almeida Rego, em 06 de abril de 2018, na cidade de Pau dos Ferros.

DISCURSOS



SESSÃO SOLENE NO SENADO FEDERAL EM HOMENAGEM A DOM NIVALDO MONTE, ARCEBISPO EMÉRITO DE NATAL, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 100 ANOS DE NASCIMENTO, EM 15 DE MARÇO DE 2018.

Aqui estou na condição de representante de sua Excelência Dom Jaime Vieira Rocha, Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Natal.

Dentre as comemorações alusivas ao centenário de nascimento do segundo arcebispo de Natal-RN, sua excelência a Prof^a FATIMA BEZERRA, Senadora da República no Estado do Rio Grande do Norte, propôs esta sessão solene para homenagear o homem que foi Dom Nivaldo Monte.

Pequeno em estatura e grande pelo próprio nome: ele é Monte. É filho de Natal, onde nasceu aos 15 de março de 1918 e concluiu sua vida aos 10 de novembro de 2006. Discorrer sobre o riquíssimo curriculum vitae do homenageado exigiria horas e horas numa interminável lista, pelo que realizou durante oitenta e oito anos de ações dignas dos maiores encômios. Vida fecunda no seu sacerdócio totalmente doado às pessoas que o procuravam em todas as circunstâncias em busca de um aconselhamento psíco-espiritual, ocasião em que constatamos sua orientação sábia para um discernimento equilibrado. Foi professor de diversas disciplinas no seminário, escolas da rede privada e por fim na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Era um estudioso; ninguém o encontrava em casa a não ser com um livro, lendo-o e com quem chegava, comentando-o. Isso fazia de sua pessoa um seguro autodidata. Era um homem profundamente mergulhado e informado na vida cultural do Estado: membro da Academia

Norte-Rio-Grandense de Letras, da qual foi vice-presidente; sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; membro integrante do Pacto pelo desenvolvimento do RN, demonstrando profundo interesse no estudo e desenvolvimento do Estado, onde se propôs a editar um dia uma obra intitulada “Enciclopédia do RN” a qual não chegou a ser publicada. Foi igualmente membro fundador do Instituto de Antropologia da UFRN, do Conselho Estadual de Educação e Cultura, do Conselho Universitário da UFRN, sócio fundador da Sociedade Cultural Brasil Estados Unidos e membro da Association pour la Fondation Jean Rodhin. Também foi membro fundador da Associação Potiguar de Letras, membro da Associação de escritores norte-rio-grandenses e Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publicou doze livros e três plaquetes. Participou de inúmeros encontros, conferências e congressos, tanto no Brasil quanto no exterior. Foi agraciado com comendas, títulos honoríficos e muitas outras distinções em nível nacional.

Ele mesmo, Dom Nivaldo, escreveu certo dia de setembro de 1988 ao Cônego Jorge O’Grady, meu antecessor na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, externando suas lucubrações intelectuais, científicas e místicas ao dizer:

“Estou como Fernando Capelo Gaivota, procurando espaços mais amplos e fascinantes. Tudo me convida a um amor maior, o que me leva a querer contemplar com mais intensidade os mistérios dos seres. O terreno da psicologia, da genética, da história; tudo me fascina, quando tudo me leva cada dia mais à contemplação de Deus.

Na genética, espero continuar as minhas pesquisas sobre a fecundidade e desenvolvimento (será este o título do estudo já quase concluído). Desta vez quero fazer algumas experiências com “porquinhos da Índia”, para procurar saber o que a proteína pode influenciar, no problema da fecundidade. Quanto menos proteína, mais fecundidade? É uma interrogação que me inquieta. Ou será a ausência outro fator que desencadeia a fecundidade dos animais mal alimentados. Fica a pergunta.

Na antropologia eu me interrogo sobre a formação do homem do Seridó, tão diferente dos de outras regiões do Estado. Na botânica (genética) o interesse por estudos um pouco mais na formação do “hormônio” do Cavalheiro no “Cavalo” quando se trata de enxerto. Fato comprovado em pesquisas anteriores, cujas fotos eu as tenho com muito carinho guardadas.

Na psicologia, procuro fixar as diferenças fisiológicas entre as paixões e as emoções (cujos primeiros estudos estão descritos no livro: Os Temperamentos. Na mística procuro encontrar a raiz da visão beatífica, da felicidade dos justos, não na posse de Deus, mas, na contemplação de Deus. Para mim, Jorge, a felicidade não pode estar na posse que sempre escraviza, mas, na contemplação que liberta e deixa os outros livres”.

Não foi sem grande inspiração na sua vocação mística que ele ao deixar o governo da Arquidiocese em 1988, disse: “hoje, no coração da Igreja de Natal, eu quero ser, antes de tudo, uma alma contemplativa”. Dom Nivaldo desde cedo, como sacerdote, voltou sua atenção pastoral para o social. Essa preocupação com o social remonta a uma visão prospectiva e pioneira quando sonhou e fundou em 1945 a Escola de Serviço Social, a 4ª do Brasil e a 2ª do Nordeste. O propósito maior da referida escola era o de preparar profissionais com formação humanística e técnica, adequadas para a pessoa ser agente do desenvolvimento enfatizando o trabalho comunitário.

No período de 1946 a 1955 fundou diversos centros sociais na área urbana e periférica da cidade de Natal. Teve uma ação preventiva à prostituição de jovens, atento a oferecer-lhes melhor qualidade de vida. Fundou a Casa da Empregada para a profissionalização da empregada doméstica e melhor formação de sua personalidade. Voltou-se para uma ação pastoral atuando com determinação e otimismo nas pastorais da Terra, do Trabalho, Operária, Carcerária, da Mulher Marginalizada e a conhecida Frente de Alfabetização Popular. Deu início a um projeto de erradicação de uma favela no centro da capital natalense, cuidando de sua urbanização com a construção de casas, escola, centro social e capela, dando assim, melhores condições de vida aos seus habitantes.

Fundou em 1966 o serviço de Ação Urbana-SAUR, órgão responsável pela supervisão do trabalho e capacitação de seus dirigentes na área urbana e suburbana da cidade. Desenvolveu o trabalho realizado pelo Movimento de Educação de Base-MEB, sendo membro integrante do seu Conselho Diretor, sediado aqui em Brasília. Incrementou uma experiência agrária na colônia de Punaú, a primeira em nosso país, com excelentes resultados na distribuição da terra e seu aproveitamento, efetuou uma reforma de solo urbano com a construção de casas populares, num distrito cognominado hoje de Emaús, na BR 101, ao lado da estrada que dá acesso à cidade de Parnamirim.

Estimulou desde o início o programa de trabalho do SEAPAC - Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários, voltado especialmente para as comunidades do interior. Reestruturou a Cáritas Arquidiocesana, integrando-a com o Serviço de Ação Urbana - SAUR e elevando seus objetivos assistenciais para uma linha mais promocional do que assistencialista. Exerceu o cargo de Diretor Presidente da Cáritas Brasileira - sediada no Rio de Janeiro/RJ.

O BISPO DOM NIVALDO MONTE.

Foi nomeado em 1963 e sagrado aos 21 de julho do mesmo ano, escolhendo o lema “Mihi vivere Christus est” (para mim o viver é Cristo) e designado para ser bispo auxiliar do Arcebispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, de quem era grande amigo. No pouco tempo que lá permaneceu, deu o testemunho de disponibilidade, dedicação e fidelidade ao pastor e à Igreja diocesana de Aracajú, sendo nomeado Administrador Arquidiocesano e logo em seguida, Arcebispo de Natal, dedicando-se de corpo e alma àquela Igreja Particular.

Teve intensa atuação pastoral: promoveu a reestruturação dos limites paroquiais da cidade; criou grande número de paróquias e também de áreas pastorais; modificou os limites das paróquias do interior e investiu em ministros extraordinários da comunhão eucarística. Em 1971 fundou o ITEPAN - Instituto de Teologia Pastoral

de Natal e em 1977, inaugurou uma escola de Educação Religiosa – ESER, para a formação de professores de educação da fé, não só na rede estadual e municipal, mas também na rede particular. Iniciou a construção da nova catedral de Natal com a infatigável colaboração e preciosa dedicação do seu bispo auxiliar Dom Antônio Soares Costa, posteriormente nomeado bispo da Diocese de Caruarú-PE.

CONCLUINDO.

Dom Nivaldo foi um homem ilimitadamente humano, compreensivo, acolhedor e amigo. Ele nos passou esta imagem, na sua abundante e envolvente produção literária. Seus livros nos transmitem o quanto era solidário, pacífico e sereno no que dizia e no que escrevia. Um visionário que soube ver além das contingências do tempo e da região onde viveu. Era possuidor de uma beleza de estilo e profundamente indiscutível no que afirmava nos seus livros. Com a suavidade que lhe era peculiar, transmitia ensinamentos mostrando os valores imprescindíveis à formação do homem.

No dizer do imortal, Murilo Melo Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, ele é um ser poliédrico e multifacetado que começa como botânico, pelo seu amor às plantas e aos enxertos genéticos, com experiências valiosíssimas no cultivo das sementes e dos adubos. Continua como arqueologista em suas pesquisas numa gruta de São Tomé-RN, onde descobriu um cemitério de índios; prossegue como psicólogo e grande mestre no estudo das almas e prolonga-se como jornalista, cronista e conferencista. Dá sequência aos poemas e composições musicais, nos oferecendo uma rica e abundante produção literária.

Conhecido por todos nós como um homem de frases lapidares. Entre tantas e incontáveis, gosto de repetir a seguinte: “só uma coisa impede o homem de crescer: a vontade de permanecer pequeno. Não foi a escalada alpina que de Aníbal fez um herói, mas foi o heroísmo de Aníbal que o fez capaz de escalar os Alpes”. O amor telúrico aflora a cada momento nos seus lábios. Natal era a sua cidade querida diante da qual se deslumbrava.

Depois de lembrar tantos detalhes de uma vida nesta cidade a quem tanto amou e desejou vê-la recheada de beleza e encantamento por toda parte, recordando tanto nomes de ilustres filhos de que esta terra se orgulha, avançando na idade escreve: “E agora minha cidade querida, como me esquecer de ti, quando já sinto a neve tingir-me os cabelos e o meu tempo ter ficado tão longe e vejo tão curtos os meus amanhã, como me esquecer de ti! Não pendurarei a minha harpa nos salgueiros e me recuso, terminantemente, a fechar os meus lábios, pois vou continuar cantando para tudo e para todos os mais belos madrigais aleitados nas fontes do coração, cujas águas conservam sempre jovens aqueles que souberam realmente AMAR”. O Pe. Francisco das Chagas Gurgel a ele assim se referiu: “Tudo neste autor é harmonioso e límpido, respingando essa claridade de um regato tranquilo, serpenteando sob um sol claro e céu sereno, porque deve proceder de fontes, que somente se voltam para a vastidão imensa do oceano, altar do universo, onde Deus também se retrata, na linda moldura do seu extenso lençol de águas de cristal”. Dom Nivaldo é um poeta em todo o sentido da palavra porque, é antes de tudo, um místico de nossos tempos. N’ele, tudo é encantamento, numa personalidade que escreve:

“A ternura cálida que envolve os seres que se amam, faz nascer delicadezas infinita, em sua nobre doçura, capazes de levantar das cinzas, brasas ardentes de entusiasmo e de vida”.

E acrescenta:

“uma das maiores ajudas que possamos dar ao próximo, é sem dúvida, ensinar-lhe a ver a beleza do mundo, oculta na face dos seres”.

Como arcebispo, fez funcionar o seminário menor e instalou igualmente o maior, fazendo assim regressar do Rio de Janeiro os seminaristas que lá estudavam. Atendo ao aperfeiçoamento do clero, deu continuidade à realização dos encontros pastorais mensais e ofereceu cada ano uns dias de estudo, convidando normalmente um conferencista de certo renome para assim melhor qualificar seus presbíteros. Numa casa de campo, todas as segundas-feiras propor-

cionava um dia de descanso não deixando de reservar a primeira delas pela manhã para um breve retiro espiritual. Dispensou especial carinho pelas religiosas da Arquidiocese, trazendo inclusive um mosteiro de contemplativas.

Entretanto, o mais importante de tudo, foi ele mesmo, como uma pessoa profundamente humana, enamorado da beleza que a seus olhos emana de toda a criação. Para ele, a vida era uma festa na qual não se devia alimentar tristeza, pessimismo ou murmuração. Espírito desportista, subindo montes e serras do estado, pescando de tresmalho, tomando banho de mar, andando de jangada ou jogando gamão e xadrez. Em tudo havia nele sentimentos místicos e poéticos. Abro aspas: “Quando a gente olha as coisas com alma e coração, chega a amá-las de um modo tão quente e tão real, como se fossem pessoas capazes de compartilhar conosco de todo o encantamento que nos dá a vida. A gente descobre tanta beleza, tanta harmonia nestas coisas que, às vezes, já é um deslumbramento podê-las contemplar”.

Se vivo estivesse, como grande humanista que sempre foi e pessoa devotada à busca da atenuação dos efeitos sociais da pobreza e do sofrimento da pessoa humana, D. Nivaldo, com certeza, seria uma referência intelectual e espiritual para nos orientar nesses dias difíceis por que, atualmente, passam a sociedade e o povo brasileiros. Tempos estranhos que a todos espantam e deixam estupefatos diante dos graves e crescentes sinais de regressão civilizatória. Por sua trajetória apostólica, estaria solidário àqueles que defendem os direitos humanos e a convivência com a saudável diversidade de opiniões e a solução democrática e respeitosa das diferenças políticas. Estaria ao lado da defesa do respeito e do cumprimento irrestritos da Constituição Federal, duramente conquistada pelo povo brasileiro em 1988 como resultado da luta da maioria dos brasileiros pela restauração da democracia em nosso país. Sua voz e suas atitudes genuinamente cristãs ajudariam a conter e a reverter a onda de ódio e intolerância que medra em alguns segmentos da sociedade brasileira, ecoando e alimentando um sentimento anticristão e

desumano que, por desatino, acredita que é possível resolver os problemas políticos e sociais do Brasil com o uso da violência e a adoção do punitivismo judicial contra os mais elementares princípios da convivência democrática entre as pessoas. Relembrar D. Nivaldo no seu centenário é um caminho certo para iluminar os corações de todos na construção de uma sociedade mais humana, solidária e inclusiva para os brasileiros. O seu exemplo reacende a fé em dias melhores, mesmo diante desses dias de incerteza e de apreensão em relação ao nosso futuro comum. Viva D. Nivaldo! Viva a paz, o respeito e a conção entre os brasileiros!

Natal-RN, 16 de abril de 2018.

Cônego José Mário de Medeiros

JOSÉ MÁRIO DE MEDEIROS é sacerdote católico e escritor, autor de *Topônimos da Terra Santa* e outros livros. Membro da Academia Norte-riograndense de Letras.



DISCURSO PROFERIDO NA FESTA DOS 82 ANOS DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS. NATAL, 14.11.2018

Digníssimas e Excelentíssimas autoridades que compõem a mesa diretiva desta solene sessão, especialmente,

Senhor Acadêmico DIÓGENES DA CUNHA LIMA, Presidente desta respeitável ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS.

Senhor Professor PAULO BARRA, representante do Prefeito Municipal de Natal, em cuja pessoa saúdo todos os membros dos Poderes Executivos que aqui acorreram

Senhor Deputado Estadual HERMANO MORAES, na pessoa de quem cumprimento todos os membros dos Poderes Legislativos aqui presentes.

Senhores Desembargadores MANOEL ONOFRE JÚNIOR e ADERSON SILVINO, nas pessoas dos quais cumprimento todos os integrantes do Poder Judiciário e de todas as carreiras e profissões jurídicas agora presentes.

Senhor Coronel-PM OSMAR JOSÉ MACIEL OLIVEIRA, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Senhora Acadêmica LEIDE CÂMARA, Secretária-Geral desta Academia.

Senhora Professora CLÁUDIA SANTA ROSA, Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte.

Senhor Acadêmico IAPERI ARAÚJO, Presidente do Conselho Estadual de Cultura, em cuja figura cumprimento todos os membros daquele colegiado que tenho a honra de integrar.

Senhor Acadêmico LÚCIO TEIXEIRA, a quem cumprimento com extensão a todos os membros da ACADEMIA DE LETRAS JURÍDICAS DO RIO GRANDE DO NORTE, que sob a sua presidência tenho o orgulho de integrar.

Senhor Escritor ORMUZ SIMONETTI, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a quem cumprimento com expansão a todos os confrades e congreiras da Casa Guardiã da Memória Potiguar, cujo quadro integro com satisfação.

Senhoras e Senhores Membros da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Estimados familiares e amigos.

Ilustrada plateia.

“Não sei como foi; só sei que foi assim”. A frase é do personagem Chicó, no romance “O auto da compadecida”, de ARIANO SUASSUNA, dita em um contexto de inverdades, no que de mais jocoso e essencial se pode extrair na literatura produzida no Nordeste, mas com alcance universal.

Não sei porque foi; só sei que assim é. Frase minha, dita em um contexto de verdade, no que de mais sincero se pode extrair de alguém que transpõe os umbrais da casa onde se albergam os que produzem literatura do Nordeste, mas com alcance universal. Aliás, literatura, poesia, pesquisa histórica, filosofia, ciência política e outras ciências sociais e naturais.

Pois bem! Venho a este templo para receber um laurel, que só a bondade dos acadêmicos que aqui se assentam pode justificar esse gesto. Não bastasse a surpresa da homenagem, quiseram dá-la em um dia de receber, pois é justamente a 14 de novembro que faz anos a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, inteirando oitenta e dois. E como se pouco fosse, ainda a mim confiaram a honraria de ser voz dos demais agraciados, em coro de gratulação.



São três as categorias de homenagem que esta respeitável instituição confere. O “Troféu Mecenaz Potiguar”, destinado àqueles que investiram na cultura, entendendo quão benfazeja é a modulação das almas e o aprimoramento dos que têm vocação para o aprendizado e para a disseminação dos saberes. Ofertam-no a ANTONIO GENTIL DE SOUZA, forjado na bravura de quem resistiu às intempéries do sopé da Serra do Cuó, veio para cá e voltou ao seu chão levando aos seus conterrâneos oportunidades de horizontes dignos, através das ações do “Instituto Gentil”, desenvolvidas em pinacoteca, biblioteca, museu, escola de informática, formação de artesãos e de músicos, base de uma orquestra filarmônica e portão de sucesso para artistas de consolidação internacional, inclusive na Sibelius-Akatemia, na Finlândia.

PAULO VASCONCELOS DE PAULA também mereceu o “Troféu Mecenaz Potiguar”, mercê do trabalho educacional que vem tocando há décadas no Rio Grande do Norte, quer como instituidor da Universidade Potiguar, quer através da democratização de saberes unidos à tecnologia da informação (é dizer, Ensino à Distância) e muito especialmente pela atuação meritória na criativa Escola das Dunas, na Praia de Pitanguí, com lições da ecologia que edificam jovens e os conduzem à universidade.

MARCELO FERNANDES DE QUEIROZ é o outro agraciado com o “Troféu Mecenaz Potiguar” pelo seu desprendimento na gestão do Serviço Nacional do Aprendizado Comercial, formando gerações de conterrâneos para as mais diversas carreiras, sendo destaque nas áreas de informática e idiomas estrangeiros, elementares para o sucesso em um mundo que cada dia mais diminui as fronteiras econômicas, políticas e culturais entre os povos.

Para a “Medalha Palmas Acadêmicas Câmara Cascudo” foi escolhido o escritor THIAGO GONZAGA DOS SANTOS, que une a sua formação universitária de pós-graduado em Literatura e Cultura

do Rio Grande do Norte e Mestre em Literatura, à operosidade na gestão de projetos da estirpe da Caravana de Escritores Potiguaras, benemerência intelectual que se espraia por todo o território deste querido rincão, através da distribuição de livros e do estímulo à leitura. Se THIAGO outros méritos não tivesse – e os tem – bastaria a sua profícua editoria da “Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras”, o único veículo desse jaez que atinge a marca da trimestralidade ininterrupta, perfazendo, assim, o tento de quatro edições por ano, condensando o que melhor aqui se produz na seara literária. Destinatário do mesmo galardão é o Professor LUIZ EDUARDO BRANDÃO SUASSUNA, formador de gerações na compreensão da História potiguar, com os seus livros e as suas aulas por mais de três décadas, inclusive na docência superior. Na mesma senda, ZILDA LOPES DO RÊGO, respeitável escritora, educadora com vida profissional dedicada à memória e a cultura potiguar. Foi Secretária de Educação e Cultura, quando disseminou bibliotecas por todo o Rio Grande do Norte, além de ter instalado e dirigido o Arquivo Público do Estado e oficiado, por muitos anos, como Secretária Executiva e como membro do Conselho Estadual de Cultura.

“Palmas Acadêmicas”, merecidas, para a ORQUESTRA SINFÔNICA DO RIO GRANDE DO NORTE, que aprimora a sensibilidade musical dos coestaduanos, configurando um *case* de sucesso ao lotar os maiores teatros da nossa terra com apresentações que unem o clássico ao regional, em um amálgama musical que a todos nós orgulha.

Dirigido pelo Médico OLÍMPIO MACIEL, o INSTITUTO PRÓ-MEMÓRIA DE MACAÍBA, em cujo acervo cintila a história daquele vetusto município – torrão de ALBERTO MARANHÃO, AUTA DE SOUZA, HENRIQUE CASTRICIANO, AUGUSTO SEVERO, dentre os mortos ilustres – com largo acervo iconográfico de pessoas e fatos que edificaram a potiguaridade através da ciência, das letras e das artes, faz jus, com acerto, à “Medalha Palmas Acadêmicas Câmara Cascudo”.

O “Mérito Acadêmico Agnelo Alves”, sob o patronato de um jornalista e escritor de inegável talento, é destinado a pessoas e a veículos de informação que contribuem para a cultura da Terra de Poti. Com merecimento incontornável é ofertado ao jornalista ALEX MEDEIROS, Membro do Conselho Estadual de Cultura e exercente do ofício de intermediar notícias há décadas, escrevendo sob a sua firma uma coluna sempre pontilhada de elementos culturais, com corajosas críticas ou sinceros elogios. Multifacetário na pena, transitando da crônica à poesia minimalista, da abordagem política aos comentários desportivos, da mídia impressa ao rádio e ao blog, ALEX tem cinco livros publicados, dois no ponto de lançamento e uma interminável bagagem para mais um bocado.

Outro jornalista que fez por merecer o “Mérito Acadêmico Agnelo Alves” foi SÉRGIO RONALDO BARBOSA VILAR DE QUEIROZ, que construiu a sua história profissional a partir de um laboratório que se chamava Diário de Natal, inclusive como editor de cultura, a mesma área em que labutou no Portal Noar e mantém atualmente no portal Papo Cultura. Idêntica honraria está reservada para o comunicador BRUNO GIOVANNI MEDEIROS OLIVEIRA, dirigente da TV Assembleia, fomentadora da cultura local, sendo também mantenedor do BLOG DO BG, informativo por demais acatado, tanto quanto o PROGRAMA ROTA INTER TV, apresentado por LEONARDO VINÍCIUS SOUZA EUZÉBIO, veiculando pontos históricos e turísticos do nosso Rio Grande do Norte.

Vê-se, pelo currículo dos homenageados, a grande responsabilidade que é para mim estar a todos ombreado, já que tão pouco pude fazer pelas letras deste Estado. Sou, não nego, um vigia das tradições; um estimulador das belezas do espírito; um incorrigível admirador da História que por aqui secularmente se desfia; dos bens culturais e materiais cujo donatário é o povo desta plaga. Talvez por esse meu conjunto de teimosias, recebi desta Academia a glória das “Palmas Acadêmicas” que carregam o nome do fundador deste cenáculo de saber, LUIS DA CÂMARA CASCUDO.

Senhoras Acadêmicas, Senhores Acadêmicos.

Sob as suas murças, guardados por medalhões exemplares, pulsam corações que animam a incessante defesa da cultura potiguar, debaixo de um lema posto em bom latim: “AD LUCEM VERSUS”, é dizer, de forma livre, “no sentido da luz”. São, pois, artífices das letras e perpetuadores das nossas melhores tradições intelectuais. Permitam-me que os trate, somente agora, pelos seus nomes de batismo, como forma de ancestral respeito. Refiro-me a todos e a todas pela ordem das cadeiras que ocupam: CLÁUDIO, HUMBERTO, DALADIER, CASSIANO, ONOFRE, JOÃO BATISTA, LUIZ, NÉLSON, ROBERTO, PAULO, PAULO (o DE TARSO), CLÁUDER, EULÁLIA, ARMANDO, LÍVIO, EIDER, IVAN, JOÃO MEDEIROS, MURILO, JARBAS, VALÉRIO, JOSÉ MARIO, IAPERI, SÔNIA, JOÃO WILSON, DIÓGENES, VICENTE, JURANDYR, ITAMAR, DIVA, LEIDE, MACHADO, CARLOS, LENINE, DELGADO, ÉLDER, BENEDITO e MARCELO.

A todos, a todas, no meu e no nome dos agraciados, o mais acendrado sentimento de gratidão. Vocês, tanto quanto o público que aqui compareceu, nos abastecem de perene felicidade.

Tenho dito.

Ivan Lira de Carvalho

IVAN LIRA DE CARVALHO Professor da UFRN, Juiz Federal. Membro da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

PALMAS ACADÊMICAS “CÂMARA CASCUDO”

Agraciados: Ivan Lira de Carvalho
Luiz Eduardo Brandão Suassuna
Thiago Gonzaga
Zilda Lopes do Rego
Instituto Pró-Memória de Macaíba
Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte

MÉRITO ACADÊMICO “AGNELO ALVES”

Jornalismo impresso ou de blog: Bruno Giovanni
Jornalismo televisivo : Leo Souza
Jornalismo radiofônico: Alex de Souza
Jovem jornalista : Sérgio Vilar

- Honrarias concedidas em sessão solene d a Academia Norte-rio-grandense de Letras, realizada no dia 14 de novembro de 2018.

O ARTISTA DA CAPA:

O artista responsável pela capa da nossa revista, IAPERI ARAUJO é médico, escritor e artista plástico. Ocupa a cadeira 23 da ANRL. Participou de mais de 30 exposições individuais e 452 exposições coletivas. Ganhou prêmios em exposições nacionais no Rio, Brasília e Florianópolis. Prêmio Governador do Estado, Anna Quadros e Salão de Artes Visuais da Prefeitura de Natal.

ANRL em Dezembro de 2018

Cadeira	Patrono	Primeiro Ocupante	Sucessores
1	Padre Miguelinho	Adauto da Câmara	Raimundo Nonato da Silva, Sylvio Pedroza, Claudio Emerenciano.
2	Nísia Floresta	Henrique Castriciano	Hélio Galvão, Grácio Barbalho, Ernani Rosado, Humberto Herme-negildo de Araújo.
3	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra	José de Anchieta Ferreira, Daladier Pessoa Cunha Lima.
4	Lourival Açucena	Virgílio Trindade	Enélio Lima Petrovich, Agnelo Alves, Cassiano Arruda Câmara.
5	Moreira Brandão	Edgar Barbosa	Ascendino de Almeida, Manoel Onofre Jr.
6	Luís Carlos Wanderley	Carolina Wanderley	Gumercindo Saraiva, João Batista Pinheiro Cabral.
7	Ferreira Nobre	Antônio Soares	Mariano Coelho, Nestor dos Santos Lima, Luiz A. G. de Faria
8	Isabel Gondim	Matias Maciel	Walter Wanderley, Nilson Patriota, Nelson Patriota
9	Almino Afonso	Nestor Lima	Cristóvão Dantas, Humberto Dantas, Peregrino Junior, Dorian Gray Caldas, Roberto Lima.
10	Elias Souto	Bruno Pereira	Paulo Macêdo
11	Padre João Maria	Januário Cicco	Onofre Lopes da Silva, Miguel Seabra Fagundes, Fagundes de Menezes, Paulo de Tarso Correia de Melo
12	Amaro Cavalcante	Juvenal Lamartine	Veríssimo de Melo, Oswaldo Lamartine de Faria, Paulo Bezerra, Clauder Arcanjo
13	Luís Fernandes	Luís da Câmara Cascudo	Oriano de Almeida, Anna Maria Cascudo Barreto. Eulália Duarte Barros.
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes	Raul Fernandes, Armando Ne-greiros.

15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes	Antonio Pinto de Medeiros, Eloy de Souza, Umberto Peregrino, Francisco Fausto, Lívio Oliveira.
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma	Rômulo Wanderley, Maria Eugênia Montenegro, Eider Furtado de Mendonça e Menezes.
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte	Aluizio Alves, Ivan Maciel de Andrade.
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida	D. Nivaldo Monte, Pe João Medeiros Filho.
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara	Nilo Pereira, Murilo Melo Filho.
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley	Mario Moacir Porto, Dorian Jorge Freire, José Hermógenes de Andrade Filho, Jarbas Martins.
21	Antônio Marinho	Florianio Cavalcanti	Luiz Rabelo, Valério Mesquita.
22	Côn. Leão Fernandes	Côn, Luís Monte	D. José Adelino Dantas, Côn. Jorge Ó Grady de Paiva, Côn. José Mário de Medeiros.
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior	Othoniel Menezes, Jaime dos G. Wanderley, Iaperi Araújo
24	Gothardo Neto	Francisco Ivo Cavalcante	Antídio Azevedo, Antônio Soares Filho, Tarcísio Medeiros, Sônia Fernandes Faustino.
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França	Inácio Meira Pires, João Wilson Mendes Melo.
26	Manoel Dantas	José Augusto Bezerra de Medeiros	Diógenes da Cunha Lima
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa	Vicente Serejo
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros	Jurandy Navarro
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira	Itamar de Souza
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo	Aluísio Azevedo, Diva Cunha.
31	Padre Brito Guerra	José Melquíades	Pedro Vicente Costa Sobrinho, Leide Câmara.
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado	João Batista Cascudo Rodrigues, João Batista Machado.
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza	Hypérides (Peri) Lamartine, Carlos de Miranda Gomes.
34	José da Penha	Alvamar Furtado	Lenine Pinto.
35	Juvenal Antunes	Edinor Avelino	Gilberto Avelino, Ticiano Duarte, Woden Madruga. (eleito)
36	Benício Filho	João Medeiros Filho	Olavo de Medeiros Filho, José Augusto Delgado.

37	Jorge Fernandes	Newton Navarro	Luís Carlos Guimarães, Elder Heronildes.
38	Luís Antônio	José Tavares	Vingt-un Rosado, América Rosado, Benedito Vasconcelos Mendes.
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes	Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros	Geraldo Queiroz (eleito)

Este livro foi composto em
Adobe Garamond Pro
e impresso em cartão
Duo Design 250g./m². (capa)
e Pólen Bold 90g./m². (miolo)
pela Offset Gráfica, Natal/RN,
em dezembro de 2018

www.offsetgrafica.com.br

ANRL: RUMO À LUZ

Um grupo de intelectuais, tendo à frente Luís da Câmara Cascudo, fundou, em 1936, a Academia Norte-rio-grandense de Letras, com sede em Natal. Composta inicialmente de 25 sócios, a nova instituição cultural realizou sua primeira sessão a 14 de novembro numa das salas do Instituto de Música do RN. Naquela ocasião elegeu-se a diretoria, cabendo a presidência ao poeta e escritor Henrique Castriciano.

Reforma estatutária, de 1948, aumentou o número de acadêmicos para trinta, e mais tarde, em 1957, para quarenta.

A que se propõe a ANRL?

Segundo o art. 3º do seu estatuto, ela "tem por finalidade desenvolver, promover e estimular as letras, as artes e a cultura em geral, preferencialmente dos escritores, pesquisadores e artistas do Rio Grande do Norte, promovendo a interação com entidades congêneres do Brasil e de outros países, bem assim a conservação do patrimônio histórico, literário e artístico pertinente".

A sede própria da ANRL, situada à Rua Mipibu, nº 443, Natal, conta com biblioteca, auditórios, etc.



Parceiro nesta edição:

Offset
Editora

